



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - PPGCS

KIRSTEN CORINNA WEBER SILVA

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: estratégias utilizadas por moradores da Serra do Navio no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada.

MACAPÁ

2015

KIRSTEN CORINNA WEBER SILVA

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: estratégias utilizadas por moradores da Serra do Navio no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *strictu senso*, Mestrado em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Amapá.

Linha de Pesquisa: Qualidade de Vida relacionada ao processo Saúde-Doença na Região Amazônica.

Orientadora: Dra. Anneli Mercedes Celis de Cárdenas

MACAPÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

612.3

S586i

Silva, Kirsten Corinna Weber.

Insegurança alimentar e nutricional: estratégias utilizadas por moradores da Serra do Navio no contexto do direito humano à alimentação adequada / Kirsten Corinna Weber Silva; orientadora, Anneli Mercedes Celis de Cárdenas. – Macapá, 2015.

186 f.

Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde.

1. Direito humano à alimentação adequada. 2. Estratégias. 3. Insegurança alimentar e nutricional I. Cárdenas, Anneli Mercedes Celis de, (orient). II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

KIRSTEN CORINNA WEBER SILVA

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: estratégias utilizadas
por moradores da Serra do Navio no contexto do Direito Humano à
Alimentação Adequada.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *strictu sensu*, Mestrado em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Amapá, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Saúde.

Aprovado em __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Anneli M. Celis de Cárdenas

Instituição: UNIFAP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Rosemary Ferreira de Andrade

Instituição: UNIFAP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Cristiane R. Menezes Russo

Instituição: UNIFAP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Silvia Maria Mathes Faustino

Instituição: UNIFAP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

*Dedico este trabalho aos meus pais, Lotte e Friedrich,
aos meus filhos Luana, Janaina, Samir e Aisha e à
Dona Maria, representando os moradores no município
de Serra do Navio, Amapá.*

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa se configurou em um período de introspecção e ressignificações, sob influências estacionais como período de chuva, enchentes, redefinições políticas, bem como reviravoltas emocionais e profissionais. No entanto, este estudo partiu da indagação de dignidade e dos Direitos Humanos. Partiu ainda da vontade de contribuir com uma realidade, com a qual estive envolvida durante quase duas décadas.

“Lugar de gente feliz”, como anuncia a antiga placa na entrada desta cidadezinha amazônica, instalada no auge do primeiro megaprojeto de mineração do Estado do Amapá (Figura 24). O tempo passou e Serra do Navio, riquíssima pela sua natureza e cultura local, sobrevive humildemente em meio de incansáveis discussões sobre potencialidades e responsabilidades, porém poucas transformações positivas se concretizaram. Assim, agradeço às Marias, Antônio e outros moradores que, pacientemente, seguem sua vida cabocla e confiaram depositar suas angústias e sonhos em minhas mãos para contemplar nesse projeto.

Em cada retorno à cidade, o reencontro com vizinhos, amigos, e colegas do movimento social, foi se transformando em um sentimento de despedida mútua e esperançoso por parte daquelas comunidades. Caracterizada por muitos momentos fortes, de revolta, de partilha, quer seja de um cafezinho com macaxeira, ou de sonhos, e trafegando nos rios e nos ramais da mata Amazônica, esta experiência foi tremendamente prazerosa.

Iluminando e conduzindo com muita serenidade e dedicação a organização destas impressões, observações e informações durante o desenvolvimento da pesquisa, agradeço à minha orientadora Dra. Anneli Mercedes Celis de Cárdenas.

O que seria este estudo sem a compreensão pela ausência, pela companhia e energia positiva nas viagens ao interior do Amapá, além dos incentivos nos momentos mais difíceis? Neste sentido, agradeço imensamente aos meus pais, Lotte e Friedrich, mesmo distantes, aos meus filhos Luana, Janaina, Samir e Aisha, ao meu companheiro Alê d’Ilê e aos meus amigos César Céspedes e Elías Beltran.

Agradeço, ainda, aos Agentes Comunitários de Saúde, em especial à Suliane, Ednalva e Valdete, colaboradoras diretas do estudo, aos meus companheiros do

movimento social Zander e Josélio e outros colegas de trabalho no âmbito da Atenção Básica na Serra do Navio, pela oportunidade de ter vivenciado a experiência de fazer da “Estratégia Saúde da Família” um trabalho inesquecível para todos e por acreditar em mudanças individuais e coletivas.

A fascinação pela Saúde Pública e seus desafios despertou em mim, em especial, diante do trabalho encantador, embasado em princípios éticos e na humanização por parte da nutricionista Haydee Ruvertoni (“Xaxa”) de Montevideu e da enfermeira Nilma Pureza.

A inquietude quanto à busca de conhecimentos, da possível compreensão e contribuição com a realidade vivenciada devo, especialmente, aos meus mestres da Universidade Federal do Amapá e aos meus colegas da turma, pela colaboração e diversão em todos os momentos, aos quais agradeço.

A esperança da gradativa garantia da alimentação como Direito Humano é fortemente motivada pela determinação e simplicidade de amigos e guerreiros da segurança alimentar, em especial Roseane Viana, Claudio Schuftan, Elisabetta Recine, Kátia Almeida, Valéria Buriti e Irio Conti. Expresso meus agradecimentos e minha admiração. Agradeço, ainda, à sociedade civil, por ter confiado em mim, como representante do Amapá na IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2011, vivenciando o incrível desafio, que a segurança alimentar constitui.

Sempre guiando meus passos, estendendo sua mão nos momentos de alegria e de angustia, agradeço à Deus pela benção e iluminação à cada novo dia.

“Nós não somos somente responsáveis pelo que fazemos, senão também, pelo que deixamos de fazer.”

Molière

RESUMO

SILVA, K. C. W.: **Insegurança Alimentar e Nutricional: estratégias utilizadas por moradores da Serra do Navio no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada**. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2015.

A população brasileira experimentou significativas transformações em termos de saúde, condições de vida e alimentação nas últimas décadas. Nos dias atuais, ao perfil epidemiológico caracterizado pelas carências nutricionais sobrepuseram-se as doenças crônicas não-transmissíveis. Apesar dos notáveis avanços normativos, nacionais e internacionais, no combate à fome, as mesmas, ainda, não foram suficientes para erradicar a fome e miséria no Brasil. A inclusão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na Constituição Federal do Brasil, em 2010, é considerada um marco histórico na luta contra a fome e a Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) ao definir os cidadãos brasileiros como portadores deste direito e atribuindo esta responsabilidade ao poder público. No entanto, a ISAN afeta aproximadamente 45,5% dos domicílios no estado do Amapá, sendo 19,9 % em situação de ISAN moderada ou grave. Considerando a determinação social da ISAN e a especificidade da Região Amazônica, a pesquisa objetivou analisar o perfil e o grau de ISAN de assentados, ribeirinhos e moradores sem inserção no setor primário e extrativismo da Serra do Navio, cidade interiorana do Amapá, bem como suas estratégias utilizadas no enfrentamento da mesma. A presente pesquisa caracterizou-se pela sua abordagem quanti-qualitativa, do tipo descritivo. A coleta de dados se deu através de um questionário levantando dados socioeconômicos e demográficos e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), além da realização de três entrevistas coletivas, diário de campo e observação. Constatou-se uma situação de vulnerabilidade social e de ISAN grave, contribuindo com uma extrema inadequação do consumo alimentar (91,7%) entre os participantes do estudo. A aparente impotência do poder público diante da complexa teia multicausal da pobreza e da fome, em última instância transfere a responsabilidade às próprias famílias. A realidade demonstrou os mais diversos arranjos intra e interfamiliares, estratégias embasadas em princípios de solidariedade, estratégias associadas à renda e o provimento de alimentos através de atividades extrativistas (agricultura, caça, pesca e colheita). Raramente através de estratégias coletivas ou da reivindicação de direitos perante o poder público. As dificuldades associadas à acessibilidade a serviços públicos, mercado de trabalho, compras ou no escoamento da produção são de extrema relevância no contexto da ISAN neste município. Os resultados do estudo apontam ainda para a necessária reorientação das ações pontuais no âmbito da assistência social e segurança alimentar, emergindo uma ampla articulação intersetorial e ações estruturantes, além do reconhecimento das pessoas em vulnerabilidade social e nutricional como sujeitos sociais, dignos de voz ativa na avaliação e no desenho das políticas públicas da Serra do Navio.

Palavras Chave: Direito Humano à Alimentação Adequada. Estratégias. Insegurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

SILVA, K.C.W.: **Food insurance: strategies used by habitants of Serra do Navio in the context of the Human Right for Food**. 2015. 186 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2015.

The Brazilian population tried significant changes in terms of health, life and nutrition in the last decades. Currently, the epidemiological profile is characterized by nutritional deficiencies overlapped by non-communicable chronic diseases. Despite remarkable advances in regulations, national and international in hunger fight, there still were not enough to eradicate hunger and poverty in Brazil. The inclusion of the Human Right for Food (DHAA) in the Federal Constitution of Brazil in 2010 is considered a milestone in the fight against hunger and food insurance (ISAN). Although, this right assigned this responsibility to the government, data shows that food and nutritional insurance affects 45.5% of households in the state of Amapá, and even 19.9% in moderate or severe ISAN situation. Recognizing the social determination of ISAN and the specificity of the Amazon region, the present study aimed to analyze the profile and the degree of ISAN of settlers, riparian and residents without insertion in the primary and extractive sector in Serra do Navio, provincial town of Amapá. Once, their profile and ISAN degree differed, the study searched to analyze as well the strategies used in fighting it. This study was characterized by a quantitative and qualitative approach. The data was carried out through a questionnaire, raising socio-economic and demographic data and the Brazilian Food Insecurity Scale (EBIA). In addition, qualitative data was collected by three collective interviews, a field diary and observation. The research detected a situation of social vulnerability and serious ISAN, contributing with an extreme inadequation of food consumption (91,7%) among the participants of this study. The apparent impotence of the government, to face and convert the complex multi-causal web of poverty and hunger ultimately transfers the responsibility to these families. The results showed the most diverse intra and inter-family arrangements, including strategies on principles of solidarity, others associated with income, and the provision of food throughout extractive activities (agriculture, hunting, fishing and harvesting). Rarely, these strategies included collective actions or claiming against the government. The difficulties associated with accessibility to public services, the labor market, purchases or disposal of production are very important in the context of ISAN in Serra do Navio. The study also points to the necessary reorientation of specific actions in the social assistance and food security, emerging a broad intersectoral coordination and actions. Necessarily, the people in social and nutritional vulnerability have to be recognized as social subjects, and worthy of voice in evaluation and design of public policies in Serra do Navio.

Keywords: Human Right for Food. Strategies. Food and nutritional insurance.

RESUMEN

SILVA, K. C. W.: **Inseguridad Alimentaria y Nutricional: estrategias utilizadas por habitantes de Serra do Navio en el contexto del Derecho Humano a la Alimentación Adecuada.** 2015. 186 p. Disertación (Maestría). Programa de Posgraduación *stricto sensu* en Ciencias de la Salud, Universidad Federal de Amapá, Amapá, 2015.

La población brasileña experimentó transformaciones significativas en términos de salud, condiciones de vida y alimentación en las últimas décadas. En los días actuales, el perfil epidemiológico caracterizado por las necesidades nutricionales se sobrepone a las dolencias crónicas no transmisibles. A pesar de los notables avances en el marco normativo, nacionales e internacionales en el combate del hambre, las mismas aún no fueron suficientes para erradicar el hambre y la miseria en Brasil. La introducción del Derecho Humano a la Alimentación Adecuada (DHAA) en la Constitución Federal del Brasil en el 2010, es considerada un marco histórico en la lucha contra el hambre y la Inseguridad Alimentaria y Nutricional (ISAN), al definir a los ciudadanos Brasileños como portadores de este derecho y atribuyendo esta responsabilidad al poder público. No en tanto, la ISAN afecta aproximadamente el 45,5% de los hogares en el estado de Amapá, siendo el 19,9% en situación de ISAN moderada o grave. Considerando la evaluación social de la ISAN y las características de la región Amazónica, la presente investigación pretende analizar el perfil y el grado del INSAN de los residentes habituales, ribereños, y habitantes que no están insertos en el sector primario y de extracción sistemática en Serra do Navio, pequeña ciudad rural de Amapá. Como también sus estrategias utilizadas en el enfrentamiento de la misma. La presente investigación se caracteriza por abordar el tema de carácter cuantitativo y cualitativo, de tipo descriptivo. La recolección de datos se da a través de un cuestionario recopilando informaciones socio-económico, demográficas y de la Escala Brasileña de la Inseguridad Alimentaria (EBIA), además de la realización de tres entrevistas colectivas, diarios de campo y observación. Se constató una situación de vulnerabilidad social y de ISAN grave, contribuyendo con una extrema inadecuación del consumo alimentar (91,7%) entre los participantes del estudio. La aparente impotencia del poder público, delante de la compleja trama multicausal del hambre y de la pobreza, en última instancia transfiere la responsabilidad a las propias familias. La realidad demostró los más diversos ajustes intra e inter familiares, estrategias basadas en la solidaridad, estrategias asociadas a la renta y el aprovisionamiento de alimentos a través de actividades extractivas (agricultura, caza, pesca y cosecha). Raramente a través de estrategias colectivas o de la reivindicación de derechos ante el poder público. Las dificultades asociadas a la accesibilidad a los servicios públicos, mercado de trabajo, compras o en flujo de la producción, son de extrema relevancia en el contexto de la ISAN en este municipio. Los resultados del estudio apuntan para y hacia la necesaria re-orientación de las acciones puntuales en el ámbito de la asistencia social y seguridad alimentaria, haciendo emerger una amplia articulación inter-sectorial y acciones organizativas, además del reconocimiento de las personas en vulnerabilidad social y nutricional como sujetos sociales, honestos de participación activa en la evaluación y el diseño de las políticas públicas en Serra do Navio.

Palabras Claves: Derecho Humano a la Alimentación Adecuada. Estrategias. Inseguridad Alimentaria y Nutricional.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Escore de Insegurança Alimentar e Nutricional.....	49
Tabela 2 –	Variáveis sociodemográficas dos participantes, segundo segmento populacional investigado na Serra do Navio, AP, 2014.....	103
Tabela 3 –	Moradia e saneamento básico dos participantes, segundo segmento populacional investigado na Serra do Navio, AP, 2014.....	105
Tabela 4 –	Ocupação e renda dos participantes, segundo segmento populacional investigado na Serra do Navio, AP, 2014.....	107
Tabela 5 –	Fonte de aquisição dos alimentos, segundo segmento populacional, investigado na Serra do Navio, AP, 2014.....	112
Tabela 6 –	Indicadores relacionados à alimentação dos domicílios, segundo segmento populacional, investigado na Serra do Navio, AP, 2014.....	115
Tabela 7 –	Características dos níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional dos participantes e de suas famílias investigados na Serra do Navio, segundo variáveis sociodemográficas e econômicas.....	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Determinantes global, nacional, regional, local e domiciliar da Segurança Alimentar e Nutricional.....	29
Figura 2 – Consequências potenciais da (In)Segurança Alimentar e Nutricional, quanto ao acesso no domicílio.....	30
Figura 3 – Modelo Causal entre recursos e má nutrição.....	35
Figura 4 – Fluxograma das tipologias das estratégias de sobrevivência de famílias pobres.....	41
Figura 5 - Localização geográfica de Serra do Navio no Brasil.....	51
Figura 6 - Comunidades das áreas urbanas e periurbanas de Serra do Navio, Amapá.....	51
Figura 7 – Floresta derrubada durante o período de instalação da ICOMI na Serra do Navio, AP, 1956.....	53
Figura 8 – Vista aérea da Vila de Serra do Navio e do Parque Industrial, Serra do Navio, AP, 1956.....	53
Figura 9 – Unidade Mista da Saúde e antigo hospital da ICOMI de Serra do Navio, AP.....	54
Figura 10 – Replica da antiga placa da ICOMI na entrada da Vila de Serra do Navio, AP.....	54
Figura 11 – Casa ribeirinha e vegetação à margem do Rio Amapari, Serra do Navio, AP, 1956.....	55
Figura 12 – Comunidade ribeirinha de Serra do Navio, AP, 2008.....	55
Figura 13 – Feira Municipal na Vila de Serra do Navio, AP.....	57
Figura 14 – Ramal principal do Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.....	59
Figura 15 – Ramal de acesso para o Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.....	60
Figura 16 – Residência no Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.....	60
Figura 17 – Agrovila do Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.....	61
Figura 18 – Gruta no Ramal do Assentamento, Serra do Navio, AP.....	61

Figura 19 – Travessia do Rio Amapari na comunidade Pedra Preta, Serra do Navio, AP, 2014.....	63
Figura 20 – Floresta derrubada nas áreas montanhosas para preparo de uma roça em Pedra Preta, Serra do Navio, AP.....	63
Figura 21 – Casa ribeirinha na comunidade Pedra Preta, Serra do Navio, AP...	63
Figura 22 – Casa ribeirinha na comunidade Pedra Preta, Serra do Navio, AP...	64
Figura 23 – Antigo viaduto da ICOMI para transporte de minério, Serra do Navio, AP.....	65
Figura 24 – Rua na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP..	66
Figura 25 – Residência na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.....	66
Figura 26 – Casas populares na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.....	67
Figura 27 – Família sem acesso á terra para plantio em situação de ISAN grave na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio.....	68
Figura 28 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	68
Figura 29 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	69
Figura 30 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	69
Figura 31 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	69
Figura 32 – Centro de Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.....	70
Figura 33 – A fome na América Latina e Caribe e no mundo em distintos períodos (milhões de pessoas).....	72
Figura 34 – A proteção social e seu contexto interdisciplinar na garantia da Insegurança Alimentar e Nutricional.....	83
Figura 35 – Mapa das áreas alimentares do Brasil, 1946.....	89
Figura 36 – Mapa das principais carências nas diferentes áreas alimentares, 1946.....	90
Figura 37 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	99
Figura 38 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	100

Figura 39 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	100
Figura 40 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	101
Figura 41 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	101
Figura 42 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	102
Figura 43 – Visitas nas residências dos participantes do estudo.....	102
Figura 44 – Participantes da entrevista coletiva no Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.....	124
Figura 45 – Participantes da entrevista coletiva na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.....	125
Figura 46 – Participantes da entrevista coletiva na comunidade Pedra Preta, Serra do Navio, AP.....	125
Figura 47 – Participantes da entrevista coletiva na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.....	126
Figura 48 – Participantes da entrevista coletiva no Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.....	126
Figura 49 – Participantes da entrevista coletiva na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.....	127

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ACS	Agente Comunitário de Saúde
ALC	América Latina e Caribe
BPC	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
CGAN	Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do MS
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (municipal)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DCNT	Doenças Crônicas Não-Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ESF	Estratégia Saúde da Família
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> / Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
ISAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS	Ministério da Saúde
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família

ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PLANSAN	Plano de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REDESAN	Rede Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SM	Salário Mínimo ¹
SNV	Serra do Navio
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
QV	Qualidade de vida

¹ Cotação durante a coleta de dados (2014): RS 724,00; a partir de 01.01.2015: RS 788,00.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 DESENVOLVIMENTO DO PROBLEMA E CONFIGURAÇÃO TEÓRICA..	25
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	25
1.2 PREMISSAS, DETERMINANTES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	26
1.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESIGUALDADE SOCIAL E DO GÊNERO NO CONTEXTO DA ALIMENTAÇÃO	32
1.4 O PROBLEMA	36
1.5 UMA PROPOSIÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	37
1.5.1 Estratégias de sobrevivência de famílias em situação de pobreza: conceitos e discussão	37
1.5.2 Contribuições da análise hermenêutica e dialética na compreensão e transformação de fenômenos sociais	43
2 MATERIAL E MÉTODOS	45
2.1 ABORDAGEM, INSTRUMENTOS E ETAPAS DA PESQUISA	45
2.2 <i>LOCUS</i> DA PESQUISA: SERRA DO NAVIO	50
2.3 UNIVERSO SOCIAL DOS PARTICIPANTES	58
2.3.1 Assentados e agricultores familiares	58
2.3.2 Ribeirinhos	62
2.3.3 Moradores sem acesso à terra para plantio	65
3 CENÁRIO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	71
3.1 PANORAMA E TRAJETÓRIA DA ISAN E DA POBREZA	71
3.2 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À ISAN	77
4 COMPORTAMENTO ALIMENTAR E AMBIENTE	85
4.1 ESCOLHAS ALIMENTARES	85
4.2 O PERFIL ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL E NA REGIÃO AMAZÔNICA	88
5 AMAZÔNIA BRASILEIRA: CARACTERÍSTICAS E PECULARIDADES	93
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	99

6.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DAS FAMÍLIAS	102
6.2 ANÁLISE DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	116
6.2.1 Análise da Insegurança Alimentar e Nutricional segundo variáveis sociodemográficas e econômicas	119
6.3 ESTRATÉGIAS NA GARANTIA DO DHAA	124
6.3.1 Trabalho, “bicos”, estudos	128
6.3.2 Complementação, doações, compras “estratégicas”, divisão e restrição alimentar	131
6.3.3 Programas e ações do poder público e da Assistência social	136
6.3.4 Exigibilidade do DHAA	139
6.3.5 “Jeitinho”, “viver um dia após o outro”	140
6.4 PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O DESENHO DE AÇÕES ESTRUTURANTES	142
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE A – Questionário I	164
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	170
APÊNDICE C – Autorização da Prefeitura Municipal de Serra do Navio	173
ANEXO A – Questionário II – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)	175
ANEXO B – Aprovação do Comitê de Ética	179
GLOSSÁRIO	181

INTRODUÇÃO

“O acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida.”

(Josué de Castro)

A investigação de insegurança alimentar e nutricional (ISAN) sob foco dos Direitos Humanos partiu de inúmeros questionamentos e experiências, que permearam minha trajetória acadêmica e profissional como nutricionista e especialista no âmbito da atenção primária de saúde² e, em especial, do trabalho na Atenção Básica de Saúde nos interiores do Amapá. Especialmente as visitas domiciliares, as rodas de conversa, a participação em reuniões de bairro, bem como a atuação no movimento social e na educação popular evidenciaram a luta diária dos moradores neste cenário tão peculiar, que a Região Amazônica ainda constitui no século XXI e enfim, me motivaram a buscar um aprofundamento teórico maior através da pesquisa científica.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece que: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e são dotados de razão e consciência”, e, portanto, “devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Com isso, um conjunto de condições, da qual a alimentação faz parte, é considerado imprescindível para uma vida humana em dignidade. A crescente preocupação internacional em relação à ISAN de regiões inteiras ou grupos populacionais associou os conceitos do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da soberania alimentar à discussão entorno da segurança alimentar e nutricional (SAN), além de realçar a urgência de um efetivo

² Graduação em Ecotrophologia, foco nutrição na FH Muenster, Alemanha (1993) com estudos e prática na *Facultad de Nutrición* da Universidad de la República del Uruguay, posterior revalidação pela Universidade Federal do Pará, Brasil (2005). Pós-graduação em Saúde da Família na Universidade Federal do Amapá, Brasil (2011). Pós-graduação em Alimentação e Nutrição na Atenção Básica na FIOCRUZ, Brasil (2014).

combate à fome, à injustiça social e à miséria (REDE INTEGRADA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL [REDESAN] et al., 2011).

O conceito de SAN, disseminado desde 1948 internacionalmente pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) e regulamentado no Brasil em 2006 através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN),

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BURITY et al., 2010, p. 13).

A garantia de SAN e do DHAA nos interiores amazônidas constitui um grande desafio para as autoridades e a sociedade em geral. A negação simultânea de diversos direitos básicos do ser humano é uma realidade na região em foco. Especificamente a privação de comida, talvez seja o fator que mais afeta a dignidade humana, atingindo uma parcela considerável da população. Um olhar mais analítico sobre a condição de vida de muitos moradores desta região evidencia a existência de um círculo vicioso da fome e miséria. Entende-se, que uma possível e definitiva saída desta densa teia de causas e consequências inter-relacionadas requer comprometimento, estratégias e medidas eficazes e estruturantes, tanto imediatas, bem como a médio e a longo prazos por parte de todos os poderes públicos e sociedade em geral.

A inclusão do DHAA no artigo 6º da Constituição Federal, em meio de outros direitos sociais, também violados na sua grande maioria nesta região, atribui com muita clareza a responsabilidade do provimento destes direitos básicos ao poder público. É fácil perceber, o quanto a SAN e o DHAA e sua garantia ou negação estão intimamente ligadas a questões de cunho político, participação social e cidadania, em especial nas áreas afastadas e caracterizadas pela pobreza. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estima-se, que a ISAN afeta aproximadamente 40% dos domicílios na Região Norte do Brasil, com 18,5% nas formas moderada e grave de ISAN, ou seja, pessoas, que experimentam a sensação de escassez de comida e da fome (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], 2010b).

Apesar dos grandes avanços no combate à fome e à miséria no Brasil, em especial desde 2002, constata-se certa “naturalização da pobreza”, transferindo as responsabilidades e culpabilizando às pessoas em vulnerabilidade social, expostas à fome e à miséria. Desta forma, isentando o poder público, as elites sociais e econômicas e o processo histórico como geradores desta situação (BURITY et al., 2010). Este olhar impõe obstáculos no sentido de individualizar os problemas sociais existentes. Dificulta assim o modo de exigir o cumprimento da legislação, bem como o próprio reconhecimento do descumprimento da lei por parte dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Vale ressaltar, que apesar do claro reconhecimento da beleza e do encantamento com inúmeras situações especiais e únicas da Região Amazônica, a presente reflexão busca a necessária distancia deste sentimento ambíguo de admiração e discórdia. Sendo assim, o estudo parte das inúmeras limitações e empecilhos do dia-a-dia, que afetam de forma tão negativa a qualidade de vida dos moradores no interior do Amapá e limitam a vida destas pessoas a condições facilmente julgadas como subumanas no século XXI e na sociedade contemporânea.

É válido afirmar, neste contexto, que o Brasil, país de dimensões continentais, guarda diferenças regionais extremas, tanto encantadoras como complexas ao mesmo tempo, ao se pensar em políticas públicas, que contemplam toda esta diversidade cultural, social, geográfica, étnica e econômica. Diante desta heterogeneidade, uma efetiva implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)³ e de outras políticas públicas devem necessariamente fazer jus a estas particularidades regionais e promover melhorias

³ O SISAN, criado através da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 prevê a instituição do Conselho Municipal / Estadual de SAN (COMSEA), da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional a realização periódica de Conferências de SAN. Em 2011, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), regulamentou os procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao SISAN através da Resolução Nº 9, de 13 de dezembro de 2011/CAISAN. A adesão ao SISAN habilita o município a receber recursos específicos do âmbito da SAN (BRASIL, 2006; 2011b). Vale ressaltar, que existem leis, que criam e regulamentam o COMSEA em Serra do Navio, porém, o mesmo nunca foi nomeado e não tem atuação.

para toda população. Outro grande desafio constitui a profunda compreensão da teia multicausal da insegurança alimentar e nutricional (ISAN) e conceitos associados, tais como o DHAA e a soberania alimentar, entre outros. Melhorias no âmbito da SAN emergem uma articulação intersetorial e participação social da sociedade.

Constata-se na Serra do Navio, *locus* da pesquisa, cidade pequena, amazônida no extremo interior do estado do Amapá, uma realidade peculiar em termos de exclusão espacial e social. Seja pela aparente impotência do poder público, pelos obstáculos geográficos e de infraestrutura, pelas características sociais e culturais dos próprios moradores, ou pela baixa de coesão social. Os direitos constitucionais mais básicos, além de negados, são desconhecidos e carecem de mecanismos de sua exigibilidade. Em suma, as próprias pessoas assumem em grande parte a responsabilidade e as consequências de sua vulnerabilidade, e estabelecem arranjos intra e interfamiliares no provimento de alimento e na satisfação de outras necessidades básicas.

A presente pesquisa partiu dos pressupostos que as pessoas em situação de ISAN na Serra do Navio desenvolvem estratégias alternativas no provimento de alimentos e na superação da pobreza e, tanto o perfil como o nível de ISAN e assim, suas estratégias variam de acordo com a inserção das famílias no setor primário ou exercício de atividades extrativistas.

Assim, o presente trabalho tem por **objetivo principal**: Identificar o perfil dos moradores de Serra do Navio em situação de ISAN e suas estratégias no enfrentamento desta.

Com vista aos objetivos e no intuito de valorizar a auto-percepção e própria voz das pessoas à margem da sociedade, optou-se por uma pesquisa descritiva com abordagem quanti-qualitativa. Para a coleta de dados quantitativos foram utilizados dois questionários, levantando dados sóciodemográficos, econômicos e dados relacionados ao consumo alimentar. O segundo questionário aplicado foi a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), permitindo a avaliação e o nível de insegurança alimentar. Na abordagem qualitativa foram realizadas entrevistas coletivas com três grupos focais: assentados e agricultores familiares, ribeirinhos e moradores sem acesso à terra para plantio.

Os dados quantitativos foram analisados e graficamente representados com apoio do *software* Excel. A análise das transcrições e anotações dos grupos focais seguiu os princípios da pesquisa qualitativa de acordo com Minayo (2008), sob pressupostos da análise hermenêutica-dialética, proposta por Gadamer (1999) e Habermas (1987).

A pesquisa foi organizada em sete capítulos.

O **Capítulo I Desenvolvimento do problema e configuração teórica** apresenta o problema e a configuração teórica e metodológica do estudo.

O **Capítulo II Material e Métodos** descreve o percurso metodológico e o universo desta pesquisa.

O **Capítulo III Cenário da Insegurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada** aborda a trajetória e o cenário da alimentar e nutricional no Brasil. Partindo dos principais estudos epidemiológicos e demográficos apresenta-se o panorama alimentar e da ISAN e sua inter-relação com o círculo vicioso da pobreza.

O **Capítulo IV Comportamento alimentar e ambiente** discute as escolhas alimentares e o universo cultural e simbólico da alimentação inclusive sua especificidade na Região Amazônica e no contexto da transição nutricional.

O **Capítulo V Amazônia brasileira: características e peculiaridades** aborda aspectos geográficos, históricos e socioculturais, no intuito de contextualizar o problema e os objetivos da presente pesquisa e permitir uma maior compreensão da realidade amazônica inclusive do município de Serra do Navio, *locus* desta pesquisa.

O **Capítulo VI Resultados e Discussão** compreende a descrição e a análise dos dados e apresenta o perfil sociodemográfico, econômico e alimentar, além do grau de ISAN da população do estudo da Serra do Navio. Elaborado a partir dos dados qualitativos das entrevistas dos três grupos focais apresenta-se ainda as estratégias de sobrevivência e no provimento de alimentos investigadas e suas perspectivas de melhorias futuras.

Por fim, o **Capítulo VII Considerações Finais** parte, em especial, das sugestões concretas e dos sonhos, que foram compartilhados pelos participantes no decorrer do estudo. Este capítulo, de certa forma uma síntese do estudo, ainda traz *insights* e propostas que possam nortear o desenho de políticas públicas e intervenções no campo da SAN e áreas afins.

1 DESENVOLVIMENTO DO PROBLEMA E CONFIGURAÇÃO TEÓRICA

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Até que ponto a abordagem do DHAA se torna necessária, uma vez, que a alimentação adequada já foi estabelecida como Direito Humano desde o século passado? Apesar da gradativa diminuição da fome nos últimos séculos, estima-se, que aproximadamente 37 milhões de pessoas passam fome na América Latina e no Caribe, atingindo cerca de 805 milhões de pessoas famintas crônicas no mundo todo. O cenário atual aponta para uma dupla carga da má nutrição: a obesidade e a desnutrição proteico-calórica, além de outras carências nutricionais, ambas com prevalência mais significativa nas camadas mais pobres da sociedade (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS [FAO], 2012, 2014a, 2014c).

No dia-a-dia da Serra do Navio constata-se a magnitude da ISAN e suas consequências diretas e indiretas na qualidade de vida e saúde, especialmente entre pessoas em vulnerabilidade social e nutricional. A frustração do DHAA é parte de um complexo estado de exclusão e negação de outros direitos básicos. Em um ambiente, marcado pela forte interdependência de condições associadas à miséria e à fome, questões geográficas e culturais, o círculo vicioso da pobreza se (re)produz.

Assim, a investigação da ISAN focado nos Direitos Humanos, respeitando à diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial, geracional e a equidade de gênero, justifica-se, acima de tudo, por questões humanistas e pela urgência que a compreensão e o combate à fome e miséria constituem na Amazônia brasileira. A fome já foi identificada em meados do século passado, por Josué de Castro⁴ como

⁴ Médico, professor, geógrafo, sociólogo, político e humanista, Josué de Castro (1908-1973) fez da luta contra a fome a sua bandeira, reconhecido por duas indicações para o Prêmio Nobel da Paz. Estudou a fundo as causas da miséria no Brasil e no mundo e afirmava que ambas eram frutos de

um “flagelo de homens contra outros homens”. Identificou a fome como um fenômeno com (re)produção histórica decorrente das desigualdades sociais do país, bem como a existência da ISAN crônica, coletiva e geograficamente estereotípica no Brasil. Este cenário pouco mudou, como comprova a presente pesquisa.

1.2 PREMISSAS, DETERMINANTES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A seguinte discussão acerca da ISAN parte de dois pressupostos imprescindíveis: (a) o DHAA abrange duas dimensões inseparáveis: o direito de estar livre da fome e o direito à alimentação adequada (LEÃO; RECINE, 2011) e (b) o conceito de SAN ultrapassa muito o singelo ato de comer, ou de ingerir um “pacote” certo de quilocalorias e nutrientes.

Condições, que no panorama contemporâneo de ISAN possam parecer muito distantes. Valente (2011, p. 2) ressalta neste contexto, que:

Ao comer, portanto, não só buscamos satisfazer nossa fome e nossas necessidades nutricionais. Ao nos alimentarmos a nós mesmos e uns aos outros, familiares, amigos e mesmo estranhos, nós nos refazemos, nos construímos e nos potencializamos uns aos outros como seres humanos em nossas dimensões orgânicas, intelectuais, psicológicas e espirituais. Nós reafirmamos nossa identidade e diversidade cultural, no contexto da universalidade de sermos humanos. Não é sem razão que todas as festividades familiares e comunitárias, e muitos rituais espirituais, envolvem atos de preparo e comunhão de alimentos.

A situação de (in)segurança alimentar em nível familiar é classificada em (a) *segurança alimentar*, (b) *ISAN leve*, caracterizada por problemas qualitativos da alimentação e pelo receio de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo; (c) *ISAN moderada*, quando já ocorre a restrição quantitativa dos alimentos e (d) *ISAN*

uma sociedade injusta. Apresentou ideias revolucionárias para a época, como os primeiros conceitos sobre o desenvolvimento sustentável. Sua obra mais conhecida é a “Geografia da Fome” (1946).

severa, quando adultos e/ou crianças passam fome (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS [UNICAMP], 2004; REDESAN et al., 2011). Como conceito e certamente, mais alinhado a questões quantitativas do que qualitativas, a ISAN se manifesta em caráter temporário ou crônico.

De acordo com a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), o conceito de SAN engloba dois elementos distintos e complementares: a dimensão alimentar e a dimensão nutricional. A dimensão alimentar condiz à produção e à disponibilidade de alimentos, que sejam: (a) suficientes para atender a demanda e (b) estáveis e continuadas para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais; (c) autônomas para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos; (d) equitativas para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas para manter e/ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população e (e) sustentáveis do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações (BURITY et al., 2010).

Já a dimensão nutricional incorpora as relações entre o homem e o alimento, implicando na: (a) escolha de alimentos saudáveis; (b) preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário (c) consumo alimentar adequado e saudável; (d) boas condições de saúde, higiene e de vida para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos; (e) promoção dos cuidados com sua própria saúde, de sua família e comunidade; (f) acesso aos serviços de saúde de forma oportuna e com resolutividade das ações prestadas, e (g) promoção dos fatores ambientais que interferem na saúde e nutrição como as condições psicossociais, econômicas, culturais, ambientais. Sendo assim, a segurança alimentar é um importante mecanismo para a garantia da segurança nutricional, mas não é capaz de dar conta por si só de toda sua dimensão (BURITY et al., 2010).

Na visão mais agrônômica da FAO, fatores e eixos determinantes da SAN constituem a disponibilidade, estabilidade, acesso, bem como o consumo e utilização biológica⁵. Segundo ponto de vista mais nutricional associam-se as dimensões da disponibilidade, do acesso, do consumo e da utilização biológica ao nível do domicílio (2014c).⁶ Neste sentido, o conceito de Soberania Alimentar, introduzido na década de 1990 e indissociável da SAN e do DHAA, condizem ao direito de produzir, transformar, consumir, importar e exportar alimentos, de forma sustentável, conservando e resgatando a diversidade produtiva e cultural de um povo, sem reprodução de modelos geradoras de injustiça social (BURITY et al., 2010).

Em termos financeiros, a FAO classifica toda pessoa que sobrevive com menos de U\$ 1 por dia em estado de extrema pobreza e de fome (REDESAN et al., 2011). A forte inter-relação entre a pobreza e a incidência de ISAN é indiscutível e foi demonstrada em diversos estudos, no entanto, a ISAN não depende unicamente da limitação financeira (FAO, 2014c; LEÃO; RECINE, 2011). O próprio conceito de pobreza não pode ser limitado à renda e sim à privação de capacidades básicas, como ressalta Sen (1999). Apesar disso, a utilização da renda continua sendo fundamental na mensuração da pobreza já que a insuficiência desta leva a uma limitação na obtenção dessas capacidades.

Levando em conta esta determinação social, bem como a multicausalidade e forte interdependência dos diversos fatores econômicos, sociais e ambientais na SAN, a FAO elaborou o seguinte modelo causal (Figura 1):

⁵ De acordo com a FAO, a “disponibilidade” condiz à produção, importação, ajuda alimentar etc.; a “estabilidade” se refere a mercados e ao acesso físico; o “acesso” envolve aspetos como dinheiro, pobreza e a equidade de gênero; o “consumo” e a “utilização biológica” compreendem hábitos de consumo, saúde, saneamento entre outros (2011).

⁶ O “acesso” condiz ao acesso físico, econômico e social aos alimentos; o “consumo” se refere à preferências, escolhas e hábitos alimentares, enquanto a “utilização biológica” envolve aspetos como saúde, saneamento e a água (REDE INTEGRADA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, et al. 2011).

Figura 1 - Determinantes global, nacional, regional, local e domiciliar da Segurança Alimentar e Nutricional.



Fonte: FAO, 2014c.

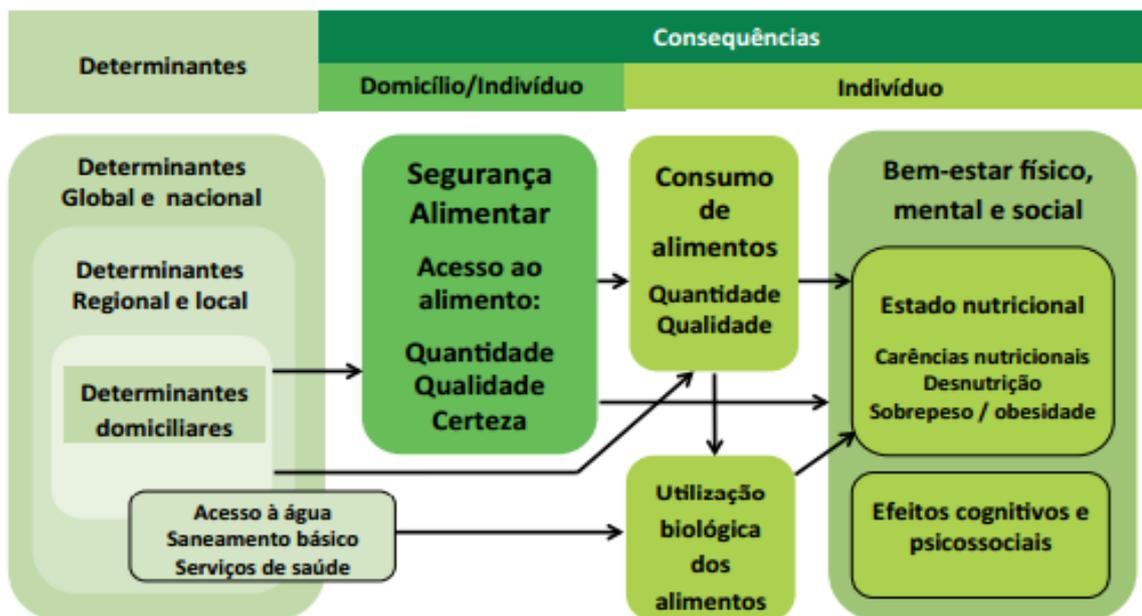
De acordo com a Figura 1, determinantes ao nível mundial e nacional, tais como o panorama político e econômico, o modelo de desenvolvimento em vigor, as políticas agroalimentares, a produção e o comércio de alimentos, o compromisso com o DHAA, bem como as mudanças climáticas repercutem no cenário local e regional e, em última instância, se refletem nos fatores domiciliares e, assim, na situação de (in)segurança alimentar dos indivíduos.

Entre os fatores locais associadas à SAN, a FAO destaca a produção, disponibilidade e estabilidade de preço dos alimentos, os cuidados higiênico-

sanitários legais, a cultura alimentar, os meios de vida, o mercado de trabalho, os salários, a própria estabilidade política, a rede sócio assistencial, os serviços de educação e de saúde, bem como as desigualdades étnicas e raciais. Embebidos neste cenário macro, configuram-se as características de cada domicílio. Variáveis associadas ao perfil demográfico, saúde, renda, escolaridade, gênero, conhecimento acerca da alimentação saudável entre outros determinam o perfil de (I)SAN do domicílio e de seus moradores.

A Figura 2 revela como a questão do acesso a alimentos e a água repercute no bem-estar físico e mental, ou seja, na saúde dos indivíduos. Influenciados pelos determinantes globais, nacionais, regionais e locais, os fatores do domicílio se refletem no seu acesso aos alimentos em termos de qualidade, quantidade e estabilidade.

Figura 2 - Consequências potenciais da (In)Segurança Alimentar e Nutricional, quanto ao acesso no domicílio.



Fonte: FAO, 2014c.

O consumo individual de alimentos e sua utilização biológica se refletem no estado nutricional do indivíduo, podendo apresentar problemas de saúde

decorrentes de carências ou de excessos alimentares e nutricionais. A desnutrição decorre da inadequação alimentar, tanto nos aspectos quantitativos (energéticos) quanto qualitativos (nutrientes).

O acesso à água, o saneamento básico e os serviços de saúde constituem-se como determinantes diretas na utilização biológica individual e com repercussões diretas no estado nutricional do indivíduo. Os efeitos cognitivos e psicossociais de um eventual desequilíbrio alimentar e nutricional também interferem negativamente no bem estar físico, mental e social, ou seja, na saúde destas pessoas, como ainda expresso na Figura 2.

Esta análise indica o quanto as pessoas em situação de vulnerabilidade social estão submersas e embebidas em uma conjuntura e um contexto mundial, cujos reflexos são muito fortes especialmente para as populações fragilizadas. Fato observado comumente no caso de catástrofes associadas às mudanças climáticas (enchentes, secas, tsunamis, terremotos etc.), crises econômicas, guerras civis entre outros. Assim, políticas públicas tornam-se cada vez mais necessárias para prever e contornar de forma adequada a ISAN temporária ou crônica das pessoas mais expostas e afetadas por estes fenômenos.

Além do mais, a atual transição nutricional, onde coexiste o consumo excessivo com um consumo inadequado ou precário de micro e macro nutrientes e suas manifestações clínicas, leva a uma interdependência muito complexa com as atuais alterações demográficas, socioeconômicas e epidemiológicas. (MONTEIRO, 2006). As mudanças nos padrões alimentares supracitadas estão indissociáveis do modelo econômico predominante, do processo de globalização e dos meios de comunicação, entre outros fatores. Observa-se, que os pratos e alimentos consumidos em todas as classes sociais são cada vez mais distantes de suas origens, nos sentidos de cadeia de produção, tradição alimentar e aspectos de sensorialidade, entre outros (BURITY et al., 2010).

1.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESIGUALDADE SOCIAL E DO GÊNERO NO CONTEXTO DA ALIMENTAÇÃO

Especialmente nas áreas periurbanas e rurais marcadas pela pobreza é comum, deparar-se com uma aparente impotência por parte das famílias em resolver questões em parte simples, fato, que se manifesta na ausência de certidão de nascimentos de filhos, perpetua migração, moradias precárias, subemprego, trabalho infantil e baixa escolaridade. Constata-se ainda o restrito acesso a serviços públicos em todas as áreas, a precária oferta cultural, e baixa coesão social.

Também a desestruturação familiar, o etilismo, a violência fora ou dentro do próprio lar, a conseqüente baixa da autoestima, a falta de auto-cuidado e de higiene, bem como a distorção da imagem corpórea estão associados frequentemente à vulnerabilidade social e repercutindo na precária saúde de muitos moradores. “Saúde”, caracterizada pela desnutrição energético-proteica, carências nutricionais, déficit de estatura, excesso de peso, baixa frequência de refeições, alta prevalência de doenças transmissíveis e não-transmissíveis, repentinas infecções entre outros.

Além do mais, a vida, cada vez mais veloz, competitiva, exigente, virtual e descompromissada com a natureza, relações humanas e éticas se manifesta, principalmente, de forma negativa na saúde e qualidade de vida das pessoas. Ficam realmente constatadas, cada vez mais famílias desfragmentadas, refeições rápidas, fora do lar e uma crescente individualização da população, além de doenças do âmbito da saúde mental. No meio destas mudanças rápidas, a indústria alimentícia, os meios de comunicação e a publicidade tem um vasto campo de atuação, geralmente pautados em interesses econômicos e capitalistas, e interferem de forma drástica nos hábitos alimentares da população.

Nota-se que, especialmente, a população com um nível educacional mais baixo e menos poder aquisitivo, está desprovida por não ter a necessária base para tomada racional de decisão na hora da escolha, compra ou preparação da comida, situação que se repete também em outras decisões cotidianas ou ao reivindicar direitos básicos. Neste sentido, é válido refletir sobre a correlação entre alimentação e nutrição e vulnerabilidade social e pobreza. A compreensão da interdependência dos mais diversos fatores nos contextos da fome, miséria e ISAN emerge um olhar

sobre aspectos biológicos, médicos e higiênicos, além de geográficos e ecológicos do fenômeno da fome (VASCONCELOS, 2008, p.2711).

Em relação à complexidade da pobreza e sua reprodução, Ferreira (2003, p. 25) explica neste contexto,

A pobreza é complexa, relativa, heterogênea, multifacetada e, medi-la, portanto não é uma tarefa fácil. A utilização de múltiplos aspectos para a descrição da privação a que estão submetidos os indivíduos em cada sociedade deve, portanto, buscar combinar informações sobre renda, nível educacional, situação de domicílio, estrutura familiar, acesso a bens e serviços, condições de trabalho e de lazer.

Considerando esta complexa teia multicausal da fome e miséria, Maluf (2006, p. 9) sugere alerta neste sentido pela necessária ampliação do foco ao se definir “risco nutricional”,

Se adotarmos o enfoque da “vulnerabilidade à fome” ou de “exposição à ISAN” com base em indicadores indiretos (nível de renda, faixa etária, grupos étnicos, etc.), abrangeremos um contingente mais amplo e diversificado da população em situação de risco alimentar e de exposição à insegurança alimentar e nutricional, em comparação com os indicadores diretos do estado nutricional em que se encontram os indivíduos num dado momento.

Torna-se também necessário compreender os tipos de fome, as quais a população em situação de vulnerabilidade social e ISAN estão expostas. O mesmo autor explana, que,

[...] a fome aguda corresponde à urgência de se alimentar e, como tal, é saciada pela ingestão de alimentos, enquanto que a fome crônica – que Josué de Castro denominou de “fome oculta” – corresponde à desnutrição ou subnutrição devida à inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da alimentação diária, ou ainda a doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos. O problema mais grave é o da desnutrição infantil crônica (déficit de altura para a idade) e, em menor grau, a desnutrição aguda (déficit de peso para a altura), sobre as quais o país não dispõe de inquéritos regulares e atualizados. (MALUF, 2006, p. 6)

O aparente paradoxo da coexistência de carências nutricionais e suas consequências com a obesidade no contexto da pobreza é tanto evidente como compreensível neste cenário, como explica Marion Nestle

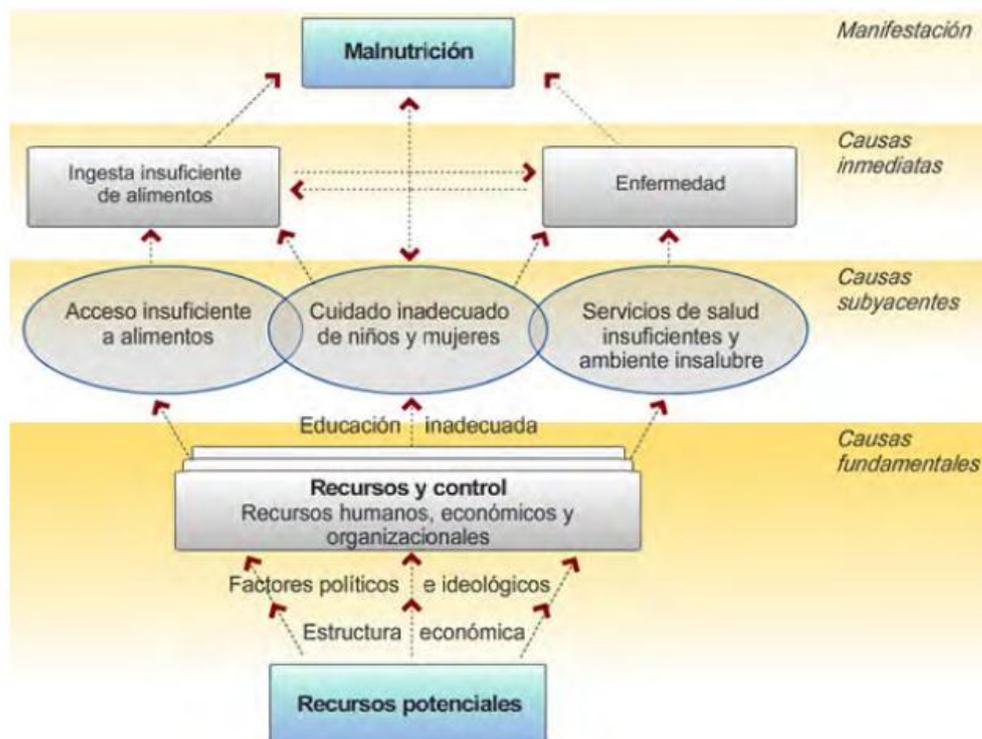
A coexistência da insegurança alimentar e obesidade pode parecer um paradoxo neste contexto. No entanto, o excesso alimentar e nutricional como a desnutrição refletem duas facetas de uma única forma de má nutrição. Ambas estão associadas a um fator em comum: os sistemas alimentares não são norteados pela oferta de dietas otimizadas, senão, pela maximização de lucros. Para as pessoas em situação de pobreza, significa a exclusão do processo de desenvolvimento (e conseqüentemente insegurança alimentar), ou, senão a opção por um consumo de alimentos baratos, pobres em nutrientes essenciais, de alimentos ultra processados e ricos em carboidratos simples, sal e gorduras saturadas e do tipo *trans*, e, assim expostas ao evidente risco de sobrepeso, obesidade e suas complicações (2012 apud Schuftan, 2013, p. 1, tradução nossa).

Esta constatação anda em consonância com outras pesquisas, que também comprovam a forte correlação entre pobreza e obesidade (FERREIRA, 2003; PEÑA; BACALLO, 2006). Compreendendo as diversas faces da má nutrição, que variam entre as carências alimentares, com sua forma, talvez, mais drástica, a desnutrição energético-proteica, porém que também incluem as doenças associadas ao excesso de peso, muitas vezes acompanhadas por carências qualitativas.

Neste contexto, Radimer et al. (1992 apud BRASIL, 2007a, p. 388), trouxe em suas pesquisas no final dos anos “80, falas, que mostram a complexidade da fome e suas conseqüências fisiológicas e psicológicas: “quando você não pode dormir porque seu estômago dói” e “passar fome é quando você tem que comer a mesma coisa semana após semana e ter a certeza que mais cedo ou mais tarde vai faltar comida”. Ou seja, diante da eminência da falta de comida, a questão qualitativa das escolhas alimentares se desmancha, perde seu sentido. Explica-se aí a preferência por alimentos de alta densidade energética.

Em suma, o modelo causal entre recursos e má nutrição (Figura 3), ilustra o quanto os recursos financeiros e materiais estão embebidos em um contexto sociopolítico em todos os níveis, do micro ao macro e, em última conseqüência se refletem no estado nutricional das pessoas. A multicausalidade da ISAN fica evidente, envolvendo questões como acesso físico e financeiro aos alimentos, cuidados da mulher/mãe e das crianças, bem como a oferta e resolubilidade dos serviços no âmbito da saúde e o próprio ambiente do lar.

Figura 3 - Modelo Causal entre recursos e má nutrição.



Fonte: FAO, 2014c.

Como também expresso neste modelo causal, é imprescindível, ressaltar também o papel da mulher como pessoa chave em questões de SAN. De acordo com a FAO (FAO, 2011a) e a REDSAN et al. (2011), esta importância da mulher deve-se em função de motivos, tais como (1) sendo a principal responsável pela administração doméstica, (2) sua contribuição econômica na renda familiar, (3) sendo a principal responsável pelos cuidados higiênico-sanitários e da saúde das crianças, bem como no (4) preparo dos alimentos, (5) a predisposição genética das crianças ao nascer (estado nutricional, pré-natal etc.) entre outros aspectos. Schufthan (2013, p.1) explica a específica vulnerabilidade feminina no contexto da ISAN,

[...] as mulheres e as jovens estão desproporcionalmente em desvantagem, seja em função do atual processo ou as políticas de produção de alimentos, consumo e distribuição, elas são particularmente vulneráveis. No caso de uma gestante, as preocupações definitivamente se multiplicam: a metade do retardo de crescimento acontece no período intrauterino (tradução nossa).

Vale ressaltar ainda, que diversos estudos apontam que especialmente os grupos sociais mais frequentes abaixo da linha de pobreza, são os pequenos agricultores, os trabalhadores domésticos, os trabalhadores sem carteira assinada e os desempregados. Estas pessoas supostamente estão expostas a situação de ISAN, uma vez, que a associação entre vulnerabilidade social e ISAN é significativa (VALENTE, 2011).

1.4 O PROBLEMA

Na Serra do Navio, constata-se a aparente impotência por parte do poder público no enfrentamento da teia multicausal, que o círculo gerador da fome e miséria constitui. É certo, que os programas de transferência de renda, juntos às ações assistenciais, geralmente esporádicas e pontuais e direcionados à população em vulnerabilidade e ISAN tentam amenizar a situação. No entanto, percebe-se, que os mesmos não conseguem fazer jus à garantia do DHAA e transferem em última instância sua responsabilidade, a priori, governamental quanto aos direitos sociais, qualidade de vida e alimentação adequada para as próprias pessoas em situação de ISAN.

Considerando este contexto, e aos outros determinantes locais, tais como: as grandes distâncias e a dificuldade de acesso intra e intermunicipal, a baixa disponibilidade de alimentos e seus elevados preços, a baixa produtividade do solo, além da especificidade amazônica e seus aspectos socioculturais, configura-se um cenário, no qual o círculo da pobreza geralmente se reproduz. Reproduz, pois a situação induz as pessoas a alimentar-se mal, estudar menos, trabalhar desde cedo, mesmo em condições de desestabilidade, insegurança e baixos salários, a adoecer mais sem os devidos tratamentos e, muitas vezes, buscar caminhos, que perpassam barreiras da legalidade ou dignidade humana na superação dos entraves diários. A comer de forma monótona sem noção da próxima refeição, a prover alimentos através de vizinhos, parentes, igrejas ou esperar até a chegada de novos benefícios assistenciais. Ou, quem sabe, de mudanças, talvez mais profundas, que sejam embasadas na realidade vivenciada pelos próprios moradores.

Assim, a presente pesquisa partiu dos pressupostos, que (a) as pessoas em situação de ISAN na Serra do Navio desenvolvem estratégias alternativas no provimento de alimentos e na superação da pobreza e, (b) tanto o perfil como o grau de ISAN, e assim, suas estratégias variam de acordo com a inserção das famílias no setor primário.

Frente à realidade local, interiorana amazônica, supõe-se, ainda, que os moradores em vulnerabilidade social e nutricional não sabem o que constitui uma alimentação saudável e, muito menos, que se trata de um direito constitucional de cada cidadão brasileiro. Supostamente, os instrumentos e mecanismos de exigibilidade do DHAA na Serra do Navio também são ineficazes e desconhecidos, e sendo assim, todavia não constituindo uma estratégia cotidiana.

Diante desse quadro problemático de superação, surgiram as seguintes questões norteadoras da pesquisa: Qual é o perfil e o grau de ISAN dos moradores de Serra do Navio em situação de ISAN? Quais suas estratégias no enfrentamento desta?

1.5 UMA PROPOSIÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

1.5.1 Estratégias de sobrevivência de famílias em situação de pobreza: conceitos e discussão

A seguinte reflexão a respeito das estratégias de sobrevivência e no provimento de alimentos, preocupação central deste estudo, é embasada, em especial, em conceitos e tipologias construídas por Sposati (1985), Radimer et al. (1992), Balsa et al. (2000) e Silva (2011).

A realidade nos espaços marcados pela pobreza e extrema pobreza demonstra que o estado de exclusão social e abandono, obriga as pessoas a adotar as mais diversas estratégias para amenizar a falta ou instabilidade no acesso a alimentos saudáveis com ações e medidas compensatórias, como destaca Radimer et al. (1992, p. 38)

[...] as pessoas e as famílias nem sempre são passivas diante desse estado de sofrimento e carências [...] a fome e a insegurança alimentar são situações manejáveis [...] indivíduos e famílias desenvolvem estratégias mais ou menos eficazes para o enfrentamento das condições que limitam seu acesso aos alimentos.

Em concordância com este autor, evidencia-se, que existem mecanismos facilitadores para a superação dos inúmeros obstáculos presentes no cotidiano nestes ambientes. A compreensão destes mecanismos e estratégias é de fundamental importância, para intervenções e melhorias efetivas em prol da dignidade humana destas pessoas, que possam interromper este círculo vicioso da pobreza. No entanto, o auto-reconhecimento destas pessoas como cidadão, titular de direitos e ator social de sua vida certamente também é imprescindível.

As estratégias de sobrevivência das pessoas pobres podem ser compreendidas como respostas à precariedade e ausência de proteção social do Estado, obrigando-as a acionarem suas próprias forças, unir esforços lançando mãos de práticas que mobilizam recursos materiais e simbólicos (SILVA, 2011). Os mesmos, geralmente, se concentram no campo material e envolvem todos os familiares. Sposati (1985) descreve estas estratégias como práticas em busca das necessidades mais básicas e imediatas. Mecanismos que, no entanto, não passam de medidas “remediadoras” sem alcançar a almejada qualidade de vida.

Os estudos acerca das estratégias de sobrevivência surgiram nos anos ‘70, fortemente influenciadas por tendências marxistas, ao considerar, que no núcleo familiar são reproduzidos os modelos econômicos e seus ideais em vigor. Seja por opção ou não. Contudo, as estratégias de sobrevivência se estabelecem em função de prioridades definidas ao nível familiar e sempre em busca de alcançar melhorias na qualidade de vida e na satisfação das necessidades mais elementares ou sua efetiva participação social. A alimentação certamente faz parte disso, talvez até eu seja a prioridade das famílias em situação de extrema pobreza.

Em suma, estas estratégias podem ser entendidas como uma incessante busca na garantia de recursos materiais na satisfação das prioridades preestabelecidas pela família. Sendo assim, as responsabilidades são compartilhadas, envolvendo e comprometendo todo o grupo familiar.

Especialmente nas áreas rurais, o trabalho em caráter familiar historicamente estava presente. Com a inserção da mulher no mercado do trabalho, seja por necessidade ou não, e paralelamente sua emancipação, todos os familiares se tornam cada vez necessários na manutenção do lar. Em especial nas famílias às margens da sociedade. Este envolvimento inclui: cuidados com irmãos menores, participação nas tarefas domésticas, tais como cozinhar, cuidar da casa, trabalho de babá, pescar, entre outros, e até mesmo o trabalho infantil. Em outras palavras, o maior número de membros familiares ativos se tornou notadamente necessário.

Em consequência disso, muitos jovens de famílias pobres ou extremamente pobres se inserem em estruturas de trabalho (informal) de forma precoce. Assumem responsabilidades, que muitas vezes comprometem tanto seus estudos como sua própria infância ou a juventude plena. Envolvidos desde cedo nas responsabilidades do lar, no sentido de “contribuir” com as necessidades da família, com alimentos, com problemas associados à pobreza, muitos jovens acabam perdendo suas chances e seus sonhos de direcionar uma vida sem “herança social”, que a pobreza imprime a eles desde cedo de sobrevivência raras vezes são capazes de trazer verdadeiras melhorias de qualidade de vida e uma inserção social das famílias (SPOSATI, 1985).

No intuito de evitar uma decadência maior, as famílias estão obrigadas a se adaptar à situação dada e, necessariamente, aumentar sua resistência diante do quadro de privação e negação de direitos mais básicos (BALSA et al., 2000). Sendo assim, os esforços são redobrados.

Com vistas à categorização das estratégias de sobrevivência, Balsa et al. (2000) propõem um modelo de tipologias destas estratégias. No caso, as famílias recorrem a recursos “individuais” e/ou recursos “coletivos”. Estes recursos podem ser, tanto: “normativos”, como “contra-normativos” ou “alternativos”. Ou seja, distinguem-se por sua natureza, sua origem e seu alinhamento às normas socialmente estabelecidas.

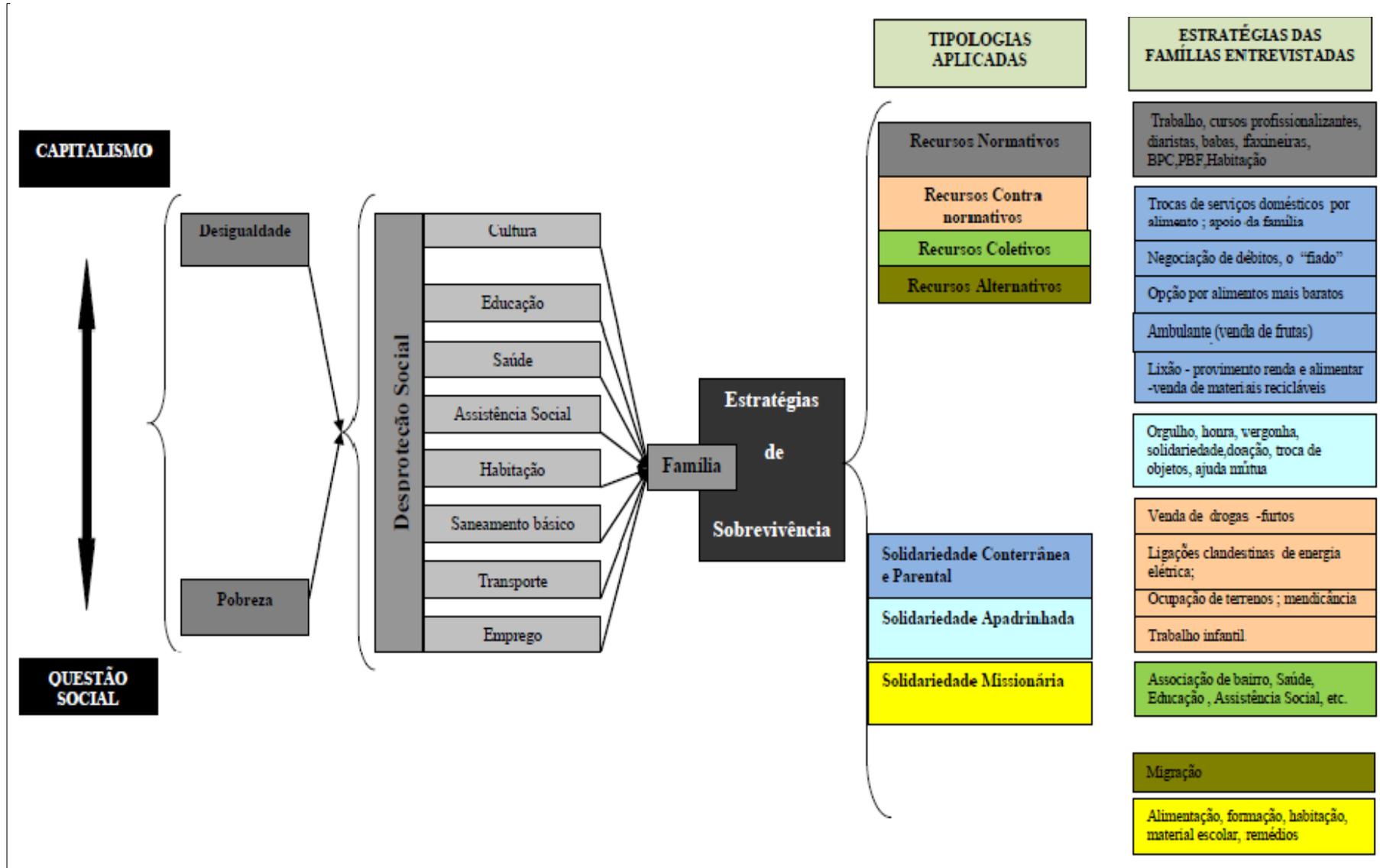
Diferencia-se, ainda, neste conceito proposto por Balsa et al. (2000) os recursos ou motivações envolvidos, que podem, segundo o autor ser de cunho “material” ou “simbólico”. Em outras palavras, enquanto os “recursos materiais” estão intimamente ligados aos bens materiais e à renda, os “recursos simbólicos” envolvem

valores como amizade, solidariedade, bem como, a rede de proteção social, caso exista. Subentende-se que estes recursos estão associados aos pressupostos do modelo econômico. Isto significa, em última instância, referenciando a responsabilidade e a capacidade à pessoa ou à família em situação de vulnerabilidade. Significa que a mesma deve estabelecer ou inventar mecanismos de se “sustentar”, de criar habilidades no enfrentamento dos desafios diários, sem recorrer às alternativas “contra-normativas”, tais como: roubo, uso de drogas, trabalho infantil, entre outras.

Sposati (1985) propõe uma classificação das estratégias associadas à “solidariedade contemporânea”, à “solidariedade apadrinhada”, bem como à “solidariedade missionária”. As carências múltiplas e necessidades mais elementares se manifestam, além da esfera material, em sofrimento e vergonha da situação. Carregadas de simbolismo, se desenvolvem as ações associadas à solidariedade e ajuda mútua.

Como apresentado na Figura 4, na página seguinte, as mais diversas estratégias de sobrevivência das famílias pobres podem ser categorizadas por tipologia.

Figura 4 - Fluxograma das tipologias das estratégias de sobrevivência de famílias pobres.



Fonte: SILVA, 2011.

Na compreensão das estratégias de sobrevivência na pobreza e extrema pobreza, e norteada pelos conceitos de Balsa et al. (2000) e Sposati (1985) e sua própria pesquisa de campo, Silva (2011) identificou recursos normativos, contra normativos, alternativos e a solidariedade conterrânea e parental. Estes recursos são mobilizados de forma individual e/ou intrafamiliar como, por exemplo, na busca de trabalho e renda, na pesca complementar, entre outros ou podem envolver recursos coletivos como associações de bairros, irmandade religiosa, etc..

A mesma autora enfatiza a “solidariedade conterrânea e parental” como uma das principais estratégias, na qual o “grau de parentesco e a extensão da casa passam a compor um espaço de ajuda mútua”. Refere ainda, que outra importante estratégia de sobrevivência constitui a “solidariedade apadrinhada”, que surge diante

[...] da necessidade de “arrumar” renda por meio da realização de atividades denominadas de “bico” ou na indicação de um parente ou amigo que compõe os círculos de amizade e convivência. Este vínculo assegura um canal de doações que vão de empregos, roupas, objetos pessoais a móveis (SILVA, 2011, p.99).

Vale ressaltar, que em especial a solidariedade contribui com o provimento direto e indireto de alimentos, ao incluir estratégias, como a troca de serviços por alimentos inclusive sua venda de forma ambulante, a opção por alimentos mais baratos e até o aproveitamento de resíduos recicláveis ou de próprios alimentos descartados e das doações diretas.

Enfim, as estratégias de sobrevivência fazem parte do cotidiano das famílias pobres para a satisfação das suas necessidades mais básicas. A dificuldade de inserção social, a precariedade de emprego e, assim, a garantia de seu sustento emergem destes mecanismos no dia-a-dia nos espaços marcados pela pobreza. Sendo assim, estas estratégias já se tornaram *práticas* cotidianas de sobrevivência, podendo ser classificados em (a) práticas coletivas e de sociabilidade; (b) práticas de sustentabilidade formal e/ou informal; (c) práticas de inserção social; (d) práticas de risco e (e) práticas em rede social (SILVA, 2011). Variam de acordo com seu foco, sua legitimidade, sua ambição, além de sua resolubilidade.

1.5.2 Contribuições da análise hermenêutica e dialética na compreensão e transformação de fenômenos sociais

O anseio de compreender e de explicar fenômenos, o mundo, coisas, processos e relações e representações, significados e a vida em si, vem desde a antiguidade.

A análise hermenêutica e dialética, proposta por Habermas em diálogo com Gadamer a partir de 1960, surgiu como alternativa que prometeria superar o “formalismo” das análises de conteúdo e do discurso e permitindo, segundo Minayo (2008, p. 301), uma “triangulação de métodos qualitativos e quantitativos”, como estratégia promissora no campo da pesquisa na saúde. A mesma autora frisa ainda, que o método hermenêutico-dialético

é o mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Essa metodologia coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante, em que é produzida (MINAYO, 2008, p. 231).

O desafio da hermenêutica é a compreensão. Conforme Gadamer (1999, p 328) a compreensão “contem a gênese da consciência histórica, uma vez que significa a capacidade da pessoa humana – no caso o pesquisador – de se “colocar no lugar do outro.” Segundo este autor,

Na abordagem hermenêutica, a unidade temporal é o presente, onde se marca o encontro entre o passado e o futuro que pode ser transparente ou compreensível, permitindo chegar a um entendimento (nunca completo e nunca total), ou intransparente, levando a um impasse na comunicação (GADAMER, 1999, p. 328-329).

Considerando, que “nada é fechado” e “tudo poderia ser diferente” no pensamento hermenêutico, compreender implica diretamente na interpretação e no estabelecimento de conclusões, propondo a intersubjetividade como base do processo científico e da ação humana (MINAYO, 2008). Enquanto a hermenêutica busca essencialmente a compreensão na tradição da linguagem, a dialética parte de uma posição crítica.

A dialética parte do pressuposto de que tudo é parte de um processo, e que as coisas, relações e ideias, se transformem em função das leis internas e seu autodinamismo. Estas transformações ocorrem em forma de processos, processos

únicos e não repetitivos. A dialética postula que tudo traz em si sua contradição e, que cada momento apenas constitui um reflexo de afirmação e de sua negação simultânea. No mais, a dialética, muito presente em Marx, se apresenta como método de transformação do real, permitindo a modificação da mente e criação de ideias.

Ao valorizar a inter-relação entre a quantidade e a qualidade, a dialética propõe uma abordagem, que permite a superação do dualismo entre o quantitativismo e o qualitativismo na pesquisa científica.

Minayo (2008, p. 37) explica que,

Uma análise compreensiva ancorada na hermenêutica-dialética busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório. Portanto, tendo em conta que os indivíduos vivendo determinada realidade pertencem a grupos, classes e segmentos diferentes, são condicionantes por tal momento histórico e por isso, podem ter simultaneamente interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem.

De acordo com Stein (1987 apud MINAYO, 2008, p 343), o desafio do movimento hermenêutico-dialético não se reduz apenas a uma simples teoria de se tratar dados qualitativos, senão como “reflexão, que se funda na práxis, o casamento das duas abordagens é fecundado na condução do processo, ao mesmo tempo compreensivo e crítico de estudo da realidade social”. Diante ao exposto, vale concluir, que a complementaridade de ambas as tendências filosóficas se constitui como poderosa proposta nas Ciências Sociais e da saúde, ao considerar o participante como sujeito histórico e reflexivo.

A compreensão da realidade focada nesta corrente filosófica e, dando voz a quem é o sujeito social em questão, poderia contribuir de forma significativa na visibilidade da realidade vivenciada e, assim, no desenho de políticas públicas transformadoras e eficazes.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 ABORDAGEM, INSTRUMENTOS E ETAPAS DA PESQUISA

A investigação de concepções, subjetividade e estratégias cotidianas perante uma realidade empírica indicou uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, contendo elementos de cunho quantitativo. Este tipo de metodologia parte da preocupação central na compreensão intrínseca de seu objeto de análise, priorizando o amplo universo de valores, percepções, hábitos e atitudes dos sujeitos (MINAYO, 2008). A pesquisa qualitativa busca a superação da análise pautada numa postura quantificadora dos fenômenos sociais.

Considerando os objetivos da pesquisa, a mesma adotou os pressupostos de um estudo com grupos focais, ao permitir a interação espontânea dos participantes em relação ao assunto ou consenso e avaliação de mensagens e compreensão das experiências dos participantes sobre os problemas no âmbito da saúde, além de captar a linguagem cotidiana e aspectos culturais em reconhecimento do participante como sujeito social (POPE; MAYS, 2005).

A definição da amostra dos participantes na pesquisa qualitativa constitui um processo complexo. Diante a ausência de um método que define/mensura o tamanho da amostra nas pesquisas quantitativas, emerge a habilidade do pesquisador de estabelecer o número de participantes levando em consideração os objetivos da pesquisa, a complexidade do objeto, o tempo e recursos disponíveis.

O ponto de saturação e encerramento da coleta das informações durante o trabalho de campo se dá no momento em que toda a gama de ponto de vista tenha sido contemplada, levando em consideração a estratificação do segmento (gênero, idade, profissão, origem, trajetória) e os objetivos em estudo e se constata a repetição das contribuições sem acréscimo de novas informações (MINAYO, 2008).

É válido ressaltar que os pressupostos da pesquisa foram definidos em um campo teórico que orientaram tanto a formulação das questões norteadoras quanto aos procedimentos a serem adotados em todos os momentos do trabalho de campo.

A realidade tipicamente interiorana e amazônica de Serra do Navio demonstra que o perfil e a situação de ISAN, e com isto também as estratégias no provimento de alimentos, variam de acordo com seu estilo de vida e atividade no setor primário das pessoas. Diante disso, foram definidos três segmentos diferentes de participantes a serem investigados e posteriormente comparados entre si: (1) assentados e agricultores familiares, (2) ribeirinhos às margens do Rio Amapari, bem como (3) moradores sem acesso à terra produtiva.

O foco predominantemente qualitativo e com vista aos objetivos, permitiu a escolha dos participantes da pesquisa por conveniência, perfil de ISAN e predisposição de contribuição, considerando os critérios de inclusão e exclusão preestabelecidos. Em conformidade com Minayo (2008) quanto ao tamanho dos grupos focais, participaram do estudo doze pessoas de cada segmento, totalizando 36 participantes.

A pesquisa de campo foi realizada no município de Serra do Navio, interior do Estado Amapá, nas seguintes comunidades: Pedra Preta (ribeirinhos), Assentamento Silvestre (assentados e agricultores familiares) e na Colônia de Água Branca (pessoas sem acesso à terra para plantio). A coleta de dados se deu em três etapas, concomitantes ou distintas no tempo, nos meses de julho a dezembro de 2014.

A equipe de pesquisadores foi constituída pela autora da pesquisa e três Agentes Comunitários da Saúde (ACS) que colaboraram com a pesquisa através da aproximação das famílias além do acompanhamento durante toda a coleta de dados e como relatores complementares das entrevistas coletivas.

Diante o enfoque predominantemente qualitativo, a análise e interpretação dos dados começaram ainda durante a coleta dos dados, visando a orientação da pesquisa quanto a direcionamento, saturação e eventuais retornos ao campo da pesquisa.

O perfil e o grau de ISAN dos participantes, necessários para melhor compreensão de suas características e estratégias, foram identificados, através de um levantamento quantitativo com apoio de dois questionários a respeito da (a) *situação sociodemográfica, econômica e consumo alimentar* e da (b) *situação de*

(in)segurança alimentar e nutricional. Um questionário, de elaboração própria, contendo 38 perguntas abertas e fechadas (Apêndice A), levantou os dados socioedemográficos, econômicos e dados relacionados à procedência e preparo da alimentação, bem como o consumo alimentar dos participantes de suas famílias.

A *identificação e a classificação gradativa da ISAN* dos participantes dos grupos focais foram realizadas com a EBIA⁷. Inspirado em um questionário elaborado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América e pesquisas qualitativas de Radimer et al. (1992), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) junto com outros pesquisadores brasileiros desenvolveu e validou a EBIA. Este questionário se demonstra como sensível instrumento para medir e avaliar cientificamente a ISAN, em nível familiar, ao coletar informações sobre a disponibilidade qualitativa e quantitativa de alimentos, a ocorrência de fome, bem como aspectos psicológicos (ANEXO A).

As três entrevistas coletivas foram realizadas em locais apropriados e próximos à residência de cada grupo focal (Centro Comunitário, Casa do Idoso e Salão de Igreja). Após breve explanação dos objetivos e da dinâmica do grupo focal, foram apresentadas gradativamente palavras-chave⁷, tendo como base as respostas e observações obtidas nas etapas anteriores. Em seguida ocorreu uma revisão conjunta das contribuições dos participantes, anotadas durante a entrevista coletiva, bem como a apresentação do DHAA para os participantes.

As contribuições dos participantes foram gravadas em meio digital⁸ e transcritas e, posteriormente, interpretados através da análise hermenêutico-dialética e de acordo com o marco teórico. Esta etapa compreendeu a ordenação e sistematização de todos os dados coletados no decorrer da pesquisa e sua

⁷ As palavras-chave foram: Dinheiro, “se virar nos “30”, estratégias, parentes e vizinhos, roça, pesca, caça e colheita, “Bolsa Família” e “Renda para Viver Melhor”, Cestas Básicas, fome, água potável, políticas públicas, “O que deveria acontecer para facilitar o acesso à uma alimentação saudável?”, DHAA.

⁸ Em total, as entrevistas coletivas duraram 2:16 horas (ribeirinhos: 32 min; moradores sem acesso à terra produtiva: 45 min; assentados e agricultores familiares: 59 min).

interpretação perante o contexto sócio histórico dos grupos sociais e o marco teórico construído. Considerando Minayo (2008), que frisa que os dados não existem por si só, senão sua análise é fruto dos questionamentos feitos pelo pesquisador, buscou-se manter a fidedignidade aos objetivos do estudo e à essência da análise hermenêutico-dialética. A leitura e inúmeras releituras das transcrições e anotações no diário de campo, bem como os resultados oriundos dos dados quantitativos acerca do perfil e nível de ISAN dos participantes e de cada grupo focal permitiram a identificação de “estruturas de relevância” e a categorização das mesmas.

A profunda inflexão sobre o material empírico deve ser, de acordo com Minayo (2008), tanto o ponto de partida como o ponto de chegada da compreensão e da interpretação. Esse “movimento circular, que vai do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, que busca as riquezas do particular e do geral” constituiu o desafio da análise final. (MINAYO, 2008, p. 358 - 359). Sem demais “teoricismo” ou “empirismo”, a interpretação dos dados partiu da expectativa, de que os próprios participantes e atores sociais ora presentes, compartilhariam os resultados das análises.

Os dados de cunho quantitativo, coletados através dos dois questionários, foram tabulados, agrupados e apresentados graficamente com apoio do *software* Excel.

A análise dos dados obtidos através da EBIA seguiu a avaliação preconizada pela UNICAMP (UNICAMP, 2004). A partir do quantitativo de respostas afirmativas e negativas no questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), podia-se caracterizar a existência e o grau de segurança ou insegurança alimentar ao nível familiar. Ressalta-se, que cada resposta positiva recebeu um ponto e sua soma permitiu a classificação dos *escores*, que são contextualizados a partir da Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Escore de Insegurança Alimentar e Nutricional.

	Segurança Alimentar	ISAN Leve	ISAN Moderada	ISAN Severa / Grave
Famílias sem crianças e adolescentes*	0	1-3	4-6	7-8
Famílias com crianças e adolescentes*.	0	1-5	6-10	11-15

Fonte: FAO, 2011 a. Adaptado da UNICAMP.

*Notas:

Faixa: 0-8 (apenas famílias sem menores de 18 anos); Faixa: 0-15 (famílias com menores de 18 anos)

Ressalta-se que a opção de iniciar a coleta de dados no domicílio dos participantes resultou em uma grande aproximação entre a pesquisadora e os participantes, facilitando, assim, comentários e contribuições, que expressaram tanto sua real percepção da atual situação bem como uma esperança no decorrer deste estudo.

Quanto aos aspectos éticos, ao se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, a pesquisa seguiu a Resolução 466/CNS/MS de 12 de dezembro de 2012, o que garante, entre outros, o anonimato dos participantes da pesquisa, sua participação voluntária e não remunerada, a validação prévia dos questionários, o uso do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE B) entre outros pré-requisitos éticos (BRASIL, 2012). Após anuência da Prefeitura Municipal de Serra do Navio (APÊNDICE C), o projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil e obteve aprovação no Comitê de Ética da Universidade Federal do Amapá através do parecer 662.367 de 26/05/2014 (ANEXO B).

Visando o anonimato dos participantes dos grupos focais, os mesmos foram codificados com nomes de alimentos. Os assentados foram denominados com tubérculos e raízes típicas das roças tradicionais [“macaxeira” (*Manihot esculenta*), “batata-doce” (*Ipomoea batatas*) “acará” (*Dioscorea alata*)] devido à sua realidade agrícola, enquanto os ribeirinhos receberam códigos com nomes de peixes regionais [“tambaqui” (*Colossoma macropomum*), “tucunaré” (*Cichla spp.*), Diante da falta de

terra para cultivo, o terceiro grupo focal foi denominado com nomes de frutas, tais como “goiaba” (*Psidium guajava*), “camapú” (*Physalis L.*), “caju” (*Anacardium occidentale*) etc. ao se tratarem de frutas que, além de apreciadas, facilmente são encontradas em terrenos baldios e beiras de rua em toda a extensão do município.

2.2 LOCUS DA PESQUISA: SERRA DO NAVIO

O Amapá, criado como território federal em 1943 e transformado em Estado em 1988, com extensão de 143.000 km² é o menor estado da Amazônia Legal⁹ brasileira. Localizada ao norte do Rio Amazonas, ainda é o único estado sem ligação rodoviária com o resto do país, fato, que contribui com certa exclusão ao mercado, acesso a estudos e avanços e tecnológicos e científicos entre outros.

O município de Serra do Navio, localizado a 196 km da capital do Estado do Amapá, Macapá, foi criado em 1º de maio de 1992¹⁰. A população estimada em 2014 era de 4.850 habitantes, distribuídos em uma área de 7.720,789 km², resultando em uma baixa densidade demográfica de 0,56 hab./km² (IBGE, 2015)¹¹, é uma pequena cidade bastante típica do interior da Região Amazônica, constando com 72% de seu território dentro do Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque¹² (Figuras 5 e 6).

⁹ A Amazônia Legal brasileira compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

¹⁰ Serra do Navio cresceu como cidade desde a implantação do primeiro megaprojeto de exploração de manganês (1956) e ganhou o status de município em 1992, através da lei n.º 007/92.

¹¹ Vale ressaltar também, que o alto índice de migração distorce a realidade no sentido de subestimar o número de pessoas recém-imigradas, geralmente em maior vulnerabilidade social e nutricional; sendo assim, estima-se uma real população entorno de 7.000 pessoas.

¹² Área de Proteção Ambiental Integral, decretada em 22.08.2002, com impedimento da entrada de pessoas, bem como o exercício de atividades extrativistas.

Figura 5 - Localização geográfica de Serra do Navio no Brasil.



Fonte: Extraído da internet, Wikipédia, 2014.

Figura 6 – Comunidades das áreas urbanas e periurbanas de Serra do Navio, Amapá.



Fonte: Adaptado de Google Maps, 2015.

O acesso rodoviário à capital do estado, Macapá, e às cidades mais próximas se dá unicamente através da BR-210¹³. A histórica “Estrada de Ferro” (ferrovia)¹⁴ cada vez mais se torna inviável como transporte público, devido às escassas viagens semanais, interrupção dos serviços e demora da viagem em função da falta de manutenção e aparente desinteresse público.

Serra do Navio abrange as seguintes comunidades com as mais diversas realidades e perfis dominantes: Vila de Serra do Navio (centro administrativo, urbano, com funcionários e servidores públicos), Pedra Preta, Capivara, Sucuriju, Estefânio, Porto Terezinha (ribeirinhos), Distrito do Cachaço (parcialmente agrícola e ribeirinha), Colônia de Agua Branca (área periurbanas com alguns funcionários e servidores públicos), Perpetuo Socorro (parcialmente agrícola), Escondido (agricultura familiar), Assentamento Serra do Navio / Silvestre (assentados).

O clima de Serra do Navio é equatorial, tropical úmido, com temperaturas, que variam entre 21 e 36° C. Este clima equatorial se manifesta em duas estações climáticas anuais, compreendendo o “verão” e o “inverno” (julho à dezembro), caracterizado pela presença ou ausência de fortes chuvas, e conseqüentemente enchentes ou secas. Os solos são considerados ácidos e pobres em nutrientes. O município é considerado o município com maior porcentagem de preservação da característica Mata Amazônica. A influência da cultura indígena e cabocla é forte e inegável.

Serra do Navio é uma cidade historicamente no foco de interesses de multinacionais de mineração, trazendo por consequência problemas ambientais e sociais, como ilustrado nas Figuras 7 e 8.

¹³ Aproximadamente 100 km da BR 210 são asfaltados, outros 96 km são estrada de chão / barro, fortemente influenciados pelo período de chuvas e por sua manutenção; tornando a estrada às vezes totalmente intrafegável durante o “inverno”.

¹⁴ A Estrada de Ferro do Amapá foi construída entre 1954 e 1956 com o fim principal de transporte do minério de manganês oriundo das jazidas de Serra do Navio ao Porto de Santana. Atualmente serve para o transporte de passageiros, mercadorias e novamente para minério para os municípios que cortam seu trajeto e a cidade portuária Santana. Este trecho ferroviário, historicamente, era um dos grandes atrativos turísticos de Serra do Navio.

Figura 7 - Floresta derrubada durante o período de instalação da ICOMI na Serra do Navio, AP, 1956.



Fonte: Acervo da biblioteca do IBGE.

Figura 8 - Vista aérea da Vila de Serra do Navio e do Parque Industrial, Serra do Navio, AP, 1956.



Fonte: Acervo da biblioteca do IBGE.

Em 1947, a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (ICOMI) assinou um contrato de 50 anos para exploração de manganês. Em função desta exploração de minério, a “Vila de Serra do Navio” foi criada como projeto habitacional e logístico dentro de um padrão norte-americano, em meio da mata amazônica. A Vila de Serra do Navio foi dotada de ruas largas, postes de concreto para a fiação elétrica e telefônica, calçadas, parques, clubes com piscina, quadras esportivas, restaurante e lanchonete, drenagem de águas das chuvas e tratamento de água e esgoto (Figuras 9 e 10).

Figura 9 - Unidade Mista da Saúde e antigo hospital da ICOMI, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 10 - “Replica da antiga placa da ICOMI na entrada da Vila de Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Todas as casas da “Vila de Serra do Navio” contavam com saneamento e energia elétrica, proveniente de geradores da ICOMI. O supermercado local, abastecido e subvencionado pela ICOMI e o hospital, na época, referência na Amazônia, eram itens apenas acessíveis para os funcionários da empresa. A vida dos ribeirinhos e nativos da região se reduzia apenas a trabalhos domésticos nas casas dos funcionários da empresa.

Ressalta-se que, apesar da alegação do esgotamento das reservas de manganês e saída da ICOMI no final da década de ‘90, até os dias de hoje existem interesses e processos judiciais referentes ao restante do minério. Outros projetos

multinacionais de mineração (ouro e ferro) se estabeleceram desde a primeira década do século XXI dentro do município e da cidade vizinha Pedra Branca do Amapari. A responsabilidade social e ambiental destas empresas é questionável. Vale refletir, até que ponto a vida dos moradores nas áreas ribeirinhas e dos agricultores familiares avançou em questões de qualidade de vida nas últimas décadas (Figuras 11 e 12).

Figura 11 - Casa ribeirinha e vegetação à margem do Rio Amapari, Serra do Navio, AP, 1956.



Fonte: Acervo da biblioteca do IBGE.

Figura 12 - Comunidade ribeirinha de Serra do Navio, AP, 2008.



Fonte: José Costa.

Apesar das semelhanças com cidades interioranas amazônicas, a ligação histórica do município, a exploração mineral (manganês, ouro, ferro, tantalita entre outros) imprime algumas especificidades à cidade. No contexto do constante processo migratório e mudanças ocorridas na região, evidenciam-se significativas alterações, inclusive norte das discussões dos movimentos sociais locais: (a) no

perfil demográfico; (b) nos processos de trabalho; (c) na estrutura familiar; (d) no perfil epidemiológico; (e) no comportamento alimentar e nutricional; (f) no aumento da violência e da prostituição; (g) na substituição da tradicional agricultura familiar e do extrativismo como sustento, pela busca incessante de um emprego formal.

Andrade (2008, p. 3) observou neste contexto, que

O núcleo residencial construído para 1.500 pessoas (BRITO, 1996), deixa claro o modelo das *Companies Towns* que hoje já não comporta a população que se deslocou para o município a partir da instalação das empresas MMX e Mineradora Pedra Branca do Amapari (MPBA). Esse crescimento desordenado trouxe como resultado diversos problemas à população entre eles o aumento de casos de malária na região.

Em termos de acesso aos serviços públicos, mercados e postos de trabalho, todos os moradores apresentam enormes dificuldades. A inserção no mercado formal e informal de trabalho, o acesso a mercados e feiras tanto para o provimento de alimentos como para o escoamento de sua produção agrícola, o acesso a bens e aos serviços públicos em todas as esferas emergem enormes esforços para todos os moradores, seja por distância, necessidade de transporte fluvial ou do transporte público semanal.

Quanto à assistência médica, o município conta com uma Unidade Mista de Saúde, seis Unidades Básicas de Saúde (UBS) e um laboratório clínico. O Programa “Mais Médicos” contribuiu com a uma cobertura de 100% no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF). Seja pela distância ao nível secundário de atenção à saúde, seja pela longa atuação e o compromisso profissional, vale ressaltar que a atuação das duas equipes da ESF demonstra uma resolubilidade muito alta dos problemas de saúde existentes em Serra do Navio, talvez até ultrapassando a estimativa de 80% de resolubilidade, correspondente à Atenção Básica ao nível nacional.

De acordo com Andrade (2008), o município possui uma significativa receptividade entomológica e vulnerabilidade para a transmissão de malária, tanto na zona urbana quanto na rural, sendo que os registros apontam a prevalência das seguintes espécies vetoras: *Anopheles darlingi* e *Anopheles albiparvus*. No mais, o município tem casos de leishmaniose, dengue, hanseníase, tuberculose entre outras doenças infecciosas.

Estes e outros fatores implicam diretamente na qualidade de vida e ISAN dos moradores da região e já é refletido em levantamentos nacionais. De acordo com os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do IBGE, a desigualdade aumentou na Serra do Navio: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,66 em 2000 e para 0,60 em 2010 (IBGE, 2010a; 2011; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNAD], 2013b).

Destaca-se, que debates e situações evidenciadas durante a longa convivência e atuação na Serra do Navio nas últimas duas décadas, apontam certa veracidade na hipótese apresentada por Bunker (1985 apud URBAN, 1986; DRUMMOND, 2000), quando postula, que toda região tradicionalmente extrativista na Região Amazônica, ao receber um empreendimento extrativo moderno sofrerá retrocesso social agudo e dilapidação desastrosa dos seus recursos naturais. Neste sentido, é notável o crescimento populacional devido ao intenso processo migratório na região toda, bem como o desmatamento, as mudanças no perfil de trabalho, incluindo o decréscimo da agricultura familiar devido a empregos temporários nas prestadoras de serviço das mineradoras, o aumento da violência e prostituição infanto-juvenil, a diminuição da oferta de alimentos regionais, além das citadas mudanças nos padrões alimentares locais, entre outros.

Figura 13 - Feira Municipal na Vila de Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

A baixa produção agrícola no âmbito municipal, em parte, está associada à estes entraves de transporte, além da falta de estrutura para vender os produtos com as mínimas condições higiênico-sanitárias e deficiente assistência rural.¹⁵ Diante disso, muitos agricultores familiares, assentados e pescadores dependem diretamente da compra de produtos no mercado, não existem pessoas em situação de subsistência da própria produção.

Visando os objetivos da pesquisa, a escolha das comunidades e localidades onde foram coletados os dados dentro do município de Serra do Navio ocorreu em função da realidade e características específicas em relação a atividade econômica, moradia e cultura local bem como possível participação nas entrevistas coletivas, sendo os mesmos: o “Assentamento Silvestre”, a comunidade ribeirinha “Pedra Preta”, localizada à margem do Rio Amapari, e a comunidade “Colônia de Água Branca” (moradores sem acesso à terra produtiva) descritas a seguir.

2.3 UNIVERSO SOCIAL DOS PARTICIPANTES

2.3.1 Assentados e agricultores familiares

O Assentamento Silvestre, fundado em 1997, abriga aproximadamente 57 famílias,¹⁶ principalmente oriundos do Pará ou do Nordeste e não têm parentes nas proximidades. A comunidade conta com a Escola Municipal de Direitos Humanos, ofertando ensino infantil e o primeiro ciclo do ensino fundamental e um centro comunitário. Na área da saúde, a comunidades está sendo atendida pela ESF de Serra do Navio, possui um pequeno Posto de Saúde, que funciona pela parte da manhã, porém, devido à sua distância a maioria das residências dos moradores, o posto não é muito procurado, ofertando atendimento ambulatorial do médico

¹⁵ A assistência técnica rural, prestada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) aparentemente enfrenta dificuldades estruturais e socioculturais com os agricultores adstritos.

¹⁶ Dado oriundo das informações da equipe local da Estratégia Saúde da Família (outubro de 2014).

bimensal. Destaca-se, neste contexto, o excelente trabalho de Ednalva¹⁷, moradora, e ACS há 17 anos nesta comunidade.

Devido a sua distância a próxima comunidade Colônia de Água Branca (10 km de ramais em meio da mata amazônica), e a 16 km da Vila de Serra do Navio, a comunidade depende do transporte semanal da prefeitura (caminhão) para a realização de compras, escoamento da produção e acesso aos serviços públicos no centro administrativo. No período de chuvas, muitos ramais se tornam praticamente intrafegáveis (Figuras 14 e 15).

Figura 14 - Ramal principal do Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

¹⁷ A mesma foi uma das três colaboradoras da pesquisa.

Figura 15 - Ramal de acesso para o Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014

As longas distâncias também constituem um fator limitante dentro da própria comunidade. De acordo com os assentados, a moradia dentro dos seus extensos terrenos (50 ha) não se torna viável, uma vez que nenhum transporte público, incluindo o transporte escolar, circula nestes ramais. A moradia dentro de seus lotes contribuiria ainda mais com sua situação de exclusão social e isolamento (Figura 16 a 18). Assim, morando distantes dos seus terrenos em meio da Mata Amazônica, os moradores da “Agrovila” expressaram certo desânimo ou incapacidade de investimentos em grande escala em suas roças, além da perda de alimentos.

Figura 16 - Residência no Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 17 - Agrovila do Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014

Figura 18 - Gruta no Ramal do Assentamento, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Outro fator que desestimula a venda e produção de alimentos é a precariedade das duas feiras municipais (Colônia de Água Branca e Vila de Serra do Navio). Fato que se reflete tanto na falta de alimentos regionais como nos altos preços. Quanto a aquisição de alimentos que não são oriundos de suas roças, terrenos ou quintais, a comunidade consta com um único mercadinho local que oferta produtos básicos de consumo com preços muito elevados.

Em termos de comunicação, o Assentamento Silvestre conta apenas com um telefone público, instalado na “Agrovila”¹⁸. O sinal de telefonia móvel não abrange esta localidade. A programação da rede nacional de TV é disponível apenas para os moradores que possuem uma antena parabólica¹⁹. No que tange outras potencialidades locais, é válido citar uma “Casa de Costura”, bem como um “Centro Digital”. De acordo com os assentados, existem problemas administrativos ou organizacionais que impedem um pleno aproveitamento destes recursos.

2.3.2 Ribeirinhos

A comunidade “Pedra Preta” é uma tradicional comunidade ribeirinha, localizada ao longo das margens do Rio Amapari com 66 famílias. O acesso ao centro administrativo emerge tanto uma travessia de canoa a remo ou com motor do tipo “rabetá”, bem como uma caminhada de aproximadamente 2,5 km em meio da mata amazônica do porto mais próximo. Vale ressaltar, que não existe transporte público, nem comércio na comunidade.

Devido às anuais severas inundações, a comunidade apresentou mudanças nos últimos anos, e foi contemplada com 30 casas populares do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, destinadas aos moradores ribeirinhos ao longo das margens do Rio Amapari. Atividades tradicionais, como caça, pesca, colheita e agricultura familiar (nas áreas inundáveis) predominam especialmente entre os moradores que, ainda, permanecem às margens do rio (Figuras 19 - 22).

¹⁸ O telefone público carece de manutenção e fica semanas sem funcionamento.

¹⁹ O fato, que a programação regional / estadual de TV não está disponível, contribui com uma grave desinformação dos moradores, sendo os mesmos assim excluídos de notícias e informações diárias ao nível estadual e no período eleitoral até da propaganda eleitoral.

Figura 19 - Travessia do Rio Amapari na comunidade Pedra Preta, Serra do Navio, AP.



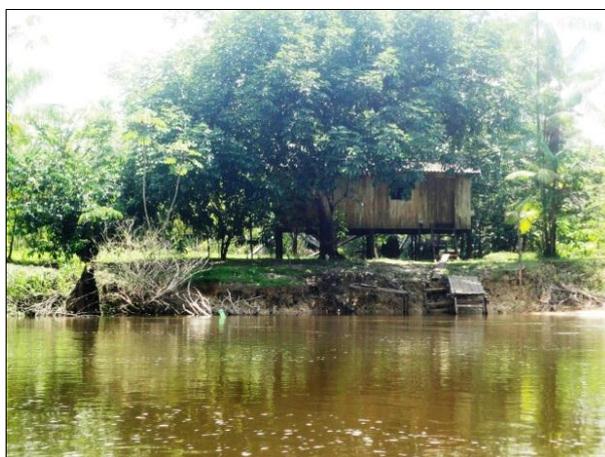
Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 20 - Floresta derrubada nas áreas montanhosas para preparo de uma roça em Pedra Preta, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 21 - Casa ribeirinha na comunidade Pedra Preta, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Porém, muitos moradores dependem de transporte fluvial, na maioria de canoas para ter acesso aos serviços públicos e permanecem às margens do Amapari. Em função desta dificuldade de acesso e grande oscilação do Rio Amapari, a Escola Municipal Pedra Preta foi reconstruída na última década em terra firme e no lado mais próximo ao centro administrativo municipal e das casas populares.

Em especial no inverno amazônico, as pessoas ficam praticamente reclusas em suas residências. Chamou atenção, o quanto a distância e presença do rio se manifesta na insegurança alimentar dos ribeirinhos, tanto no que tange o acesso a serviços, comércio, potenciais postos de trabalho feiras etc., bem como no próprio provimento de alimentos, inclusive a água (Figuras 22 e 23). Para dimensionar o fator água na vida ribeirinha a comparação de Viana (1936 apud CASTRO, 1984, p. 60) se torna viável, quando postula: “O Nordeste durante as secas e a Amazônia durante as inundações constituem desgraçadamente modelos incontrastáveis no catálogo das grandes tragédias coletivas.”

Em termos de saúde, a comunidade conta com uma cobertura de 100% por parte da ESF e atendimento semanal com consulta médica e de enfermagem em sua UBS. A precariedade das casas e proximidade à mata amazônica e ao rio contribui com a invasão de *anophelinos* (ANDRADE, 2008). Sendo assim, trata-se de uma área endêmica de malária *falciparum* e *vivax* com alta incidência de acidentes com animais peçonhentos (cobras), em especial no período chuvoso.

Figura 22 - Casa ribeirinha na comunidade Pedra Preta, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 23 - Antigo viaduto da ICOMI para transporte de minério, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Através da mobilização comunitária por parte da Associação dos Moradores de Moradoras de Pedra Preta, a comunidade foi contemplada com quatro projetos federais: “Cine mais Cultura”, “Casa Digital”, “Cinema nas Comunidades” e “Arca das Letras”²⁰ Além destes projetos que contribuem de forma significativa com a inclusão digital e o acesso à cultura e leitura, a comunidade ainda conta com um centro comunitário como potencialidade. Quanto à comunicação, a rede de telefonia móvel pode ser acessada pela maioria da população. Os moradores, que possuem uma antena parabólica, têm acesso à programação nacional de TV.

2.3.3 Moradores sem acesso à terra para plantio

Na comunidade Colônia de Agua Branca, localizada aproximadamente a 6 km de distância da sede do município, moram aproximadamente 342 famílias. O sinal de telefonia móvel não abrange esta comunidade; com apoio de antenas parabólicas individuais, alguns moradores têm a oportunidade de acessar a programação nacional da TV. Na área da educação, a comunidade conta com a “Escola Municipal

²⁰ Diante da mobilização comunitária, a Promotoria de Justiça, bem como o SEBRAE se sensibilizaram e contribuíram com recursos para a construção do centro comunitário, que abriga agora os bens adquiridos através da associação durante a diretoria anterior.

Nossa Senhora do Perpetuo Socorro” e a “Escola Estadual Colônia de Água Branca”, ofertando estudos desde a educação infantil até o ensino médio.

Em termos de saúde, constata-se uma cobertura de 100% por parte da ESF com um atendimento ambulatorial duas vezes por semana, além do relevante trabalho de três ACS. A falta de saneamento e as precárias moradias (Figuras 24 e 25) se refletem também nesta comunidade nas altas taxas de malária e dengue, além da prevalência de outras doenças infecciosas ou carências associadas à pobreza, tais como tuberculose, parasitoses, anemia crônica, desnutrição, diarreias, infecções do aparelho respiratório entre outros.

Figura 24 - Rua na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 25 - Residência na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Apesar de se tratar de uma localidade no interior em meio rural, suas características se assemelham mais a uma realidade urbana. Em geral, apenas alguns moradores antigos possuem terra produtiva na Colônia de Água Branca. Grande parte da população nesta comunidade é advinda do processo imigratório em busca de emprego na mineração, e não encontrou espaço para moradia mais próximo ao centro administrativo do município. Assim, estas “novas” famílias” se adaptam a condições de moradia muito precárias e isentas do que pode ser considerado saudável e qualidade de vida. Em 2012 foram construídas 30 casas populares²¹ e entregues aos moradores em maior vulnerabilidade social (Figura 26).

Figura 26 - Casas populares na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Diante da ausência de terra produtiva e distância do Rio Amapari (aproximadamente 1,5 km), a vida e sobrevivência destas famílias está intimamente ligada às questões de renda, trabalho e programas de transferência social. No entanto, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, seja formal ou informal,

²¹ As casas foram construídas no contexto do Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”. Vale ressaltar, que todos os participantes deste segmento e Grupo Focal da pesquisa residem nestas casas populares.

não oportunizam que as famílias usufruam de uma renda regular e ultrapasse o círculo vicioso da pobreza (Figuras 27 - 32).

Figura 27 - Família sem acesso á terra para plantio em situação de ISAN grave na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.



Fonte: Imagem própria, 2013.

Figura 28 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 29 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 30 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 31 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 32 - Centro de Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Como potencialidades, a comunidade conta com duas associações de moradores ou produtoras de açaí, uma “Casa de Costura”, uma “Casa de Beneficiamento de Polpas”, bem como um Centro Comunitário. Além do mais, a localidade conta desde 2012 com um “Centro do Idoso”, além de um “Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)”. Esta instalação “estratégica” na comunidade com maior vulnerabilidade social ao nível municipal, no entanto não isenta os moradores de resolver praticamente todos os problemas associados à assistência social no centro administrativo. De fato, poucas atividades são desenvolvidas nestes dois espaços.

3 CENÁRIO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

“Denunciei a fome como flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens.”

(Josué de Castro)

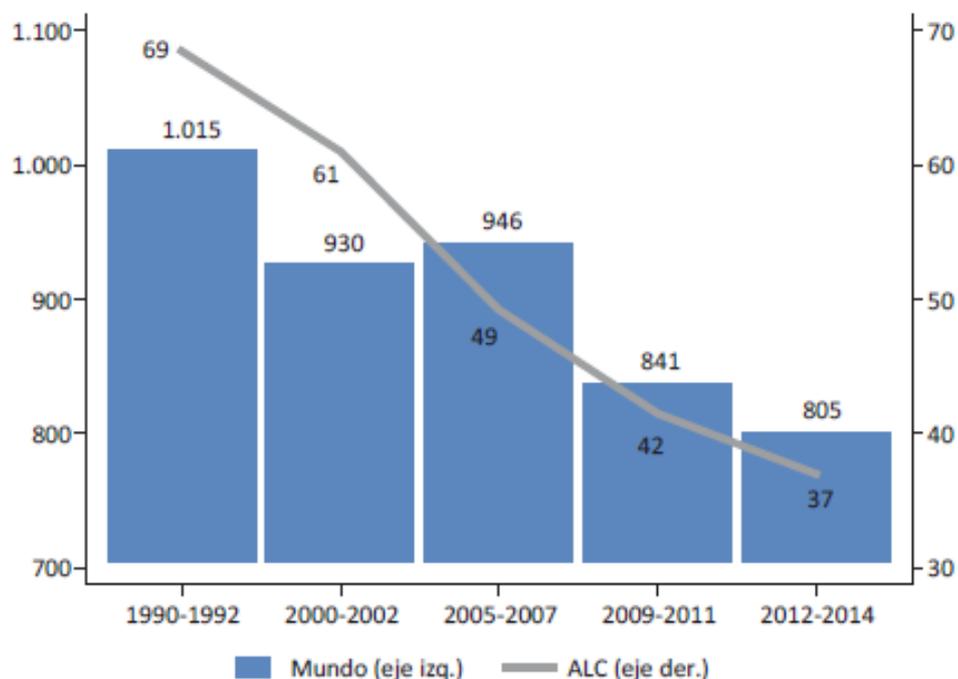
Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a alimentação constitui um direito básico de todos os seres humanos. No entanto, um olhar para o cenário mundial e nacional demonstra que a miséria continua imprimindo a sua marca mais cruel: a de privar as pessoas de comer e beber água. Estas carências e em especial no meio rural, devem ser necessariamente contextualizadas no que tange o acesso a outros direitos básicos, bem como ao acesso aos serviços públicos (DECLARAÇÃO, 1948).

3.1 PANORAMA E TRAJETÓRIA DA ISAN E DA POBREZA

A fome e subalimentação apresentam uma queda significativa no último século, porém com taxas muito diferentes nas diversas regiões do mundo. Observa-se na Figura 32, que retrata a trajetória da fome, que o decréscimo da fome na América Latina e no Caribe (ALC) foi gradativo e acompanhando as tendências internacionais. Como em outras partes do mundo, os efeitos combinados da crise dos preços dos alimentos e a crise econômica, entre 2007 e 2009, afetaram gravemente o acesso a uma alimentação adequada e, de forma significativa, desfizeram os progressos no combate à fome e ISAN dos 15 anos anteriores.

De acordo com a FAO, apesar do declínio das taxas de pobreza desde 2010 na região, estima-se, que vivem aproximadamente 70 milhões de pessoas na ALC em situação de pobreza, correspondendo a 12% da população total da ALC. Em termos de fome e subalimentação, estima-se que 37 milhões de latino-americanos e caribenhos convivem com a fome crônica (FAO, 2014b).

Figura 33 – A fome na América Latina e Caribe e no mundo em distintos períodos (milhões de pessoas)



Fonte: FAO, 2014b.

No Brasil, desde o reconhecimento oficial em 2003 pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, da existência da fome e da miséria no país e, ao mesmo tempo da impossibilidade de uma verdadeira ascensão de um país que não conseguiu erradicar estas mazelas e garantir a qualidade de vida de todos seus cidadãos, constatam-se muitos avanços no âmbito da SAN e da justiça social. Estes esforços tornaram o Brasil uma referência internacional de combate à fome (FAO, 2014a). É válido afirmar, que estes avanços são fruto da necessária aproximação com a realidade, através da ampla participação social e lutas da sociedade civil organizada, além de políticas públicas inclusivas. No entanto, cerca de 16 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza e miséria.

De acordo com o “Mapa da Fome 2013”, apresentada pela FAO (FAO, 2014a), o Brasil conseguiu reduzir a pobreza extrema em 75% entre 2001 e 2012. 36 milhões de brasileiros saíram da situação de pobreza entre 2003 e 2013. O coeficiente de Gini no Brasil, que mede a desigualdade de renda, diminuiu de 0,59

para 0,53 entre 2002 e 2012. Durante este período, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres declinou de 22,2% para 15,4%.

Porém, a extrema heterogeneidade nas condições sociais, diversidade étnica e expansão territorial do Brasil se refletem na situação alimentar e nos problemas nutricionais, oscilando entre carências nutricionais, obesidade e doenças associadas (BARROS, et al., 2013). Uma análise deste “mosaico alimentar brasileiro” revela o quanto a obra sexagenária “Geografia da Fome” de Josué de Castro” continua viva e polêmica. Pouco tem mudado de sua constatação da associação geográfica, sociopolítica e cultural da fome no Brasil. Historicamente, as Regiões Norte e Nordeste, sempre apresentaram os piores indicadores e dados associados à qualidade de vida, saúde e acesso aos serviços públicos, realidade que não mudou até hoje.

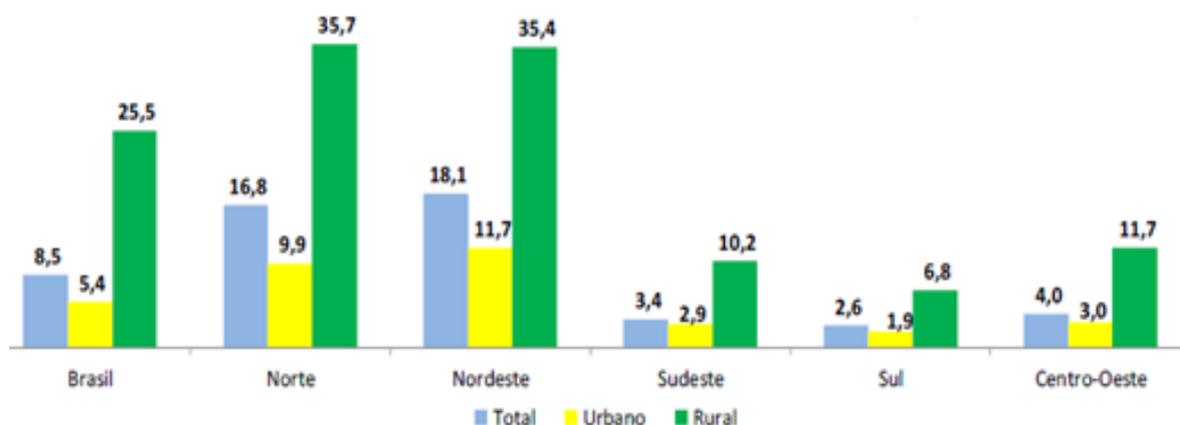
De acordo com o último censo populacional realizado pelo IBGE em 2010, o contingente de pessoas em extrema pobreza totaliza 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total. Com uma taxa de urbanização de 84,4%, a pobreza urbana é estimada em 53,3%. Em outros termos, 46,7% das pessoas em situação de extrema pobreza residem em áreas rurais, com taxas ainda mais altas nas Regiões Norte (56,4%) e Nordeste (59%). De um total de 29,83 milhões de brasileiros residentes no campo, praticamente um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%), perfazendo um total de 7,59 milhões de pessoas. Quanto à renda média, a Região Sudeste apresenta uma renda média 73% maior do que na Região Norte e 93% maior do que no Nordeste (BRASIL, 2011c; IBGE, 2011).

Como representado no Gráfico 1, a incidência da extrema pobreza nas Regiões Norte²² (35,7%) e Nordeste (35,4%) supera consideravelmente as demais regiões, em especial na área rural. Vale ressaltar que nestas duas regiões também se concentra mais da metade da população em situação de indigência: 56,4% na

²² Não existem dados censitários consolidados específicos acerca da “Região Amazônica”.

Região Norte e 52,5% na Região Nordeste, enquanto as demais regiões permanecem com percentuais inferiores (BRASIL, 2011c).

Gráfico 1 - Incidência da população em extrema pobreza por situação do domicílio segundo Grandes Regiões no Brasil – 2010 (em %)



Fonte: BRASIL, 2011c.

Evidencia-se na Região Norte a alta prevalência de ISAN (40,3%) nas suas formas leve, média e grave (Nordeste 46,1%, Sul 18,7%). Outros indicadores associados à saúde e vulnerabilidade também apontam pela emergência de políticas públicas regionalizadas: alta prevalência de baixo peso (3,3%), baixo peso ao nascer (4,8%) e déficit de estatura de menores de cinco anos (14,7%), baixa adesão ao pré-natal completo (31,5%), elevada porcentagem de domicílios sem acesso ao saneamento básico e ao abastecimento à água (41,7%, Sudeste 92%) além das altas taxas de analfabetismo, entre outros (BRASIL, 2011c, IBGE, 2010b).

No entanto, entre 2004 e 2009, constata-se a redução da proporção de domicílios em situação de SAN tanto na zona urbana (de 33,3% para 29,4%) quanto nas áreas rurais (de 43,6% para 35,1%). Além do predomínio da ISAN no meio rural, estudos nacionais demonstram que a prevalência de ISAN ainda tende ser maior em domicílios com mais de três moradores, em pessoas pardas ou negras, em

domicílios, cujos chefes de família são do sexo feminino, bem como entre crianças e famílias com baixa escolaridade (BRASIL, 2007a; IBGE, 2010b; 2010b; 2011).²³.

No Amapá estima-se, que quase a metade dos domicílios convive com a ISAN (45,5%); quase um quinto de todos os domicílios (19,9%) se encontra em situação de ISAN moderada ou grave. Dos 110 mil domicílios no Amapá, com pelo menos um morador com menos de 18 anos, a metade, ou seja, 55 mil enfrentam ISAN no ano de 2009, porcentagem praticamente igual em 2004. Constata-se, que a ISAN moderada e grave afeta com 50,9% pessoas “ocupadas”, porém apenas 4,5% com atividade principal na agricultura. De acordo com o IBGE (2010b), 85 mil pessoas vivem em situação de extrema pobreza no Amapá, convivendo com uma renda mensal *per capita* de no máximo 70 reais. Vale ressaltar, que a taxa da extrema pobreza apresenta uma queda significativa de 4,14% nos últimos dez anos no Brasil. Queda praticamente oito vezes mais favorável do que no Estado do Amapá, que apresentou um declínio de apenas 0,52% neste mesmo período (IBGE, 2010b).

A forte inter-relação entre renda e ISAN também é evidente no Amapá: 76,3% dos domicílios considerados em situação de ISAN moderada ou grave possuem uma renda mensal de até um $\frac{1}{2}$ salário *per capita*, enquanto apenas 0,2% dos domicílios em situação de ISAN ganham mais do que dois SM *per capita*. 57,2% dos domicílios em ISAN moderada ou grava não possuem renda, ou, no máximo recebem benefícios sociais, fatos que reforçam a necessidade de políticas públicas no âmbito da assistência social (IBGE, 2010b). Verifica-se, neste contexto, que a estratégia “Fome Zero” (2003) trouxe a questão da fome e miséria para dentro da discussão pública e consolidou-se como política de estado no Brasil, porém a fome e a miséria ainda privam milhões de brasileiros de ter uma vida digna e humana.

²³ Vale ressaltar, que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) não possibilita análises em nível municipal, tornando o Cadastro Único como única fonte de informações intercensitária da população vulnerável dos municípios do Brasil.

Em meio deste cenário atual, marcado por mudanças socioeconômicas, transição demográfica, socioeconômica e epidemiológica, evidencia-se também uma transição nutricional. Esta transição nutricional condiz à diminuição da taxa de desnutrição de um lado e o paralelo aumento de sobrepeso e obesidade em todos os níveis populacionais. Este excesso de peso é intimamente ligado à vida cada vez mais sedentária, hábitos alimentares inadequados, entre outros, e se reflete na crescente prevalência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT).

Por outro lado coexistem a desnutrição calórico-protéica, as carências de micronutrientes, tais como a anemia, as hipovitaminoses e as doenças infecciosas, tais como a malária, a tuberculose, a hanseníase, entre outros, com maior prevalência nos ambientes rurais e característicos da pobreza. Os dados disponíveis mostram, que nas Regiões Nordeste e Norte há altos índices de subnutrição, enquanto nos estados do Sudeste e do Sul muitas pessoas são mal nutridas, com altos índices de obesidade e doenças afins. Estas desigualdades também se refletem no consumo médio de quilocalorias, não ultrapassando as 1700 quilocalorias²⁴, deixando um déficit expressivo por pessoa na média geral (REDESAN et al., 2011).

No entanto, no Brasil existe uma produção de alimentos, que poderia suprir as necessidades alimentares e nutricionais de toda sua população. No caso do Amapá, uma recente pesquisa denominou este fenômeno, também identificado no âmbito estadual, como “fome na abundância”. Aponta a prática da troca de alimentos locais e regionais por alimentos refinados, industrializados e importados tanto como fator, como agrave deste cenário (AMARAL et al., 2011). Este fato remete à reflexão a respeito da inter-relação complexa custo-saciedade–sabor e às escolhas alimentares. Porém, necessariamente, as extremas desigualdades locais e a heterogeneidade do Estado do Amapá em questões de distribuição e de acesso aos alimentos devem ser consideradas.

²⁴ De acordo com a FAO, uma pessoa precisa ingerir de 1.900 a 2.400 quilocalorias por dia para estar adequadamente alimentada.

Ainda neste contexto da soberania alimentar a RedeSAN explica, que

[...] as causas da fome no país estão relacionadas à má distribuição e não à falta de alimentos neste país que a cada ano aumenta sua produção e exportação de alimentos. É inegável que as mudanças climáticas, a destinação de grandes extensões de terra para a produção de matéria prima para agrocombustíveis e a especulação dos alimentos nas bolsas de mercadorias de futuro encontram-se entre as causas mais estruturais da crise alimentar. Deste modo, as causas da pobreza e da fome no Brasil não devem ser buscadas nas flutuações de curto prazo da economia, mas, ao contrário, nas desigualdades estruturais e históricas da distribuição de riquezas neste país que se encontra entre os países de maior desigualdade de renda do mundo (REDESAN et al., 2011, p. 3).

Neste sentido, fica evidente, que a superação da fome e da miséria depende, acima de tudo, de vontade política dos governantes em todas as esferas de governo. No intuito de alterar as condições estruturais geradoras das desigualdades e da injustiça social na sociedade brasileira, planos de médio e longo prazos, com a adoção de medidas que modifiquem as bases das relações econômicas da sociedade se fazem necessários.

3.2 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À ISAN

A Declaração Universal dos Direitos Humanos em (DUDH) é considerada um marco histórico na consolidação de conquistas e lutas em prol de um mundo mais livre e justo. Assim, criou-se um primeiro amparo legal para a adoção e difusão do DHAA no Brasil e de nível internacional. A posterior formulação e ratificação de pactos e tratados internacionais, tais como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), ambos em 1966, as “Cúpulas Mundiais de Alimentação” da FAO (1996 e 2002), bem como a adoção das “Diretrizes Voluntárias”,²⁵ (2004) trouxeram

²⁵ Elaboradas a pedido da FAO por um Grupo de Trabalho Intergovernamental no período de 2002-2004.

outras contribuições importantes para o desenvolvimento e a realização progressiva do DHAA (BURITY et al., 2010).

O reconhecimento da importância de um compromisso internacional na erradicação da fome, miséria e suas consequências diretas e indiretas se expressa também na definição dos “Objetivos do Milênio”- compromisso assumido por 189 nações (2000), para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade com metas concretas a serem alcançadas até o ano de 2015 (BURITY et al., 2010).

No Brasil, o marco histórico na SAN constitui a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº 11.346/2006), ao criar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Em seu artigo 2º a LOSAN reafirma de forma ampla a indivisibilidade e estreita relação entre o DHAA e a dignidade humana, ao definir, que

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização os direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006, p. 3).

A Constituição Federal de 1988 trouxe um conjunto de leis que garantem direitos econômicos, sociais e culturais, estabelecendo como um dos fundamentos (pilares) do Brasil à dignidade da pessoa humana. No entanto, somente em 2010 a alimentação foi incorporada explicitamente no rol dos direitos individuais e sociais através da Emenda Constitucional 64 (BRASIL, 2010), definindo o cidadão brasileiro como titular deste direito e atribuindo a responsabilidade de sua garantia ao poder público.

Cabe então ao poder público a adoção de medidas, que respeitem, protejam, prevejam e realizem o DHAA, bem como a informação, o monitoramento, a fiscalização e avaliação da realização do DHAA. Diferençam-se entre violações do DHAA por ação direta ou indireta, por omissão ou por incapacidade, porém não isentando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de adotarem todos e quaisquer mecanismos na garantia da lei, caso necessário, incluindo procura de ajuda internacional para fazer jus a suas obrigações. A exigibilidade do DHAA quanto ao seu provimento, sua promoção e sua proteção se dá tanto ao nível

interacional, como ao nível nacional pelos cidadãos brasileiros (BURITY et al., 2010).

No Brasil, especialmente os conselhos de SAN, o Ministério Público, a Defensoria Pública e conselhos devem ofertar instrumentos e mecanismos, onde o cidadão brasileiro possa exigir o cumprimento dos direitos humanos e constitucionais, entre eles o DHAA. Em concordância com a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) vale lembrar neste interim, que a exigibilidade pressupõe a devida divulgação e o necessário empoderamento dos cidadãos brasileiros a respeito do DHAA e outros direitos humanos (BURITY et al., 2010).

Em suma, os órgãos e cientistas de referência no âmbito da SAN associam a existência da fome e ISAN a um conjunto de políticas públicas ineficazes, falta de articulação política de todos os setores da sociedade em meio de um modelo econômico global, que por si só não favorece as camadas carentes e improdutivas. Em sintonia com Betinho e Josué de Castro, a FAO (2012) postula que a fome e a ISAN poderiam ser evitadas através de: (a) maior comprometimento e articulação de todos os setores da sociedade; (b) mais recursos e (c) políticas públicas com abordagem específica das causas da pobreza, fome e desnutrição.

No contexto das políticas públicas Takagi e Maluf (2011, p.2) esclarecem, “se o desafio do programa “Fome Zero” era de garantir, ao menos, três refeições ao dia, o grande desafio da segurança alimentar hoje é o acesso à alimentação adequada e saudável de forma permanente e sustentável”. Com vistas às dimensões do DHAA, os mesmos autores sugerem um amplo programa de educação alimentar que dissemine os hábitos alimentares mais saudáveis, com enfoque especial às pessoas em situação de ISAN, uma vez, que “as famílias mais pobres, que têm sua renda melhorada, buscam reproduzir cada vez mais o padrão de consumo dominante e suas crianças passam a ser alvo da indústria alimentícia” (TAKAGI; MALUF, 2011, p.2), assunto, que será mais abordado no próximo capítulo.

Considerando os reflexos do contexto político e social no Brasil na alimentação e estrutura social das pessoas, nota-se que, historicamente o desenvolvimento econômico estava em primeiro plano. Sem efetivos esforços quanto à igualdade social por parte dos governos, o capitalismo como modelo

econômico em vigor no país, contribuiu com a gradativa polarização entre as classes sociais. Os “ricos” com poder de compra, trabalho, saúde e moradias dignas e os “pobres” às margens da sociedade, sem renda, sem trabalho e acesso aos bens comuns e desprovidos de assistência social.

A progressiva conscientização da importância da proteção social no Brasil pode ser percebida desde a década de 1980. O período no final da ditadura e logo após, caracterizado por um cenário de desemprego, privatização de serviços essenciais e pobreza, provocado por lutas populares em prol de direitos coletivos. No entanto, o grande marco histórico foi a promulgação da Constituição Federal em 1988, ao atribuir mais direitos e deveres aos poderes e ao cidadão brasileiro. Em especial os direitos sociais do Artigo 6º contribuíram com o desenvolvimento de medidas de proteção voltadas às famílias brasileiras nas décadas seguintes. No entanto, em especial, a partir do início do século XXI, as legislações e leis criadas no âmbito da assistência social, aparentemente começaram a ser levadas em prática.

A reorientação da proteção social se repercutiu com a gradativa redução da pobreza e a ascensão de muitas famílias brasileiras. Falar de uma paralela inclusão social das mesmas talvez seja otimista demais, uma vez que o fator “renda” não é o único aspecto que classifica uma família como “pobre”, como discutido anteriormente. Analisando as políticas voltadas à SAN no contexto nacional, vale ressaltar o significativo trabalho realizado pelo CONSEA como órgão fiscalizador e na reivindicação da garantia do DHAA de nos últimos anos (VALENTE, 2009).²⁶ Este órgão tem levado a discussão da SAN e das suas políticas para além da esfera nutricional ou hipossuficiência financeira, destacando sempre a interdependência dos determinantes nos contextos da segurança alimentar e a necessária intersetorialidade.

²⁶ A LOSAN determina que os conselhos de SAN sejam compostos por 2/3 de seus representantes provenientes da sociedade civil organizada, bem como presidido por este segmento sem vínculo com os poderes públicos (BRASIL, 2006).

A consciência do DHAA, por parte dos governos e da sociedade, é progressiva e vem ganhando espaços no Brasil. A definição do combate à fome e à pobreza como prioridade por parte do governo federal, bem como a institucionalização desta Política de Estado, ampla mobilização e participação social nas quatro conferências nacionais de SAN resultaram na construção do Plano Nacional de SAN²⁷. Este plano, o SISAAN juntos ao Plano Brasil sem Miséria²⁸ estão sendo considerados como referência e modelo ao nível internacional no âmbito da ISAN (CONSEA, 2007; 2011; FAO, 2011b; 2011c; 2014b; 2014c).

Nesta perspectiva, entre as atuais políticas públicas associadas à SAN de âmbito federal, destacam-se especialmente o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPS), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Plano Brasil sem Miséria, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No entanto, o leque de programas sociais por parte do governo federal é maior.

Ao nível estadual, existe o Programa “Renda Para Viver Melhor”, destinado à famílias com uma renda *per capita* inferior à 1/2 Salário Mínimo (SM), que tenham dependentes estudando na faixa etária entre sete a quatorze anos de idade, e para Parteiras Tradicionais. Este programa se caracteriza pela transferência de renda (1/2

²⁷ De acordo com este plano, as políticas de SAN devem se nortear e assegurar os seguintes eixos temáticos: (a) oferta de alimentos aos estudantes, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar; (b) transferência de renda; (c) educação para Segurança Alimentar e Nutricional; (d) apoio a pessoas com necessidades alimentares especiais; (e) fortalecimento da agricultura familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos; (f) aquisição governamental de alimentos provenientes da agricultura familiar para o abastecimento e formação de estoques; (g) mecanismos de garantia de preços mínimos para os produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade; (h) acesso à terra; (i) conservação, manejo e uso sustentável da agrobiodiversidade; (j) alimentação e nutrição para a saúde; (k) vigilância sanitária; (l) acesso à água de qualidade para consumo e produção; (m) assistência humanitária internacional e cooperação Sul-Sul em Segurança Alimentar e Nutricional; e (n) SAN de povos indígenas, quilombolas, demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2011a).

²⁸ O objetivo do Plano Brasil Sem Miséria (2011) é elevar a renda e as condições de bem-estar das famílias extremamente pobres que ainda não são incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades; parte da busca ativa destas famílias.

SM/mês) para as pessoas inscritas. Atualmente, 17.863 famílias estão sendo beneficiadas pelo “Programa Renda para Viver Melhor”.

Nesta perspectiva, a FAO (FAO, 2014c) propõe um amplo modelo de proteção social que ultrapassa a visão focada na renda (Figura 33). Ponto de partida na formulação de políticas públicas de proteção social com vistas à SAN deve ser a visualização do cenário político regional e mundial, de seu marco jurídico internacional, do sistema agroalimentar mundial e do espaço cultural e ideológico mundial. Em nível “intermediário”, questões nacionais e locais acerca da produção alimentícia, da cultura e dos valores da população, o marco jurídico e institucional, o compromisso político, a governabilidade e estado de democracia, as estratégias nacionais e locais de desenvolvimento, bem como as políticas e estratégias no âmbito da SAN devem ser considerados ao se pensar em um sistema de proteção social eficiente e eficaz.

Conforme Figura 20, condições como saúde, infraestrutura, comércio, produção, desenvolvimento rural e territorial, educação, emergências e gestão de risco, se refletem através da estabilidade, utilização biológica, disponibilidade e acesso aos alimentos de forma direta e indireta na situação de SAN e na qualidade de vida das pessoas. Na tentativa de reverter o cenário atual, o grande desafio das políticas públicas, então, é a criação e aplicação de um modelo conceitual que abrange toda esta complexidade.

Figura 34 – A proteção social e seu contexto interdisciplinar na garantia da Insegurança Alimentar e Nutricional.



Fonte: FAO, 2014c.

No tocante às políticas públicas e tendências atuais, a contemplação da participação social cada vez mais ganha espaço. Tendência, talvez, também expressa pela instituição da Política Nacional de Participação Social (PNPS; BRASIL, 2014). Conclui-se, diante da acirrada discussão acerca da PNPS, que a falta de preparo de diversos poderes, bem como da própria sociedade civil para uma efetiva participação e controle social é evidente. Neste contexto, é válido pensar em mecanismos que permitem o empoderamento das pessoas, talvez, a “Educação Popular e Cidadã” constitua um dispositivo para tal fim.

Diferente das tradicionais ações educativas particularmente autoritárias e verticais, a “Educação Popular e Cidadã”, com Paulo Freire e Moacir Gadotti como principais referenciais, busca através da reflexão crítica, do diálogo e da construção

compartilhada do conhecimento, o encontro entre a cultura popular e a ciência (BRASIL, 2007b; VASCONCELOS, 2007). Neste ambiente, aparentemente informal, porém carregado de simbolismo, a escuta e a fala das próprias pessoas marginalizadas, bem como a troca de seus saberes ganha importância. A “Educação Popular e Cidadã” parte do reconhecimento dos mesmos como sujeitos e atores sociais, capazes de contribuir com a transformação de sua realidade vivenciada. Assim, conforme Vasconcelos (2007, p. 15),

problematizando a realidade tomada como referência, a Educação Popular mostra-se como um dispositivo de crítica social e das situações vivenciadas por indivíduos, grupos e movimentos, permitindo a visão de fragmentos que estavam invisíveis e ideologias naturalizadas como realidades favorecendo a liberação de pensamentos e de atos ativos de mudança social.

Importante ter em mente que, segundo Brandão (1986 apud VASCONCELOS, 2007, p. 20), “a Educação Popular não visa criar sujeitos subalternos educados: sujeitos limpos, polidos, alfabetizados, bebendo água fervida, comendo farinha de soja e utilizando fossas sépticas.” Na visão de Vasconcelos (2007, p. 16) a “Educação Popular” ambiciona muito mais, uma vez, que,

[...] representa o conjunto de conceitos polissêmicos, que ganham expressão concreta nas ações sociais orientadas pela construção de correspondência entre as necessidades sociais e a configuração de políticas públicas, proporcionando lutas coletivas em torno de projetos que levem à autonomia, solidariedade, justiça e equidade.

4 COMPORTAMENTO ALIMENTAR E AMBIENTE

4.1 ESCOLHAS ALIMENTARES

Uma alimentação saudável contribui para a promoção e manutenção da saúde, prevenção de patologias e um estado nutricional adequado em todas as fases do curso da vida. De acordo com o “Guia Alimentar para a População Brasileira” a alimentação saudável e adequada é aquela, que atende às necessidades nutricionais e às características de cada fase do curso da vida, sendo acessível física e financeiramente a todos, sendo saborosa, variada, colorida, harmônica e segura de ponto de vista sanitário e que respeita a cultura alimentar da população brasileira (BRASIL, 2005, 2014b).

Agregando os conceitos da SAN e do DHAA a esta definição, significa que esta alimentação adequada e saudável esteja garantida ininterruptamente e ao alcance de todos, inclusive gerações futuras, em termos de acesso físico, econômico. Isto, sem o comprometer a outras necessidades essenciais. Percebe-se que esta compreensão agrega outras dimensões a uma alimentação adequada, em especial, a noção da sustentabilidade. Pressupondo, também, a necessária responsabilidade social e ambiental e agregando o “prazer”, o CONSEA propõe a definição talvez mais completa e ampla de uma “alimentação saudável e adequada”:

Alimentação saudável e adequada é a realização de um direito básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada pelo referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer, às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados (CONSEA, 2007, p.12).

Embora, a alimentação deva fornecer os nutrientes necessários para uma vida com saúde plena, a prática e o comportamento alimentar são influenciados pelos mais diversos fatores, tanto de cunho financeiro e de acesso, bem como de fatores culturais, emocionais e sociais. Valente (2011, p.1) destaca neste contexto, que

O ato de alimentar-se, alimentar seus familiares e aos outros é um dos que mais profundamente reflete a riqueza e a complexidade da vida humana em sociedade. Os hábitos e práticas alimentares de um ser humano, de sua família e de sua comunidade são um produto da história e da vida de seus antepassados, um reflexo da disponibilidade de alimentos e de água na localidade onde residem, e de sua capacidade econômica e física de ter acesso aos mesmos.”

Em consonância, a antropóloga Maciel (1996 apud CANESQUI, 2005, p. 46) afirma que “a comida não é apenas boa para comer, mas também boa para pensar. Pensar em comida é pensar em simbolismo, pois ao comermos, além de ingerirmos nutrientes [...], ingerimos também símbolos, ideias, imagens e sonhos”. Conclui-se, portanto, que o comportamento alimentar não responde apenas à ordem biológica, senão envolve questões históricas, culturais, econômicas, sociais, espirituais, ideológicas e ecológicas. Vasconcelos (2008, p.120) alerta neste contexto

Como as preferências alimentares têm um papel importante na determinação da seleção de alimentos e qualidade da dieta, um melhor entendimento sobre o desenvolvimento dessas preferências poderia contribuir para o desenvolvimento de estratégias de intervenção que promovessem dietas saudáveis.

Em concordância com Vasconcelos, a compreensão do fenômeno, que o ato de alimentar-se constitui, se torna um desafio cada vez mais emergente no cenário da ISAN e saúde em geral. Diante do cenário atual, o Ministério da Saúde (MS) elaborou novas recomendações alimentares²⁹ nas quais o comportamento alimentar, fatores socioculturais, a regionalização da alimentação, a aquisição e o preparo ganham mais ênfase do que a própria distribuição dos nutrientes dentro da dieta.

É inegável que a presença e influencia de grandes corporações alimentares, e a, praticamente, ilimitada exportação e importação de alimentos, bem como a expansão do agronegócio em detrimento da agricultura familiar repercutem no cenário alimentar em todas as esferas. Embora responsável por aproximadamente 80% dos alimentos consumidos pela própria população brasileira, a participação da

²⁹ Em consulta pública, a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do MS, em conjunto com pesquisadores e academia realizou uma revisão e atualização do “Guia Alimentar para a População Brasileira”, que foi lançado em dezembro de 2014 (BRASIL, 2014b).

agricultura familiar no cenário agroalimentar nacional é desproporcionalmente pequena.

No mais, nota-se, que outros fatores, tais como a propaganda agressiva, os padrões de beleza, a crescente inclusão da mulher no mercado de trabalho e a consequente ausência do lar, o processo de urbanização, a competitividade no mercado de trabalho, entre outras mudanças constatadas, refletem diretamente no comportamento alimentar e na configuração da SAN (REDESAN et al., 2011). Constata-se na atualidade a influência persuasiva dos comerciais de televisão, procurando atingir o comportamento de consumo do público em geral.

Trilhando entre simbologia, prioridades e reais recursos financeiros e humanos, implica em uma permanente adaptação e reorientação por parte das pessoas, ainda mais entre as pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza. Como visto as escolhas alimentares não são tomadas sempre de forma racional.

De acordo com Peña e Bacallão (2006), percebe-se na ALC no último século XX, que o contato com padrões culturais de países “desenvolvidos” repercutiu, em especial, nos grupos populacionais mais pobres em uma espécie de “aculturação à distância”. Este fenômeno também é perceptível ao nível nacional ao adotar padrões de consumo, de beleza e de comportamento de personagens de novelas e de pessoas famosas.

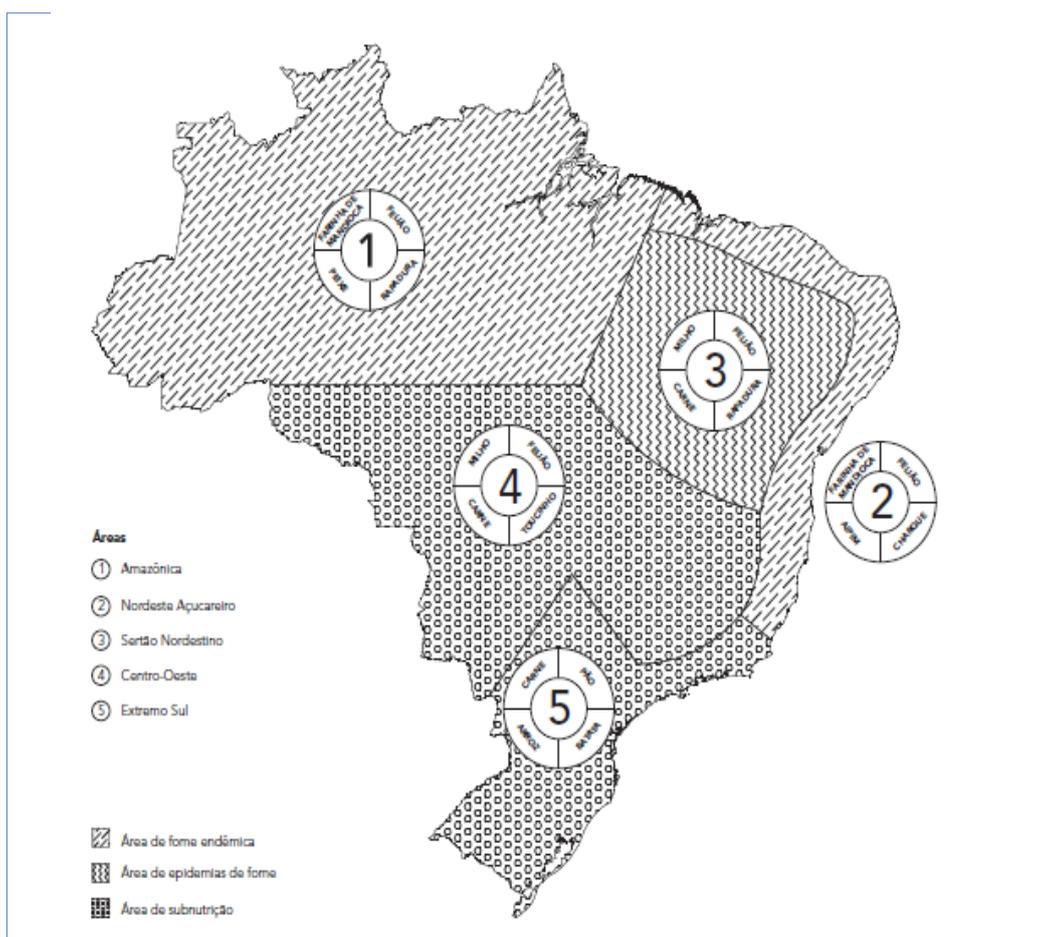
Apesar de distantes de suas capacidades e da própria realidade, são criadas imagens e simbologias que são estabelecidas como ideais e objeto de “desejo”. Frente a uma infinidade de alimentos e de produtos de “prestígio” no mercado de consumo, e ao mesmo tempo desprovidos das necessárias informações a respeito da alimentação saudável. A repercussão desta “aculturação” nos hábitos alimentares e no estado nutricional nas camadas mais pobres é evidente (PEÑA; BOCALLÃO, 2006).

4.2 O PERFIL ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL E NA REGIÃO AMAZÔNICA

Denomina-se como “mosaico alimentar brasileiro” “a diferenciação regional dos tipos de dieta existentes no país, oriundas das variadas categorias de recursos naturais (alimentos) e das distintas etnias que constituíram a nação brasileira” (VASCONCELOS, 2008, p. 2716). A extrema heterogeneidade nas condições sociais, diversidade étnica e expansão territorial do Brasil se refletem na situação alimentar e no perfil nutricional, oscilando entre carências nutricionais e obesidade e doenças associadas (BARROS, et al., 2013). Uma análise deste “mosaico alimentar brasileiro” revela o quanto a obra de Castro “Geografia da Fome” continua viva e polêmica: pouco tem mudado de sua constatação da associação geográfica e sociopolítica e cultural à fome no Brasil.

Quanto ao regime alimentar da Amazônia, Josué de Castro identificou em 1946 uma dieta básica, constituída por farinha de mandioca, associada ao consumo de peixe, feijão e rapadura e pimenta, predominantemente inspirada pela cultura indígena, como se observa na Figura 35.

Figura 35 - Mapa das áreas alimentares do Brasil, 1946.



Fonte: CASTRO, 1984.

É

valido constatar, neste sentido, que, todavia a farinha de mandioca (*Manihot esculenta*) é imprescindível na dieta da Região Amazônica, porém a cultura alimentar sofre cada vez mais a introdução de alimentos industrializados e ultraprocessados, geralmente associados à dieta ocidental. A farinha de mandioca (*Manihot esculenta*), como já observado por Castro em 1946, continua sendo

[...] consumido em diferentes preparações sob a forma de farofas, mingaus, beijos e bebidas fermentadas, sendo misturado a outros alimentos, oriundos da flora silvestre (frutos, sementes e ervas), da fauna aquática e terrestre (peixes, crustáceos, tartarugas, tracajás, jabutis, antas, macacos e patos), além da incipiente agricultura regional. Destaca-se o largo consumo de pimentas e outras ervas na preparação dos pratos regionais como uma importante contribuição da cultura indígena. (1984, CASTRO, p. 62)

Apesar do consumo ocasional de algumas frutas e castanhas, ricas em vitamina A, ferro, antioxidantes (açai "*Euterpe oleracea*", bacaba "*Oenocarpus bacaba*" etc.), vitamina C (caju "*Anacardiaceae*", goiaba "*Psidium guajava*", proteínas

e ácidos graxos (castanha-do-pará "*Bertholletia excelsa*"), Castro (1984, p. 63) caracterizou a dieta amazônica em 1946 como "pouco trabalhada [...] sua análise biológica e química revelava inúmeras deficiências nutritivas", como apresentado em seu Mapa das principais carências nas diferentes áreas alimentares (Figura 36).

Figura 36 - Mapa das principais carências nas diferentes áreas alimentares, 1946.



Fonte: CASTRO, 1984.

Evidencia-se na alimentação contemporânea um claro declínio no que tange o ato social e cultural da alimentação. Os pratos e alimentos tradicionais cada vez mais estão sendo substituídos por produtos industrializados de preparação e

consumo rápidos, tendência observada em todas as classes sociais. Constatam-se em nível mundial mudanças nas dietas, aumentando o consumo de alimentos com alta densidade energética (ricos em gorduras açúcares) e deficientes em outros nutrientes essenciais. Atribui-se estas mudanças nas escolhas alimentares ao baixo custo dos alimentos ultraprocessados, seu paladar, além da habilidosa manipulação da indústria alimentar entre outros aspectos abordados no capítulo anterior (MONTEIRO, 2006; PEÑA; BOCALLÃO, 2006).

No Brasil, as pesquisas também indicam um ritmo acelerado nas alterações dos padrões alimentares, versus uma dieta rica em gorduras saturadas, açúcares e alimentos refinados e industrializados e pobres em carboidratos complexos e fibras. A predominância desta “*dieta ocidental*” somada ao declínio da atividade física se manifesta em alterações na composição corpórea e estado nutricional (MONTEIRO, 2006). Estas mudanças no comportamento alimentar constituem uma tendência, que iniciou nos países europeus e nos Estados Unidos da América no século XIX, constatando-se, porém um ritmo muito mais acelerado nos países em desenvolvimento. Peña e Bacallão (2006) destacam a especificidade latino-americana na inter-relação entre a transição nutricional, demográfica, epidemiológica e econômica. Específica e mais agravante, em virtude da persistência de extremas desigualdades sociais e de acesso a serviços públicos na região.

Considerando nossa realidade amazônica, o impacto deste novo padrão alimentar certamente é muito significativo tanto na cultura local como no estado nutricional. Vasconcelos alerta para tal, que:

Nos dias atuais, ao perfil epidemiológico nutricional traçado por Josué de Castro, caracterizado pelas carências nutricionais (desnutrição, hipovitaminoses, bócio endêmico, anemia ferropriva etc.), sobrepuseram-se as doenças crônicas não-transmissíveis (obesidade, diabetes, dislipidemias etc.). (VACONCELOS, 2008, p. 2716)

Pesquisas indicam uma tendência crescente de obesidade especialmente também na população mais carente, fato não surpreendente, diante de dietas ricas ou basicamente compostas por gorduras e carboidratos simples Tudo leva a crer que essas tendências se acentuaram no período mais recente, ou seja, o crescimento do sobrepeso e da obesidade e a redução da desnutrição (PEÑA; BOCALLÃO, 2006). Diante da crescente prevalência das DCNT e a coexistência de

doenças infecciosas e desnutrição, a atenção na saúde pública se volta cada vez mais para a importância da educação alimentar e nutricional como forma preventiva e terapêutica no estabelecimento da saúde plena.

Monteiro (2006, p. 86) destaca neste interím como grande desafio da saúde pública e da SAN

[...] o comprometimento firme de fazer com que as atividades educacionais sobre alimentação e nutrição efetivamente atinjam todas as camadas socioeconômicas e a responsabilidade das instituições governamentais de promover ativamente o suprimento de alimentos saudáveis e acesso a eles.

Como também já postulado por Takagi e Maluf (2012) no contexto das políticas públicas, uma vez garantida a adequação alimentar em termos quantitativos, o grande desafio da atualidade constitui agora a promoção e a garantia de uma alimentação adequada e saudável, que seja acessível à todos e que atenda aos princípios culturais, éticos e de sustentabilidade.

5 AMAZÔNIA BRASILEIRA: CARACTERÍSTICAS E PECULARIDADES

A Região Amazônica se destaca no cenário brasileiro pela sua especificidade no que tange a questões demográficas, econômicas, políticas, geográficas, bem como culturais e sociais. Fato muitas vezes subestimado ou desconsiderado no desenho e na execução de programas, projetos e políticas públicas na região. Mesmo em pleno século XXI, a Região Amazônica constitui um lugar, onde a população, todavia, convive em estreita relação com a natureza, preserva rituais e crenças seculares. Em suma, trata-se de uma realidade tão peculiar nos pequenos núcleos urbanos interioranos amazônidas, que difere totalmente de outros estilos de vida na atualidade. Oliveira (2006, p. 27) frisa que se trata de

[...] lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil.

A Amazônia constitui um megabioma, composto por diversos ecossistemas com características específicas. Estima-se, que 50% da biodiversidade e cerca de um terço das florestas tropicais do mundo se encontram nesta região marcada pela bacia hidrográfica (VIANA, 2001). A Região Norte compreende aproximadamente 44% da área territorial brasileira, e conta com uma população de cerca de 12 milhões de pessoas, correspondendo a 8% da população brasileira (OLIVEIRA, 2008). Muitos destes ecossistemas naturais se apresentam na atualidade antropizados, na maioria, fruto de políticas públicas evasivas e distantes de um modelo próprio para a região. Um desenvolvimento sustentável que abrange e respeita os diferentes contextos políticos, econômicos, sociais e ecológicos e a peculiaridade amazônica e as características de suas populações e ambientes.

As grandes transformações da Região Amazônica estão indissociáveis de sua gradativa ocupação demográfica e econômica especialmente nos últimos dois séculos. Partindo de populações nativas, povos indígenas e pessoas, que se estabeleceram na região ainda no período da colonização (BRASIL; SANTOS; TEIXEIRA, 2004), dispersos ao longo dos rios e principais afluentes, identificam-se, basicamente, três períodos decisivos para o cenário atual da região.

A primeira “inserção da Amazônia no mundo” está associada à exploração de “drogas do sertão” (frutas, pimenta, mandioca (*Manihot esculenta*) etc.) e em seguida das matérias-primas de origem vegetal, tais como borracha, resinas, cascas entre outros (1998, MENDES; SACHS apud VIANA, 2001). Devido à própria forma de produção, manipulação e seu transporte fluvial, mesmo durante o grande “boom da borracha”, o impacto ambiental era baixo. O perpétuo aumento populacional na região contribuiu com o surgimento e crescimento de pequenos aglomerados e destacando Belém e Manaus como grandes centros em termos de comercialização, distribuição de mercadorias e uma ascensão econômica (BRASIL, 2004).

Com a implantação de políticas governamentais no contexto da “Operação Amazônia” e do “Programa de Integração Nacional”, a partir da década de 1960, megaempreendimentos, no âmbito da mineração, madeireiras, hidroelétricas, grandes projetos pecuários e agroindustriais, assentamentos, a construção de estradas e ferrovias visando o escoamento da produção, a criação da Zona Franca de Manaus, entre outros projetos desenvolvimentistas, impactaram em significativos fluxos migratórios para a Região Norte, além de uma destruição ambiental em grandes dimensões (VIANA, 2001).

Em consequência disso, a Região Amazônica cresceu desproporcionalmente no cenário nacional entre 1960 e 1991, apresentando também altas taxas nos anos subsequentes (OLIVEIRA, 2008; VIANA, 2001). Ao mesmo tempo, aumentou o número das cidades de forma significativa, enquanto o tamanho populacional das mesmas diminuiu em sua média. No mais, a subdivisão político-administrativa da região em estados e municípios, a criação de novos municípios e a realização de concursos públicos contribuíram de forma significativa com o crescimento populacional, atraindo novamente muitas pessoas oriundas de outras regiões e culturas para a Amazônia.

Em fim, a terceira etapa de ocupação geográfica e demográfica da região está associada ao processo de globalização que cada vez mais atinge a Região Amazônica. Em meio a esta globalização, mais severamente desde a última década do século XX, constatam-se mudanças no que tange o acesso às tecnologias avançadas (OLIVEIRA, 2006) e comunicação, porém em dimensões muito diferentes comparados ao nível internacional e nacional. Estes avanços tecnológicos,

sinônimos de progresso no mundo ocidental da atualidade, ocorrem de forma paralela à privação de muitas necessidades básicas associadas à qualidade de vida e à dignidade humana.

O forte crescimento demográfico da Amazônia, e a conseqüente antropização dos ambientes e ecossistemas, a devastação da natureza, muitas vezes em virtude do crescimento econômico individual ou de multinacionais, configura um cenário peculiarmente perigoso para o homem da Amazônia. De acordo com Viana (2001) a resistência cultural dos amazônidas, quanto às suas crenças, estilo de vida e espiritualidade, evitou impactos culturais e ambientais ainda maiores na Região Amazônica. Porém, as significativas mudanças decorrentes das políticas desenvolvimentistas, do processo de globalização e da introdução de inovações tecnológicas na região, emergem a necessidade de uma análise crítica. Emergem pesquisas científicas que possam contribuir com a compreensão da realidade e no desenho de políticas públicas eficazes para esta região.

Como conseqüência das grandes transformações ocorridas nos últimos séculos, a moradia e os aglomerados urbanos ou rurais na Região Amazônica se constituem geralmente por: (a) ribeirinhos, pequenos núcleos urbanos ou casas isoladas no meio da mata, garimpos e suas “currutelas”, (b) núcleos urbanos criados às margens das estradas ou em função de megaprojetos públicos e privados, além de (c) grandes centros urbanos, geralmente as capitais dos estados que concentram os recursos humanos e serviços de todos os níveis de atendimento e assistência. Impossível, então, ignorar a heterogeneidade da Amazônia da atualidade, onde parte da população acessa e se comunica via novas tecnologias, porém, sem se distanciar totalmente de suas raízes amazônidas, enquanto a vida interiorana do caboclo, todavia está alienada em grande parte às tradições familiares, estações climáticas, espiritualidade e crenças seculares.

Diante deste cenário, é válida a afirmação de Oliveira (2006) de que é impossível compreender e tratar a Amazônia sem partir de suas pequenas cidades. Postula que concepções existentes acerca de realidades urbanas se tornam inaplicáveis. No entanto, estas pequenas cidades amazônidas apresentam algumas características em comum, tais como: (a) baixa articulação com as cidades do entorno, (b) atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho

ligado aos serviços públicos, (c) pouca capacidade de oferta de serviços e assistência, mesmo os mais básicos, ligados à saúde, à educação, à comunicação e à segurança, (d) predominância de atividades caracterizadas como rurais, (e) baixa coesão social, (f) fortes elos familiares. De outro lado evidencia-se favelização, más condições sanitárias, desemprego, marginalização, violência, criminalidade e danos ambientais nos aglomerados urbanos (VIANA, 2001).

Diante as altas taxas de analfabetismo (60%), pobreza (24%), insegurança alimentar e nutricional (40,3%), IDH muito abaixo da média nacional, insuficiente acesso à rede de esgoto e de água entre outros indicadores sociais (IBGE, 2010a), conclui-se, que o foco no crescimento econômico e “chamado” desenvolvimento teve um custo humano e ambiental muito alto nesta região, em questões de saúde, qualidade de vida, cultura e fatores socioeconômicos.

Navarro et al. (2002, p. 31) alertam pela necessária compreensão da complexidade do cenário atual da saúde pública na região, ao observar, que:

[...] a emergência e a reemergência de doenças no mundo atual estão fortemente potencializadas pela interação dos fenômenos da degradação socioecológica, dos interesses econômicos, da deterioração dos programas de saúde pública, da globalização e da transformação rápida de padrões de comportamentos sociais.

De acordo com Sá et al. (1997) e Viana (2001), configura-se um quadro sanitário em que não estão solucionadas as questões da saúde humana do estágio anterior, tais como as doenças provocadas pela desnutrição, a alta morbidade associada às doenças endêmicas da região, parasitoses, anemias e doenças infecciosas, agregando novos desafios para a saúde pública, tais como: as intoxicações exógenas, a proliferação de doenças venéreas, crescimento da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis. O histórico desfavorecimento da região em termos de saúde, com sua precariedade no que tange oferta ou acessibilidade aos serviços e políticas públicas, explica a opção por práticas tradicionais alternativas, tais como fitoterapia, parteiras e curandeiros, entre outros (SILVA et al., 2012).

A realidade de muitas cidades pequenas nos interiores amazônidas, inclusive Serra do Navio, merece ainda destaque nos seguintes pontos cruciais ao se construir e avaliar políticas públicas: (a) *infraestrutura* extremamente precária,

marcada por grandes distancias aos serviços especializados em todas as áreas de conhecimento, referenciados geralmente à capital do estado; (b) alta *rotatividade profissional*, especialmente de profissionais muito qualificados; (c) forte interferência da política partidária em todos os níveis; (d) baixa cobertura de rede de telecomunicação; (e) fragilizada agricultura diante do clima agressivo, solos ácidos e baixa cobertura de assistência técnica rural qualificada, além de conflitos agrários associados, resultando em feiras e mercados mal abastecidos e altos preços.

No mais, a região em foco se destaca por suas (f) altas taxas de violência; (g) deficiente exercício da cidadania e baixa coesão social; (h) baixo nível educacional; (i) subemprego e, conseqüentemente, (j) condições socioeconômicas muito baixas; (k) forte presença de igrejas juntos a uma ampla aceitação e aparente conformismo com a situação atual; (l) divergência entre o senso comum acerca de saúde, higiene, alimentação e conhecimento científico, além da (m) carência de pesquisas científicas e dados locais concretos que possam subsidiar a tomada de decisões.

As grandes distâncias junto à baixa produtividade do solo, além de questões culturais, resultam na baixa disponibilidade de alimentos e seus elevados preços. Tendo em conta ainda a relação “custo-saciedade-sabor” como fator indissociável das escolhas alimentares, entende-se que o desafio da promoção de hábitos alimentares saudáveis se torna tanto grande como complexo.

Oliveira (2006) destaca a urgência de se compreender as estratégias das populações e do poder local, para a superação das dificuldades de acesso à educação, saúde, sistemas de comunicação e no provimento de alimentos. É imprescindível entender, como esta articulação é abordada e contemplada pelas políticas e redes de instituições nacionais, além da sociedade civil organizada, quando presentes e atuantes. Certamente, a não-compreensão das novas temporalidades e espacialidades dará continuidade à criação de espaços e projetos artificiais, desconsiderando ou negando aspectos culturais e históricos destas espacialidades e de suas populações.

Sá et al. (1997, p. 138) alertam pela inocência da população diante do fato de que “sonega-se informação – ninguém desconhece que as populações amazônicas são as que menos opinam sobre seu próprio destino”.

Esta, aparente inocência das populações amazônidas diante da poluição das águas, desflorestamento, biopirataria, perda da biodiversidade, presença de latifundiários e monoculturas, projetos de mineração, perda da agricultura familiar e atividades econômicas e de sustento tradicionais, juntamente com o reaparecimento de doenças consideradas erradicadas, violentos conflitos de terra, pobreza das populações locais, redução de recursos naturais, injustiças, narcotráfico constituem uma complexa teia multicausal, onde o homem nativo e a natureza aparentemente assumem um papel secundário, formando um cenário “selvagem” e extremamente perigoso para o desenvolvimento e a sobrevivência da região.

Considerando a estreita relação das populações amazônidas com a natureza, a afirmação de Barros (2006) de que todas as ações humanas no meio ambiente terão repercussões a curto e/ou a longo prazos por meio de desastres ambientais, inundações, desaparecimento de zonas agrícolas, catástrofes climáticas, aquecimento global, alerta para um redirecionamento da forma de “se pensar em como tratar a Amazônia” em caráter de emergência. É válido afirmar, neste sentido, que a destruição da natureza ultrapassa a esfera ambiental e atinge todos os setores: saúde, economia, defesa, justiça, educação e outros. Sá et al. (1997, p.138) frisam, “altera-se violentamente o plano físico, depreda-se o plano biótico – e as consequências para o plano antrópico são, muitas vezes, terríveis”.

Alguns destes aspetos descritos falam por si, outros merecem uma interpretação nas entrelinhas com o intuito de compreender profundamente a realidade da região em foco e o tamanho da privação de direitos humanos. O cenário acima delineado evidencia os limites da resolubilidade por parte das políticas públicas e a necessidade de um progressivo despertar pela participação social, reivindicação de Direitos Humanos e, também, a necessária corresponsabilidade e organização social da população. A necessidade de um olhar específico e de ações estruturantes, eficazes se justifica pela peculiaridade no sentido geográfico, demográfico, socioeconômico e sociocultural supracitada.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”

(TITÃS)

Os dados apresentados a seguir se referem aos participantes dos três grupos focais: moradores do Assentamento Silvestre, ribeirinhos da comunidade “Pedra Preta” às margens do Rio Amapari e moradores da comunidade “Colônia de Água Branca”, sem acesso à terra produtiva. Cada segmento foi representado por 12 pessoas, sendo 29 mulheres e sete homens, representando um total de 36 famílias. Nestas famílias do estudo vivem 170 pessoas, sendo 86 menores de idade.

O estudo objetivou de mensurar o perfil e a ISAN dos assentados, dos ribeirinhos e das famílias sem vínculo direto com o setor primário ou extrativismo de Serra do Navio, além de identificar suas estratégias no enfrentamento da mesma. Enfim, apresentam-se neste capítulo ainda os desafios e projetos concretos que surgiram durante as entrevistas coletivas e prometem alta viabilidade diante da análise dos dados coletados e da realidade local.

Figura 37 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 38 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 39 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 40 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 41 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 42 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 43 - Visitas nas residências dos participantes do estudo.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

6.1 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DAS FAMÍLIAS

A partir de um questionário de elaboração própria, foi possível levantar o perfil dos participantes deste estudo e de suas famílias. Na Tabela 2 observa-se a

distribuição dos participantes em relação às variáveis sociodemográficas. A idade dos participantes dos grupos focais variou entre 18 a 75 anos, sendo na maioria jovem, com uma idade entre 18 a 29 anos.

Quanto ao nível educacional, 19,4% dos moradores são nunca estudaram e 38,9% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental; 25% tem o ensino fundamental completo, 16,7% concluíram o ensino médio (*Tabela 2*). 83,3% dos participantes se autodeclarou como pardo. Dados que confirmam a alta prevalência de pobreza em famílias com chefe de família com de baixo nível educacional e pessoas pardas ou negras (IBGE, 2010b). A maioria das famílias investigadas vive em união estável (83,4%), enquanto 8,3% dos entrevistados são viúvos, outros 8,3% solteiros.

Tabela 2 – Variáveis sociodemográficas dos participantes, segundo segmento populacional investigado na Serra do Navio, AP, 2014.

	Assentados		Ribeirinhos		Moradores		Total	%
	N	%	N	%	N	%		
Idade (anos)								
18 – 29	3	25,0	6	50,0	6	50,0	15	41,7
30 – 39	2	16,7	2	16,7	5	41,7	9	25,0
40 – 49	4	33,3	2	16,7	1	8,3	7	19,4
50 – 59	1	8,3	-	-	-	-	1	2,8
60 anos ou mais	2	16,7	2	16,6	-	-	4	11,1
Raça:								
Parda	10	83,3	10	83,3	10	83,3	30	83,3
Preta	2	16,7	2	16,7	-	-	4	11,1
Branca					2	16,7	2	5,6
Escolaridade:								
Sem estudos	2	16,6	3	25,0	2	16,7	7	19,4
Fundamental incompleto	6	50,0	6	50,0	2	16,7	14	38,9
Fundamental	2	16,7	3	25,0	4	33,3	9	25,0
Médio	2	16,7	-	-	4	33,3	6	16,7
Naturalidade:								
Amapá	4	33,3	9	75,0	6	50,0	19	52,8
Pará	4	33,3	3	25,0	6	50,0	13	36,1
Outros Estados	4	33,4	-	-	-	-	4	11,1
Estado Civil								
Solteiro	2	8,3	0	0	1	8,3	3	8,3
Casado/União	9	75,0	11	91,7	10	83,4	30	83,4
Viúvo	1	8,3	1	8,3	1	8,3	3	8,3

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria, 2014.

Com exceção de 11,1%, os participantes do estudo são oriundos do Amapá (52,8%) e do Pará (36,1), sendo 19,4% nativos de Serra do Navio. A metade dos entrevistados mora entre cinco a 10 anos na Serra do Navio, dois moradores investigados vivem entre 41 a 50 anos no município. Chama atenção que, apesar longa vivência e certa estabilidade de moradia, a ISAN se apresenta quase como uma condição crônica entre estes moradores. Esta aparente “herança” e reprodução da pobreza se dão pela falta de mecanismos efetivos de mobilidade social e por uma concentração extrema da renda, aspectos estes, que juntos têm consolidado um determinado tipo de círculo vicioso, de acordo com Lima (2009).

Nota-se que os ribeirinhos na grande maioria já nasceram no Amapá e pertencem a famílias antigas no município. O processo migratório direção à Amazônia ou aos seus megaprojetos, como constatado por Andrade (2005), Oliveira (2008) e Viana (2001) e também transparece neste estudo.

Como apresentado na Tabela 3, trata-se de famílias numerosas cujo número de filhos chega a nove em algumas famílias. Mais da metade das famílias (52,8%) tem até quatro moradores, enquanto 47,2% tem entre cinco a 10 moradores no domicílio. Em 58,3% dos domicílios vivem até dois menores de idade, em 27,8% entre três a quatro menores e 13,9% das famílias têm entre cinco a nove menores de idade no lar. Ressalta-se neste interim que, apesar do declínio das taxas de natalidade nas últimas décadas, as Regiões Norte e Nordeste ainda apresentam as taxas mais altas no Brasil com elevado número de moradores por domicílio (IBGE, 2010b).

Tabela 3 - Moradia e saneamento básico dos participantes, segundo segmento populacional investigado na Serra do Navio, AP, 2014.

	Assentados		Ribeirinhos		Moradores		Total	%
	N	%	N	%	N	%		
Casa								
Casa própria	1	8,3	7	58,3	-	-	8	22,2
Casa "própria" oriunda de programa social	9	75,0	-	-	12	33,3	21	58,3
Cedida	2	16,7	5	41,7	1	8,3	7	19,5
Material de construção								
Casa de alvenaria	11	91,7	1	8,3	12	100	24	66,7
Casa de madeira	1	8,3	11	91,7	-	-	12	33,3
Número de pessoas no domicílio								
Até 4 moradores	6	33,3	7	58,3	6	50,0	19	52,7
5 ou mais	6	33,3	5	41,7	6	50,0	17	47,2
Número de menores de idade								
Até 2	8	66,7	8	66,7	5	41,7	21	58,3
3 - 4	4	33,3	3	25,0	3	25,0	10	27,8
5 ou mais	-	-	1	8,3	4	33,3	5	13,9
Abastecimento de								
Rede geral de água	6	50,0	-	-	10	83,3	16	44,4
Poço	5	41,7	9	75,0	2	16,7	16	44,4
Rio / igarapé	1	8,3	3	25,0	-	-	4	11,2
Esgoto								
Fossa séptica	11	30,6	2	5,5	11	33,3	25	69,4
Fossa rudimentar	-	-	8	22,2	-	-	8	22,2
Vala / direto no rio	1	2,8	2	5,6	-	-	3	8,4
Lixo								
Coleta pública	1	2,8	1	2,8	12	33,3	14	38,9
Queimado / enterrado	11	30,6	11	30,5	-	-	22	61,1

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria, 2014.

A grande maioria dos participantes (80,5%) possui uma casa própria, se tratando em 58,3% de casas oriundas de recursos federais³⁰. 19,4% das famílias vivem em casas emprestadas ou cedidas. Este fato se reflete também no material de

³⁰ As residências foram construídas e entregues aos assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e nas comunidades Pedra Preta e Colônia de Água Branca através do programa "Minha Casa, Minha Vida".

construção, sendo que 66,7% participantes vivem em casas predominantemente de alvenaria, e apenas 33,3% em casas de madeira. Na área ribeirinha, constata-se, que quase a totalidade das famílias (91,7%) mora em residências construídas em madeira, do tipo palafita. Ressalta-se que em decorrência das anuais inundações e da disponibilidade de madeira, este tipo de construção é muito comum às margens dos rios na Região Amazônica. As desvantagens deste tipo de casa, de acordo com os moradores, no entanto são a falta de proteção contra animais peçonhentos e invasão, em especial no período de chuvas, o risco de queda para as crianças bem como sua fragilidade perante o clima quente e úmido da região.

A rede geral de água é para 44,4% das famílias a principal fonte de abastecimento de água, porcentagem igual à água oriunda do poço, enquanto 11,1% das famílias usam água do rio ou do igarapé em sua alimentação e para atividades domésticas. Em consonância com o significativo trabalho dos ACS nas áreas pesquisadas, todas as famílias declararam o acréscimo de hipoclorito como forma de tratamento da água. Vale destacar que a moradia nas casas sociais contribui com o elevado número de famílias com acesso à rede geral de água, porém, uma realidade rara nas áreas mais afastadas da sede do município.

O esgoto é despejado, na maioria das casas destas famílias, em uma fossa séptica (69,4%), 22,2% possuem uma fossa rudimentar, no entanto, 8,4% dos moradores fazem uso de uma vala ou despejam o esgoto diretamente no Rio Amapari. Diante da precária coleta de lixo, 61,1% das famílias que queimam ou enterram seu lixo, apenas 38,9% são atendidas pela coleta regular de lixo. Esta inadequação do destino final de lixo também foi associada em outros estudos à classe social. De acordo com Junior e Rodriguez (2009), são coletados no país 44,7% de lixo produzido pelas classes de rendimento menor que dois SM e 95,3% das famílias com rendimentos superiores a 10 SM. No entanto, vale frisar, que a realidade demonstra um claro desfavorecimento da Região Norte em si, no que tange o saneamento básico (PNAD, 2013a; IBGE, 2010a).

Em suma, apesar do reconhecimento da importância do saneamento na saúde humana, a grande maioria das famílias do estudo está privada desta condição. Este fato ainda é mais grave, ao se tratar da falta de acesso à água potável, alimento imprescindível ao se pensar no DHAA.

Na Tabela 4, observa-se o quanto o baixo nível educacional de muitos entrevistados se reflete nas suas oportunidades de trabalho e conseqüentemente também na sua renda.

Tabela 4 - Ocupação e renda dos participantes, segundo segmento populacional investigado na Serra do Navio, AP, 2014.

	Assentados		Ribeirinhos		Moradores		Total	%
	N	%	N	%	N	%		
Atividade principal								
Do lar	1	8,3	4	33,3	5	41,7	10	27,8
Setor primário								
Agricultura	7	58,3	1	8,3	-	-	8	22,2
Pesca	-	-	1	8,3	-	-	1	2,8
Setor administrativo e outros	2	16,7	-	-	2	16,6	4	11,1
Bicos e desempregado	-	-	5	41,8	5	41,7	10	27,8
Aposentado	2	16,7	1	8,3	-	-	3	8,3
Atividade complementar								
Nenhuma	3	25,0	3	25,0	3	25,0	9	25,0
Setor primário	3	25,0	8	66,7	1	8,3	12	33,3
Apenas "bicos"	5	41,7	-	-	2	16,7	7	19,4
Estudante	1	8,3	1	8,3	6	50,0	8	22,2
Renda per capita								
< ¼ SM	6	50,0	9	75,0	6	50,0	21	58,3
¼ SM < ½ SM	3	25,0	1	8,3	4	33,3	8	22,2
1 SM < 1 SM	3	25,0	2	16,7	2	16,7	7	19,5
Vínculo com Programa social								
Não	2	16,7	2	16,7	4	33,3	8	22,2
Programa Bolsa Família	8	66,7	7	58,3	7	58,3	22	61,1
Renda para Viver Melhor	2	16,7	1	8,3	1	8,3	4	11,1
Aposentadoria	3	25,0	2	16,7	-	-	5	13,9
PRONATEC	-	-	1	8,3	3	25,0	4	11,1
2 ou mais programas	4	33,3	1	8,3	2	16,7	7	19,4

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria, 2014.

Assim, 27,7% dos entrevistados declararam ser de dona de casa, número igual às pessoas que estão sem vínculo fixo de trabalho e exercem ocasionalmente "bicos". Quando surgem são, geralmente, atividades como: diarista, faxineira, manicure, operador de motosserra, ou lavrador. 25% dos participantes do estudo trabalham na agricultura ou como pescador. Este número chamou atenção, considerando que 66,7% dos participantes dos grupos focais habitam em assentamentos ou áreas ribeirinhas. Ou seja, negaram ou desistiram de sua própria profissão "herdada" ou imposta. Participaram ainda três aposentados (8,3%).

Apenas 11,1% das pessoas contam com um emprego mais estável, no caso na área administrativa, na saúde ou nas empresas de mineração ou suas prestadoras de serviço. Estes dados acerca inclusão no mercado do trabalho a situação apontam que o prometido “sonho de emprego” com a instalação dos megaprojetos, na região certamente, é no mínimo, questionável.

As características geográficas e a precária infraestrutura da região contribuem para que 33,3% dos participantes exerciam atividades complementares extrativistas e na agricultura. Destaca-se que 22,2% dos participantes eram estudantes do PRONATEC ou do ensino médio ou superior, além da sua atividade principal. 19,4% trabalharam apenas em “bicos”, enquanto 25% não tinham outra atividade complementar, fato constatado em especial entre as donas de casa, ou seja, mães de famílias com elevado número de filhos.

Em termos financeiros, 58,3% das famílias que participaram do estudo, possuíam uma renda per capita inferior a 1/4 salário mínimo (SM), outras 22,2% contaram com uma renda *per capita* de até 1/2 SM³¹. Apenas 19,5% das famílias contava com uma renda *per capita* mensal entre 1/2 a um SM mensal. Estes números indicaram, então, um quadro de pobreza no qual 80,5% das famílias se encontraram debaixo da linha de pobreza, destes, 58,3% abaixo da linha de indigência. Vale ressaltar, ainda, que nesta análise os recursos provenientes de programas de transferência de renda foram inclusos, não fosse isso, o cenário teria sido muito pior.

Diante desta realidade socioeconômica, não surpreende que 77,8% das famílias têm vínculo com um ou no máximo dois programas sociais. Destes, 61,1% recebem renda através do Programa Bolsa Família (PBF), 13,9% são aposentados,

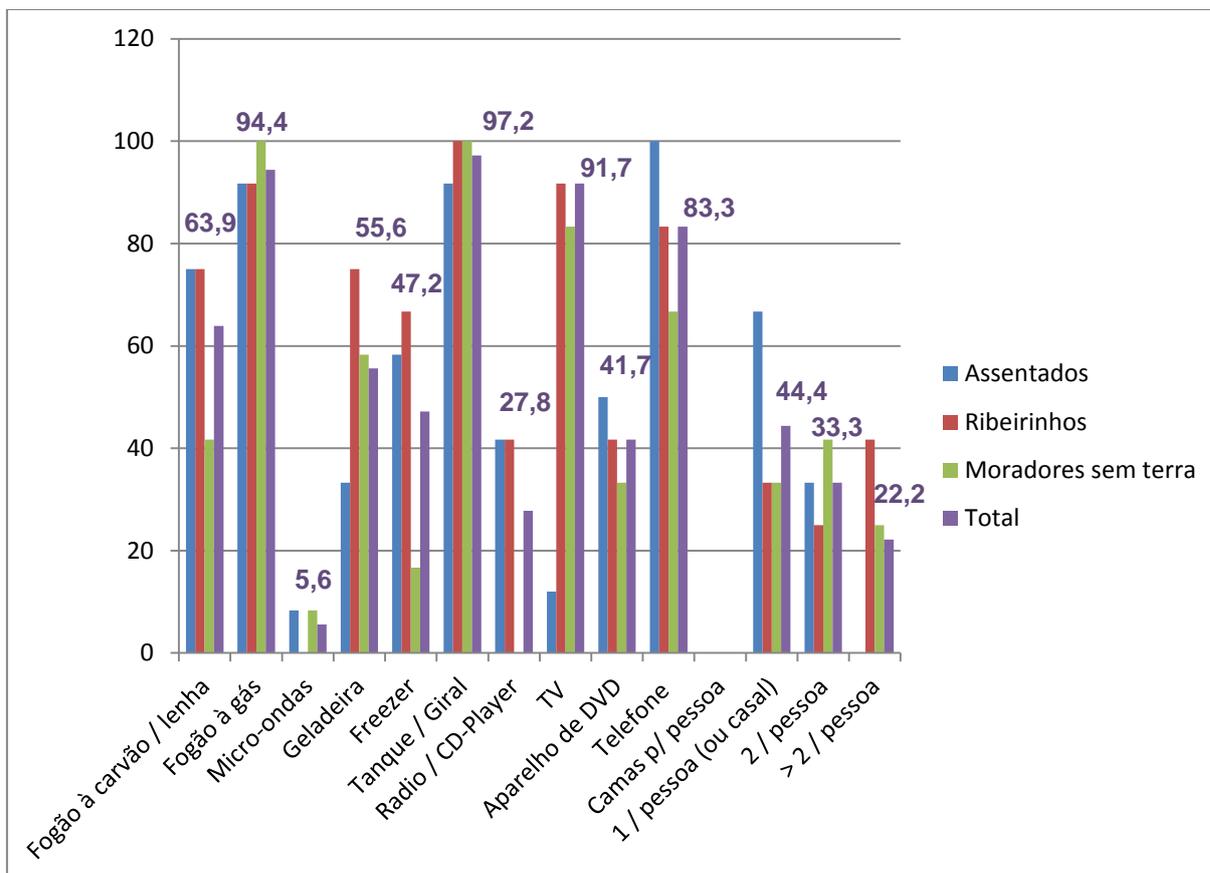
³¹ O valor do salário mínimo na data do levantamento de dados era de R\$ 728,00, correspondendo à U\$ 321,70 (outubro de 2014). A renda *per capita* estimada incluiu recursos oriundos de programas de transferência de renda. Apesar de não ter uma clara definição acerca da “linha da pobreza” no Brasil, é comum, a utilização de 1/2 SM por mês de renda *per capita* como medida de pobreza, ou tendo como base uma cesta mínima de consumo (INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, 2009). Nesta visão econômica, a “linha de indigência” é definida como 1/4 SM *per capita*.

11,1% tem vínculo temporário com o PRONATEC³² e apenas 11,1% ao programa estadual de transferência de renda “Renda para Viver Melhor”. No entanto, destaca-se, que 22,2% dos domicílios não recebem benefícios através de programas de transferência de renda governamental, destes quase a totalidade encontra-se em situação de ISAN moderada ou grave, convivendo com uma renda inferior ao 1/2 SM *per capita*.

Como se observa no Gráfico 2, o levantamento acerca da posse de bens e equipamentos reflete profundamente a pobreza vivenciada por parte destas famílias.

³² O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) visa à formação técnica de pessoas em vulnerabilidade social. Conforme modalidade do PRONATEC, pessoas com outras características de risco podem ser contempladas. O programa concede uma bolsa durante o curso.

Gráfico 2 - Equipamentos e bens dos participantes segundo segmento populacional investigado na Serra do Navio, AP (%).



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria, 2014.

O fogão à lenha ou carvão eram muito presentes nos domicílios (63,9%), geralmente para uso emergencial diante da ausência de gás para a cozinha ou preparos, que costumam consumir mais gás; 94,4% dos lares possuíam um fogão à gás; apenas 5,6% das famílias tinham um forno micro-ondas. Quase todas as famílias (97,2%) usavam um “giral” e/ou um tanque para suas tarefas domésticas. 47,2% famílias possuíam um freezer, 55,6% uma geladeira.

Em termos de comunicação, constatou-se a posse dos seguintes equipamentos: aproximadamente 1/4 das famílias (27,8%) possuía um rádio ou CD-Player, 41,7% um aparelho DVD e 91,7% tinham uma TV nas suas residências. Apenas uma família entre os participantes da pesquisa tinha um telefone residencial, 83,3% possuíam um celular na família, destas, 8,3% dois ou mais aparelhos dentro da família. Ressalta-se, que este meio de comunicação poderia amenizar as

imposições pelas grandes distâncias ao nível municipal. No entanto a rede de telefonia não abrangia as comunidades Colônia de Água Branca e o Assentamento Silvestre, ou seja, 66,7% das famílias investigadas. Este fato anda em consonância com a constatação de Oliveira (2006), de que os “benefícios do processo de globalização” todavia não alcançaram grande parte da população amazônica.

Em 55,5% das famílias, duas ou mais pessoas dividiram uma cama, também utilizando redes para o descanso. Quer seja pela facilidade de aquisição, sua mobilidade ou por fatores culturais, a rede, tradicionalmente, é muito presente entre os habitantes da Região Amazônica e no Nordeste brasileiro.

No contexto da ISAN, chama atenção, que 8,3% dos lares não possuíam uma geladeira ou um freezer para auxiliar na conservação de seus alimentos neste clima equatorial. No mais, o acesso a alimentos já era limitado pela distância do mercado como exposto, a limitada condição de conservação dificultava ainda mais compras racionais e o abastecimento do lar com alimentos perecíveis.

Como demonstra a Tabela 5, a grande maioria das famílias (72,2%) contribuiu através de atividades extrativistas ou do setor primário com a alimentação da própria família. A colheita de frutas foi a atividade mais praticada (66,7%), seguida pela pesca e pela agricultura (ambas praticadas por 58,3% das famílias). A caça também contribuiu em 4,4% dos lares com a alimentação. 27,8% das famílias não exerciam nenhum tipo de atividade complementar no provimento de alimentos, em especial, entre os moradores sem acesso à terra produtiva. A contribuição destas atividades era considerada como importante ou muito importante no provimento de alimentos, porém não garantia a subsistência de nenhuma família que participou do estudo.

Tabela 5 - Fonte de aquisição dos alimentos, segundo segmento populacional, investigado na Serra do Navio, AP, 2014.

	Assentados		Ribeirinhos		Moradores		Total	%
	N	%	N	%	N	%		
Complementação alimentar								
Nenhuma	-	-	1	8,3	9	75,0	10	27,8
Setor primário e extrativismo	12	100	11	91,7	3	25,0	26	72,2
Agricultura	12	100	8	66,7	1	8,3	21	58,3
Pesca	7	58,3	11	91,7	3	25,0	21	58,3
Caça	8	66,7	6	50,0	-	-	14	38,9
Colheita	12	100	11	91,7	1	8,3	24	66,7
Quintal								
Improdutivo	-	-	-	-	8	66,7	8	22,2
Produtivo	12	100	12	100	4	33,3	28	77,8
Espaço externo								
Não	1	8,3	6	50,0	12	100	19	52,8
Roça/árvores	11	30,6	6	50,0	-	-	17	47,2
Recebimento de Doações								
Não	5	41,7	6	50,0	6	50,0	17	30,6
Familiares	3	25,0	4	33,3	3	25,0	10	27,8
Amigos e vizinhos	5	41,7	4	33,3	1	8,3	10	27,8
Recebimento de cestas básicas								
Prefeitura	2	16,7	11	30,6	3	25,0	16	44,4
Duas vezes ou mais	-	-	-	-	2	16,7	2	5,6
Origem dos recursos								
Renda própria	3	25,0	7	58,3	5	41,7	17	41,7
Programas sociais	7	58,3	5	41,7	6	50,0	18	50,0
Doações	2	16,7	-	-	1	8,3	1	8,3
Local de aquisição dos alimentos								
Supermercado	9	75,0	11	91,7	7	58,3	27	75,0
Mercadinho	3	25,0	-	8,3	4	33,3	7	19,4
Feira	-	-	-	-	1	8,3	1	2,8
Roça	-	-	1	-	-	-	1	2,8
Local alternativo de aquisição dos alimentos								
Supermercado	2	16,7	-	-	5	41,7	7	19,4
Mercadinho	4	33,3	-	-	5	41,7	9	25,0
Horta / quintal	2	16,7	3	25,0	-	-	5	13,9
Roça	-	-	3	25,0	1	8,3	4	11,1
Rio / igarapé	4	33,3	6	50,0	-	-	10	27,8
Doações	-	-	-	-	1	8,3	1	2,8

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria, 2014.

Estes dados devem ser compreendidos levando em conta a posse de terrenos que permitam o plantio. Quase a metade das famílias deste estudo (47,2%) possuía um terreno grande, que não sofria inundações. Mesmo distantes todos estes terrenos externos possuíam diversas árvores frutíferas, muitos as tradicionais roças com plantaçaõ predominante de mandioca e macaxeira (*Manihot esculenta*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), jerimum (*Cucurbitaceae*) e arroz (*Oryza sativa*). Enquanto todos os moradores possuem um quintal, quase 1/4 das famílias (22,2%) não cultivava este espaço devido às inundações ou por falta de cerca no entorno do espaço. Muitas famílias praticavam a criação de galinhas (41,7%).

Analisando a origem e do local de aquisição dos alimentos, a maioria das famílias (52,8%) declarou contar com doações esporádicas por parte de familiares, vizinhos ou amigos. Estes laços de “solidariedade conterrânea” (BALSA et al, 2000, SILVA, 2011) são práticas muito comuns entre pessoas em vulnerabilidade social. O verdadeiro significado e a importância destas práticas ganharam luz, em especial, durante as entrevistas coletivas, como descritas mais adiante.

Quanto à ajuda por parte do poder público, constatou-se que a metade das famílias já recebeu alguma vez uma cesta básica como “benefício eventual” por parte do poder público. Considerando que 80,5% destas famílias viviam em condição de pobreza ou extrema pobreza, concluiu-se que os poderes públicos estavam negligenciando com suas obrigações, ainda mais, levando em conta que o recebimento de cestas de alimentos ocorreu em decorrência da última enchente do Rio Amapari em 2014 para 27,2% das famílias (ribeirinhos). Apenas 5,6% dos entrevistados receberam mais do que duas cestas básicas em total. Todas as famílias declararam muitas dificuldades quanto ao acesso aos “benefícios especiais”, bem como ao cadastro e acesso aos programas governamentais. Em especial, o Programa Estadual “Renda para Viver Melhor” aparentemente era privilégio de muito poucos moradores, como expressas mais adiante nas suas falas.

A metade das famílias entrevistadas citou a transferência de programas sociais como principal fonte no orçamento doméstico e na aquisição de alimentos, seguido pelo salário próprio (41,7%), além da doação por parte de familiares e de vizinhos (8,3%). Como principal local quanto à aquisição de alimentos destacaram-se os dois supermercados da Vila de Serra do Navio (75%), seguidos pelo

mercadinho local (19,4%) e a roça própria ou feiras locais (ambos com 2,8%). Como segunda fonte mais importante destacou-se o rio e igarapé (27,8%), seguido pelo mercadinho local (25%), o cultivo próprio na roça ou horta (25%), o supermercado (17,4%) e doações (2,8%).

A análise do consumo alimentar³³ e do conhecimento acerca da alimentação saudável demonstrou uma grande inadequação no consumo por parte das famílias (91,7%), como apresentado na Tabela 6. Em concordância com Castro (1984) e experiências no atendimento clínico nutricional Atenção Básica³⁴, o estudo também constatou uma monotonia alimentar nas famílias investigadas. Desprovidos de recursos financeiros, que permitiriam a compra de alimentos saudáveis em quantidades necessárias, tais como frutas, hortaliças, produtos lácteos, carnes, entre outros, as famílias optaram por uma dieta baseada em farinha de mandioca, arroz (*Oryza sativa*), carnes e feijão, além de alimentos ultraprocessados, enlatados e ricos em sódio, gorduras e açúcares.

Entre as famílias que exerciam atividades agrícolas e extrativistas, o consumo de frutas, tubérculos, enfim, alimentos regionais, era significativamente maior. No entanto, a troca dos seus produtos por alimentos industrializados, como descrito por Amaral et al. (2011), não permitia uma adequação às recomendações alimentares e nutricionais. Quanto às preparações, notou-se o predomínio de preparações rápidas e de frituras. Notou-se o alto consumo de carboidratos simples e de bebidas açucaradas, tais como o café e sucos artificiais, agregando poucos nutrientes, porém saciam a fome - prática também observada por Aguirre (2006), Peña e Bocallão (2006) e Monteiro (2006).

³³ A análise foi feita embasado no “Guia Alimentar para a População Brasileira”, documento de referência no âmbito da alimentação e nutrição no Brasil (BRASIL, 2005).

³⁴ É válido frisar, que os dados provenientes do “Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional” (SISVAN) na maioria dos municípios do Amapá não representam a real situação alimentar (devido à subalimentação do sistema ou problemas relacionados à gestão), portanto não servirão de base para contextualizar a presente pesquisa.

Tabela 6 – Indicadores relacionados à alimentação dos domicílios, segundo segmento populacional, investigado na Serra do Navio, AP, 2014.

	Assentados		Ribeirinhos		Moradores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Adequação do consumo alimentar								
Não	8	66,7	7	58,3	10	83,4	25	69,4
Parcialmente (50%)	4	33,3	3	25,0	1	8,3	8	22,2
Em boa parte (70%)	-	-	2	16,7	1	8,3	3	8,4
Totalmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Carências								
Vitaminas e minerais	9	75,0	12	100	12	100	33	91,7
Proteínas	6	50,0	10	83,3	11	91,7	27	75,0
Excesso de Gorduras								
	9	75,0	11	91,7	11	91,7	31	86,1
Conhecimento alimentação adequada								
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	11	91,7	9	-	10	83,3	30	83,3
Parcialmente	1	8,3	3	-	2	16,7	6	16,7
Companhia nas refeições								
Em conjunto	8	66,7	10	83,3	10	83,3	28	77,8
Separadamente	4	-	2	16,7	2	16,7	8	22,2
Decisão cardápio								
Dona de casa	11	91,7	10	83,3	11	91,7	32	88,9
Companheiro / esposo	-	-	-	-	-	-	-	-
Preparo da comida								
Dona de casa e filhos	2	16,7	1	8,3	3	25,0	6	16,6
Dona de casa + esposo	3	25,0	1	8,3	1	8,3	5	13,9
Dona de casa + filhos + esposo	1	8,3	1	8,3	-	-	2	5,6
Dona de casa	6	50,0	9	75,0	8	66,7	23	63,9

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração Própria, 2014.

No que tange as carências nutricionais, o recordatório alimentar demonstrou carências em fibras, vitaminas, minerais proteínas de alto valor biológico, em especial de ferro, cálcio, vitaminas do tipo A, B e C. Este déficit foi ainda maior e agravante entre as mulheres e crianças. Dados que andam em consonância com pesquisas nacionais (BARROS et al., 2013).

Como postulado por Castro em 1946 (1984, p. 63), “A análise biológica e química da dieta amazônica revela um regime alimentar com inúmeras deficiências nutritivas.” Os dados deste estudo demonstraram, que mesmo após 70 anos, a inadequação alimentar e nutricional continua sendo um grave problema na região, talvez, todavia maior, ao considerar a introdução de novos alimentos de

“prestígio” na região. Com reflexo disso, o município de Serra do Navio apresenta altas taxas de sobrepeso e obesidade, além de anemia e baixo peso.

Quanto ao conhecimento acerca do conceito do que constitui uma alimentação saudável, também se constatou que as famílias não possuem de conhecimento suficiente para escolhas alimentares saudáveis e promotoras de saúde, como visto na Tabela 6. No entanto, algumas pessoas estão conscientes, da precariedade ou inadequação de sua dieta diária. Como ponto favorável e, certamente cada vez mais raro na atualidade, vale destacar que 77,8% das famílias fazem suas refeições em conjunto, enquanto outras 22,2% famílias declararam poder fazer isso somente em raras oportunidades, tais como finais de semana.

A decisão do cardápio era atribuída em 88,9% das famílias à dona de casa. No que tange o preparo das refeições, constatou-se uma forte participação, em especial, por parte dos filhos. Segundo Guimarães (1983 apud CANESQUI, 2005), Esta organização intrafamiliar, atribuindo o controle e o gerenciamento do consumo doméstico às “mulheres-donas-de-casa” com a eventual colaboração por parte dos filhos, é regida pela regra de “fazer economia”. Woortman (1982 apud CANESQUI, 2005) acrescenta neste contexto, que o papel de cozinheira é percebido muitas vezes como o mais importante pela dona-de-casa, pois o preparo da comida não comporta erros, nem desperdício. Assim, ciente desta tarefa e de sua importância e “moralidade”, a mesma aplica os procedimentos mais econômicos.

É válido ressaltar, que os dados deste estudo andam em conformidade com outros estudos que destacam a importância da mulher no contexto da ISAN, seja como sujeito ativo e/ou passível à distribuição intrafamiliar além de aspectos associados à utilização biológica (REDESAN et al., 2011; CONSEA, 2004).

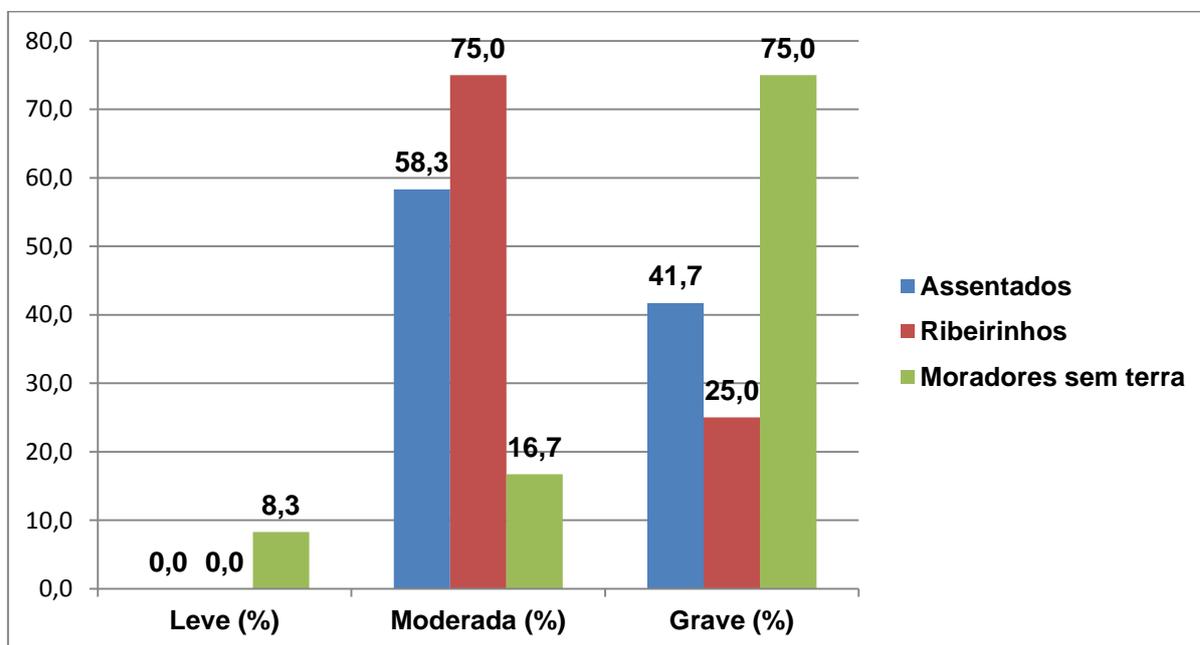
6.2 ANÁLISE DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A partir da aplicação do questionário da EBIA e sua concepção acerca de SAN, foi avaliado o nível de insegurança alimentar entre os participantes e suas famílias. Verificou-se que todos os participantes do estudo referiram-se a

preocupação diária em relação a possibilidade de ficar sem dinheiro para garantir uma alimentação saudável. A eminência da restrição quantitativa de comida e da fome foi uma realidade em 97,2 % das famílias do estudo que se encontram em situação de ISAN moderada e grave, como se evidencia no Gráfico 3.

Observou-se que 58,3%, a maioria dos assentados conviveu com a ISAN moderada, e 41,7% com ISAN grave. Entre os **“ribeirinhos”**, este cenário foi um pouco mais favorável, constatando-se 75% em situação moderada de ISAN e 25% em ISAN severa. Entre os moradores sem terra produtiva, verificou-se com 75% a maior prevalência de ISAN grave. Apenas 16,7% dos mesmos apresentaram um nível de ISAN considerada moderada e 8,3% estavam em situação de ISAN leve, ou seja, apenas limitavam qualitativamente sua alimentação. Este panorama é perfeitamente compreensível diante da alta contribuição de atividades extrativistas e agrícolas no provimento de alimentos entre os **“ribeirinhos”** e assentados, como exposto anteriormente.

Gráfico 3 - Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional por segmento investigado segundo a EBIA na Serra do Navio, AP (%).



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2014

Avaliando a situação de segurança alimentar do total das famílias do estudo, constatou-se que 47,2% das famílias investigadas viviam em situação de ISAN

moderada, 2,8% em ISAN leve e a metade de todos os participantes dos grupos focais conviveu com a restrição qualitativa e quantitativa de comida e a sensação de fome. A comparação da prevalência de pobreza (80,5%) com a prevalência de ISAN (100%) demonstrou que a situação de ISAN superou quantitativamente o número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Ou seja, a hipossuficiência financeira é extremamente significativa na ISAN, porém não constituiu a única condicionante, como estudos da FAO (FAO, 2014a; 2014b) e da ABRANDH (BURITY et al., 2010) também revelaram.

Merece destaque que 8,3% dos entrevistados esclareceram através da EBIA ter ficado em diversas ocasiões um dia inteiro sem comer. De acordo com as respostas fornecidas através da EBIA, nenhuma criança passou um dia inteiro sem comer nos últimos meses, no entanto três participantes do sexo feminino vivenciaram isso.

A análise mais profunda de alguns aspectos levantados através da EBIA e comentários complementares demonstrou que a restrição qualitativa da alimentação antecede geralmente a diminuição da comida em termos quantitativos. Evidenciou-se também a associação entre ISAN e algumas doenças, em especial a Diabetes Mellitus, Hipertensão Arterial Sistêmica, obesidade, e no período pós-cirúrgico. Seja pela falta de poder aquisitivo ou pela dificuldade no acesso à alimentos “saudáveis”, muitos moradores reconheciam, que não estão conseguindo seguir as dietas prescritas.

Constatou-se através das respostas (EBIA) e comentários, que, inicialmente, alguns participantes julgaram sua situação alimentar e nutricional mais favorável do que de fato era e contradiziam-se e/ou retrataram-se durante o levantamento de dados com a EBIA ou em seguida pelo Questionário II. Em especial, as respostas fornecidas por homens durante esta etapa da pesquisa, aparentavam ser mais otimistas, no entanto, talvez nem sempre capazes de refletir a real situação de insegurança alimentar no lar. Explicou-se esta “subestimação” da restrição qualitativa e quantitativa da alimentação pela própria divisão cultural das tarefas domésticas e cuidados com os filhos, geralmente atribuídos às mulheres e filhas.

Lima (2009) observa, neste contexto, que o “homem chefe de família” em geral se desloca muito mais em busca da sobrevivência, passa a maior parte do

tempo fora de casa e da comunidade, enquanto a mulher pobre tende a realizar sua função econômica no espaço da comunidade, o que lhe permite, a uma só vez, trabalhar e cuidar dos filhos.

A questão de gênero também foi percebível na distribuição da comida dentro do grupo familiar. A prioridade, com poucas exceções, era a alimentação dos menores, seguido pelos filhos maiores ou eventualmente idosos, bem como do chefe (masculino) da família. Depois a mulher se servia. Esta situação mudava um pouco no caso de gestantes que contavam em geral com a compreensão familiar acerca de suas necessidades biológicas.

Esta “ordem de prioridades” ao nível familiar também foi constatada em outros estudos (AGUIRRE, 2006; SCHUFTHAN, 2013). No intuito, de priorizar seus filhos e maridos que trabalham fora de casa. Aguirre (2006) observou em um estudo antropológico com mulheres argentinas que as mulheres pobres pulam refeições. Saciam-se consumindo chás e pão ou transferindo esta prática para a realidade amazônica, café com farinha de mandioca.

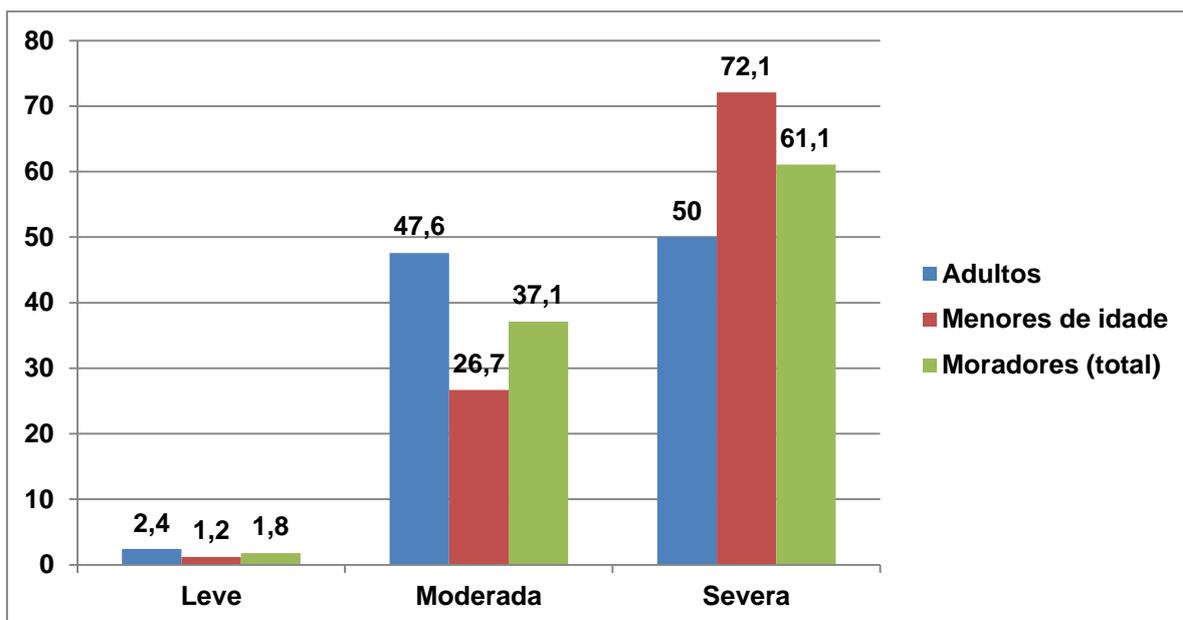
6.2.1 Análise da Insegurança Alimentar e Nutricional segundo variáveis sociodemográficas e econômicas

O cruzamento dos dados quantitativos obtidos através da EBIA com variáveis sociodemográficas e econômicas de reconhecida relevância no âmbito da segurança alimentar ajudou iluminar mais as características da ISAN na Serra do Navio.

Enquanto 61,1% do total dos familiares do estudo conviviam com a forma mais severa de insegurança alimentar, ou seja, experimentaram a fome, esta prevalência era ainda mais alta entre os menores de idade (72,1%), como demonstra o Gráfico 4. A metade dos moradores adultos conviviam com a fome. Nos domicílios chefiados por idosos não havia famílias em situação de ISAN severa. Esta condição, aparentemente constitui um fator de proteção, quando comparada à situação dos domicílios cuja pessoa de referência era mais jovem, como demonstrado também em outras pesquisas (BRASIL, 2007a). Fato supostamente atribuível ao recebimento de aposentadoria.

Ressalta-se, que a prevalência da ISAN leve, caracterizada principalmente pela preocupação da restrição alimentar, era “privilegio” de menos de 2,5% dos familiares entre as famílias investigadas.

Gráfico 4 - Prevalência de Insegurança Alimentar e Nutricional entre os integrantes das famílias investigadas na Serra do Navio (%).



Fonte: Pesquisa do Campo. Elaboração Própria, 2014.

O baixo nível educacional dos participantes dos grupos focais aparentemente não contribuiu de forma direta com o grau de ISAN entre os participantes do estudo, como se observa na Tabela 7. A grande maioria dos participantes (76,5%), que vivia em situação de ISAN moderada nunca estudou ou não concluiu o ensino fundamental. Esta porcentagem foi menor entre as famílias que viviam em situação de ISAN grave (44,5%).

Tabela 7 – Características dos níveis de Insegurança Alimentar e Nutricional dos participantes e de suas famílias investigados na Serra do Navio, segundo variáveis sociodemográficas e econômicas.

	ISAN						Total
	Leve		Moderada		Grave		
	N	%	N	%	N	%	
Famílias	1	2,8	17	47,2	18	50	36
Escolaridade:							
Sem estudos /analfabeto	-	-	5	29,4	2	11,2	7
Fundamental incompleto	-	-	8	47,1	6	33,3	14
Fundamental	-	-	3	17,6	6	33,3	9
Médio	1	100	1	5,9	4	22,2	6
Número de pessoas no domicílio							
Ate 4 moradores	1	100	12	70,6	6	33,3	19
5 ou mais	-	-	5	29,4	12	66,7	17
Número de menores de idade							
Até 2	1	100	13	76,5	7	38,9	21
3 - 4	-	-	4	23,5	6	33,3	10
5 ou mais	-	-	-	-	5	27,8	5
Inserção em programa social							
Sim	1	100	13	76,5	15	83,3	29
Não	-	-	4	23,5	3	16,7	7
Atividade principal							
Do lar	-	-	3	17,6	7	38,9	10
Setor primário / extrativismo	-	-	5	29,5	4	22,2	9
Setor administrativo, saúde, mineração	1	100	2	11,8	1	5,6	4
Bicos* / desempregado	-	-	4	23,5	6	33,3	10
Aposentado	-	-	3	17,6	-	-	3
Atividade complementar							
Nenhuma	-	-	4	23,5	5	27,8	9
Setor primário	-	-	7	41,3	5	27,8	12
Apenas “bicos”	-	-	3	17,6	4	22,2	7
Estudante	1	100	3	17,6	4	22,2	8
Renda per capita							
< ¼ SM	-	-	9	52,9	12	66,7	21
¼ SM < ½ SM	-	-	3	17,6	5	27,8	8
½ SM < 1 SM	1	100	5	29,5	1	5,5	7
Contribuição (extrativismo / agricultura)							
Não	1	100	3	17,6	6	33,3	10
Agricultura	-	-	11	64,7	10	55,6	21
Pesca	-	-	12	70,6	9	50,0	21
Caça	-	-	8	29,4	6	33,3	14
Colheita	-	-	14	82,4	10	55,6	24
Espaço externo							
Não	-	-	7	41,2	11	61,1	19
Roça/árvores frutíferas	-	-	10	58,9	7	38,8	17

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração própria, 2014.

Quanto ao número de familiares, percebeu-se que 66,7% das famílias que conviviam com a fome eram famílias grandes, com cinco ou mais pessoas. A ISAN moderada se manifestou mais entre as famílias que tem até quatro familiares. O

grau de ISAN aumentou gradativamente com o número de menores no domicílio. Assim, 71,1% das famílias em situação de ISAN severa tinham três ou mais menores em seu grupo familiar. Vale ressaltar, que todas as famílias do estudo que tinham 5 ou mais menores de idade, viviam com a fome crônica. A correlação entre o número de moradores e prevalência de ISAN foi demonstrada também em outros estudos, onde se observou, que as famílias com seis ou mais moradores apresentaram prevalência de ISAN severa 40% acima daqueles com menos de seis pessoas (BRASIL, 2007a).

Como apresentado na Tabela 7, a grande maioria das famílias estava inserida em algum programa social, independentemente do nível de ISAN. Porém, 23,5% das famílias em ISAN moderada e 16,7% das famílias em ISAN severa não recebiam nenhum benefício oriundo de programas sociais. Este fato é grave, uma vez que, praticamente, todas estas famílias se enquadraram nos pré-requisitos destes programas.³⁵

Com 38,9%, a maior porcentagem de pessoas que convivia com a fome era “dona de casa”, seguida pelos participantes que estavam desempregados ou exerciam apenas “bicos” (33,3%). Já na ISAN grave, percebeu-se que a maior porcentagem dos participantes do estudo tinha ocupação no setor primário ou é extrativista (29,5%), seguido por pessoas desempregadas ou trabalhando apenas em “bicos (23,5%). Invertendo o foco, notou-se que 70% dos participantes que se declararam “do lar” se encontravam em situação de ISAN severa e 55,6% das pessoas que declararam ser “pescador” ou “agricultor” viviam em situação de ISAN moderada. Ou seja, o exercício de uma atividade no setor primário e ou extrativista, aparentemente constituiu uma fator protetor contra formas mais severas de ISAN.

Uma porcentagem significativa das pessoas com ISAN severa (27,5%) não tinham outra atividade que complementava sua renda, porcentagem igual aos

³⁵ Fato, atribuído ao distanciamento entre as famílias em vulnerabilidade social e situação de ISAN e os órgãos responsáveis pela assistência social no município, como transparece mais adiante nas entrevistas coletivas.

participantes que declaram realizar “bicos”. No entanto, 22,2% das pessoas, que conviviam com a fome, investiram em seus estudos. As pessoas em situação de ISAN moderada declararam atividades complementares no setor primário e extrativismo.

A maioria das famílias, tanto em situação de ISAN moderada (52,9%) ou grave (66,7%) encontrou-se abaixo da linha de indigência, ou seja, com uma renda inferior a 1/4 SM. Estes números andam em consonância com outros estudos brasileiros, que mostram que domicílios com valores de rendimentos menores que 1/4 do SM per capita apresentam uma prevalência quase 15 vezes superior de ISAN grave quando comparados àqueles com rendimentos de um ou mais salários mínimos per capita (BRASIL, 2007a).

Entre 64,7% a 82,4% das famílias em situação de ISAN moderada, contribuíram com atividades agrícolas, pesca e colheita no provimento de alimentos com seu lar; outros 29,4% com a caça. Estas práticas complementares com a alimentação, também, foram presentes entre as famílias em situação de ISAN severa, no entanto, 33,3% não contaram com esta complementação alimentar.

Com 58,9%, mais da metade das famílias em ISAN moderada possuía e cultivava uma roça tradicional. Já a maioria das famílias investigadas que passou fome (61,1%), não tinha posse de um terreno externo e adequado para atividades agrícolas.

Chamou atenção, que o único participante que vivia em situação de ISAN leve concluiu o ensino médio, sua família tinha até quatro moradores, com no máximo dois menores de idade (um casal jovem com um filho de oito meses de idade em fase de desmame), tinha um emprego fixo, contava com uma renda *per capita* entre 1/2 SM até um SM, estava incluído em um programa social, seguia investindo nos seus estudos e não contribuía com atividades extrativistas ou agrícolas com sua alimentação.

Apesar de se tratar de amostras não-probabilísticas, selecionadas por conveniência diante do objetivo principal desta pesquisa, os dados quantitativos confirmam as principais tendências observadas em outros estudos acerca da ISAN (BRASIL, 2007; REDESAN et al., 2011). Os resultados obtidos através da análise

quantitativa fundamentaram significativamente a análise dos dados qualitativos. Iluminaram, assim, a compreensão dos significados dos enunciados durante as entrevistas coletivas.

6.3 ESTRATÉGIAS NA GARANTIA DO DHAA

No intuito de entender melhor o modo pela qual as famílias dos diferentes grupos focais estabelecem suas estratégias de sobrevivência e no provimento de alimentos, foi realizada uma entrevista coletiva com cada um dos grupos focais. Sentados em rodas, seja no salão da igreja local, no centro comunitário ou na “Casa do Idoso”, os moradores expressaram de forma muito espontânea suas angústias e dificuldades cotidianas e seus arranjos intra e interfamiliares diante disso (Figuras 44 - 49). As respostas dos questionários, comentários e observações das etapas anteriores foram ganhando cada vez mais sentido e permitiram “entender”/compreender o significado de “ser pobre” em um assentamento distante ou morando às margens de um rio ou em um espaço periurbano em pleno interior da Amazônia.

Figura 44 - Participantes da entrevista coletiva na Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 45 - Participantes da entrevista coletiva na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 46 - Participantes da entrevista coletiva na comunidade Colônia de Água Branca, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 47 - Participantes da entrevista coletiva na comunidade Pedra Preta, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 48 - Participantes da entrevista coletiva no Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

Figura 49 - Participantes da entrevista coletiva no Assentamento Silvestre, Serra do Navio, AP.



Fonte: Pesquisa de Campo. Imagem própria, 2014.

6.3.1 Trabalho, “bicos”, estudos

Tendo em consideração as limitações econômicas e espaciais das localidades e das próprias famílias investigadas, não é surpreendente que sua alimentação e própria sobrevivência foram diretamente associadas à renda. Assim, a inserção no mercado de trabalho configurou-se como principal estratégia entre todos moradores. Esperam com o trabalho um gradativo aumento do poder de compra e, assim, a satisfação das necessidades mais elementares, inclusive, a alimentação. Ou melhor, uma efetiva inserção social e cidadania plena.

Constatou-se entre os “**assentados**” que participaram desta pesquisa, no entanto, que o dinheiro e o trabalho têm outros significados, comparados com os parâmetros de outros moradores. As estratégias que predominavam neste segmento, certamente, estavam associadas à produção, subsistência e possível venda de excedentes, compreendidos como “dignos” e decorrentes de sua

“profissão” na agricultura familiar. Entretanto, a isolamento dos moradores em meio a mata amazônica, com as longas distâncias ao mercado, aos espaços de escoamento dos alimentos produzidos e dentro do próprio “Assentamento Silvestre” não contribuem com a possibilidade da sobrevivência através da agricultura, como expresso nas suas falas:

Difícil o acesso com certeza. Porque tem, tem terreno... tem lote aqui com 9 km ou mais, aí ou seja, os dono tem banana lá, tem acará, tem ariá, tem macaxeira... Mas não tem o transporte pra trazer esse produto pra casa, pra consumir, só come lá um dia quando vai na roça, consome lá o que dá pra consumir, trazer ele não pode trazer 10 quilos de macaxeira numa distância dessa numa, num jamaxi...(MACAXEIRA)

E estraga.... é, estraga. É muito longe... no terreno dela aí, se perde cacho de banana.(ACARÁ)

Se perde acará lá. Só pra cê vê o tanto que tem. Porque eu conheço, tá entendendo? Então, tudo isso é um desperdício, porque poderia trazer pro consumo, e levar pra feira pra comprar um frango lá, uma carne, qualquer outra coisa... Quer dizer, e tudo isso é questão de acesso, questão de transporte, tá entendendo? O meu terreno é 3 mil metro daqui lá, eu tô aí com uns 6 anos que vô lá limpar.. quer dizer, se eu não tivesse essa motinha aí nem farinha eu trazia. (BATATA-DOCE)

A realidade dos **“ribeirinhos”** determinada fortemente pelos fatores climáticos, inundações, grandes distâncias bem como a escassez de peixes de significativo valor comercial, contribui com a importância que os mesmos dão ao trabalho. Trabalho, não como sinônimo de “profissão”, de pescador, senão de um emprego e a certeza de ter poder de compra. “Arrumar” um trabalho, o mais temporário que seja inclusive faz com que as atividades pesqueiras diminuam ou até cessam.

Agora que o Zé trabalha, mas antigamente mesmo quando ele tava desempregado ele pescava muito, era peixinho. Assim, de vez em quando ele saía lanternava e matava alguns... era assim que a gente fazia...(TAMBAQUI).

Às vezes de noite ele vai pegar peixe de terçado e zagaia, né... na beira do rio a noite (TUCUNARÉ)..

A exclusão de serviços básicos é evidente, uma vez, que grande parte dos moradores da comunidade depende da existência de canoa ou de um barquinho tipo “rabeta” para a locomoção e acesso à escola, ter água potável entre outros. Não havendo comercio local, a compra de alimentos e de outros materiais emergiu que

os **“ribeirinhos”** iam caminhando ou pagavam um transporte para alcançar o estabelecimento mais próximo, no caso, na Vila de Serra do Navio, centro administrativo do município.

Às vezes tem R\$2,00 R\$3,00, pra comprar alguma coisa, não tem... Não tem como a gente comprar nada... Só lá pra Vila. (TAMBAQUI)

Mas do jeito que tá, tá difícil... Levar R\$20,00 pra trazer alguma coisa da Vila. Eu principalmente, eu não vou na Vila se eu não tiver dinheiro, porque pra mim carregar “as duas” [filhas] e mais as sacola de lá, tem que pagar carro. Eles cobro R\$12,00 até lá na beira... Lá da Vila pra cá. O jeito memo é pegar peixinho. (TUCUNARÉ)

Sem vínculo direto com atividades extrativistas e agrícolas, para os **“moradores sem acesso à terra produtiva”**, o trabalho se tornou imprescindível para a sobrevivência e o provimento de alimentos. Distantes do principal mercado de trabalho, serviços e bens comuns associados ao desenvolvimento, o emprego, seja formal ou informal, no entanto era privilégio de poucos moradores.

Olha tem dia que eu faço faxina e que o ônibus vem duas horas da tarde de lá. Mas eu vou e volto eu pego carona, porque eu tenho compromisso... Eu preciso de dinheiro, né?. Eu faço diária lá na Vila. Eu saio daqui umas sete horas pedindo carona, porque é difícil... É difícil o acesso. (GOIABA)

As famílias numerosas e o número elevado de moradores menores de idade das famílias de todos os segmentos, também, constituíam um fator limitante às oportunidades trabalhistas, em especial para as mulheres (LIMA, 2009). No mais, a divisão biológica e a atribuição cultural dos cuidados com as crianças, familiares e das tarefas domésticas às mulheres, quase impossibilitou o estabelecimento de um vínculo (in)formal de trabalho, como refletem as preocupações das mulheres nas seguintes falas:

O único emprego que tem é só nessas empresas, só que mãe de família é difícil de arrumar emprego numa empresa dessa, além de ser difícil, quando a gente consegue, é difícil pra gente deixar um monte de filho em casa pra ir trabalhar numa empresa dessas, porque sai 5 da manhã e chega 8 da noite. Quando nós chegar, nossos filho já tão tudo pindurado, né?! Não tem creche né... (GOIABA).

Eu não tenho condição de eu sair. Mas não tem como eu deixar meus três filhos pra ir trabalhar. Sair seis horas da manha e voltar oito horas da noite... Não tem como, entendeu. Então a escola deles, quando eles saírem. Como é que eles vão ficar só em casa? Porque não tem. Aí, fica difícil... (CAJÚ)

É, não tem creche. Emprego aparece, mas como é que a gente vai deixar os filhos só em casa..? (TAMBAQUI)

Como refletido nestas falas femininas, a ausência de creches ou espaços, onde os filhos possam receber cuidados, dando segurança e tranquilidade às mulheres e oportunizando o trabalho, permeou a reflexão acerca da sua contribuição no provimento de renda e de alimentos. Explicou também as altas porcentagens apresentadas anteriormente, de mulheres “do lar” (27,8%) que não e buscavam outra ocupação (25%). A dificuldade, além do medo de locomover-se sozinho ou em companhia das crianças em meio da mata virgem e/ou atravessando o rio dentro da própria comunidade ou centro administrativo, foi o que mais se constatou.

[...] foi em junho, parece... Aí o minino me trouxe só até, até a Colônia, aí eu disse: “Eu não vou ficar esperando Kombi [Escolar] aqui, até dez hora, onze hora. Eu vou é mim “bora!” Já tava escurecendo.. aí ele disse: “Mas a senhora vai só?” Eu digo: “Vô!” Sei que eu peguei a estrada e vim mim “bora. Meio de viagem, passando aquela ladeira, aí já escurecendo né, com a chuva, né? Aí eu caminhando só eu no rumo de casa. Eu cheguei em casa já ia dá umas nove hora da noite... Mas eu vim. (MACAXEIRA)

Diante destas inúmeras limitações, não surpreende que apenas poucos participantes do estudo contam de fato com um emprego fixo. O que predomina em questões de emprego, são trabalhos do tipo “bico”, empregos informais e ocasionais como: diarista, serrador, barqueiro, costureira, manicure, cozinheira, artesã, entre outros, e conforme já identificado anteriormente em outras etapas desta pesquisa..

Nos passamos, acho que, bem uns dois anos... hum, não. Uns dois ano não, mas um ano e meio só com bolsa mesmo e bico que ele fazia..(TAMBAQUI)

Os estudos tinham para os participantes um significado especial ao associar qualificação, profissão e, “consequentemente”, emprego à possível ascensão social. Embora não sendo nem realidade, nem mais prioridade para a maioria dos próprios participantes, os mesmos transferem a perspectiva de “estudar” para seus próprios filhos. Para “ser alguém na vida”, um dia. Os cursos profissionalizantes do PRONATEC eram vistos por muitos moradores como uma chance para melhorias futuras, bem como ocupação em tempos ociosos. No entanto, nem sempre estão ao alcance dos moradores, seja por falta de informação ou pela falta de oferta em locais acessíveis:

Foi muito bom, tirou muita gente de casa pra fazer alguma coisa. Aprende algo. Porque agora tão querendo só fazer curso... (GOIABA)

É porque de manhã a gente trabalha em casa, né? Ajuda os filhos nosso, que vão pra escola, né? Aí, de tarde, a gente fica sem fazer nada. Aí tem umas que assiste novela, outras que vão pra oração,... Mas e agente como é que fica né?! (CAJÚ)

Era pra ter vindo, teve inscrição [PRONATEC] tudo, mas não veio pra cá. (MACAXEIRA)

Quando começarem a fazer os curso aí.. incentivar as criança a fazer, um, um cursinho, ao menos básico de digitação. Se quiser aprender vão ter que ir pra [Vila de] Serra ou pra Colônia pra fazer. Porque os [computadores] daí mermo só de infeite em cima das mesa. É o projeto que não funciona, os computador são novo, são bom. É ar condicionado e tudo que tem que ter. (BATATA-DOCE)

6.3.2 Complementação, doações, compras “estratégicas”, divisão e restrição alimentar

A contribuição das atividades complementares no provimento de alimentos, tais como a caça, a pesca, a roça e a colheita, constituíam uma estratégia primordial entre os “*assentados*”, “*ribeirinhos*” e, em escala bem menor, para os “*moradores sem acesso à terra produtiva*”, como demonstram as seguintes falas.

A gente quando a gente pode, a gente vai no mato mata uma caça, come, vai lá na roça busca uma macaxeira, arruma alguma coisa pra comer... pra gente que é pobre fica mais fácil assim, né. Aí vai atingir aí os 30%, 40% nessa questão, porque a gente se vira aí. Porque muita da veze, muita das veze falta 10 12 dia pra chegar o fim do mês aí já não tem mais nada. Aí a gente tem que arranjar qualquer coisa, uma macaxeira, um acará, qualquer coisa pra completar (MACAXEIRA).

Dá pra pegar um peixe, pra comer com arroz, com feijão. (TAMBAQUI)

A caça ajuda muito, porque a carne é muito cara, né! [...] Em casa, coloca uma malhadeira uma tarrafa lá na praia. (TUCUNARÉ).

O desafio de garantir as condições mínimas estruturais e organizacionais do lar, inclusive alimentação, exigia a corresponsabilidade de todo o grupo familiar. Podendo ser caracterizado como trabalho infantil, ou não, instigam-se os aspectos morais e a legitimidade do trabalho como babá, vendedor ambulante ou na lavoura.

No entanto vale ressaltar que trata-se de uma prática bastante comum em famílias pobres e contribuindo significativamente com a sobrevivência, como também discutido por outros autores (BALSA et al., 2000; FERREIRA, 2003; SILVA, 2011). Como reflexo disso, nota-se nas realidades rurais que as atividades agrícolas e extrativistas geralmente são feitas em regime familiar.

[...] nem vou pra roça, quem vai mais é os menino né? Digamos o Adriel que gosta muito desse negócio de caça. Aí quando ele mata uma caça aí, ele dá um pedaço pra mim. Porque se ele for dar um pedaço pra todo mundo ele vai ficar sem nada, né? E pescar, os menino que gostam sempre de pescar. Nesse ponto aí, eu sempre tenho lá em casa, porque o Edson gosta de pescar, quando ele não tá muito aperreado com os trabalho da escola, né? É que o negócio tá meio devagar lá em casa, ele pega uma canoa e vai embora. Aí os peixe que ele traz dá pra almoçar, dá pra jantar. Aí já é uma ajuda. (MACAXEIRA)

É quase toda tarde, quando a gente tá sem nada. A gente senta lá e haja a gente pescar, depois do meio-dia, umas três horas até umas oito horas, a gente pesca. (TUCUNARÉI)

Nas áreas ribeirinhas, o rio claramente predominou sua situação alimentar e nutricional e o ritmo de vida dos moradores. Enquanto a água, de um lado distanciava os **“ribeirinhos”** de serviços públicos, comércio, vida cultural e social, vizinhos e da interação com outras pessoas extra domicílio, ao mesmo tempo garantia, através da pesca suplementar, alimentos..

As vezes, quando a gente tá aperriada pra se alimentar, né.. (TAMBAQUI)

A pesca, geralmente praticada por todos os familiares, certamente constituiu um arranjo importante e diário para estes moradores. As restrições, fiscalizações e penalização por parte do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA)³⁶ inibiram o provimento de alimentos e fonte de renda através das tradicionais caças, coletas e pescas em áreas mais fartas de caça e de peixes com valor comercial. A oscilação

³⁶ Os limites do Parque Nacional de Montanhas do Tumucumaque se confundem com as áreas típicas de provimento de pesca e caça e se tornaram praticamente inacessíveis após demarcação desta área de preservação ambiental. Vale ressaltar que, tradicionalmente, os ribeirinhos viajavam aproximadamente dois dias o rio Amapari em barcos de motor à diesel na busca de provimento de alimentos (caça, coleta e pesca).

do rio com as demoradas enchentes impossibilitaram praticamente quaisquer atividades de plantio ou criação, que poderiam ter contribuídas significativamente com sua alimentação.

Aqui, é difícil caça, é mais pra lá pra cima, né? Do rio... que a pessoa vai. Agora não pode nem ir pro rio mais, pessoal do IBAMA direto. Só é pro Sucurijú mesmo. Ir pra lá, pra pescar e caçar. (TAMBAQUI)

Entre os ***"moradores sem acesso à terra produtiva"*** destacou-se a pesca, porém a caça e atividades na roça faziam parte dos arranjos na busca de alimentos. Enquanto a pesca e a caça constituíam atividades mais espontâneas e ocasionais, o plantio constituía uma estratégia contínua com vistas à futuras melhorias da qualidade de vida e da segurança alimentar. A pesca no Rio Amapari era uma atividade mais praticada pelos os filhos e, talvez, até confundida pelos mesmos inclusive com lazer.

Bom, a maioria das pessoas que não têm condição, vão pescar. Por exemplo, eu tenho um terreno pra lá que a gente vai pescar pra lá, eu caço, eu, eu mato uma caça pra a gente comer, pesco, e... E a roça também que a gente tem, né? Que a gente vai começar já desmanchar [a roça], a fazer farinha. Então, a gente compramos até uns quilos de farinha hoje, e eu acredito que vai ser o último se Deus quiser. Já vamos começar a fazer nossa farinha e ser produtor também, ao invés de ser só consumidor. (GOIABA)

Aí as vez meu filho vai lá pra beira do rio, com os irmãos dele, vão lá pegar peixe, traz a gente se reúne e todo mundo come um pouco...(GOIABA)

O cultivo do quintal ou de uma horta era uma estratégia de contribuir com a alimentação e refeições mais saudáveis, no entanto menos significativa e praticada entre as famílias do estudo. Oriundas na grande maioria da Região Norte, atribuiu-se esta aparente subvalorização de hortaliças e verduras aos hábitos alimentares regionais e à supracitada monotonia alimentar, como, também, já observado por Castro (1984).

A "farinha de mandioca", certamente, era o alimento que constituiu a base principal da alimentação de muitas famílias. Sendo consumida em quase todas as refeições (café com farinha, banana amassada com farinha, farinha com carne/frango/peixe, farinha com açaí (*Euterpe oleracea*), com caldo no "pirão", entre outros) a mesma, também, se destacou como alimento na convalescência como o "chibé" (mingau de farinha com água). Diante da falta de outros alimentos, a mesma

comumente é consumida diversas vezes ao dia, geralmente misturada no café com um pouco de margarina.

E olha que é a parte que a gente gasta mais, que é a farinha... porque nós somos Paraenses, Paraense já sabe! Se não tiver farinha na mesa. É um [quilograma] de manhã e um de tarde, um de manhã e um de tarde. Ainda mais se tiver açai! (GOIABA)

Porque lá em casa eu, eu consumo, assim, mais arroz... bastante arroz, aí eu mermo coloco no prato dos minino a farinha... (CAJÚ)

É tem que ter limite né... (TAMBAQUI)

Como já refletido nas falas anteriores, a restrição qualitativa e quantitativa da alimentação foi uma prática muito comum entre todos os moradores. A distribuição racional dos alimentos e entre todos os membros da família foi outra estratégia constatada.

Já na casa que são 5 pessoa, três filho home que são.. que se deixar mesmo, assim, a vontade..! Ta entendendo, pode inventar salario... Mas a gente se vira graças a Deus. A gente se vira direitinho e dá. (MACAXEIRA)

Mas não fica passando fome não... não passa do básico...O básico do básico..! (MACAXEIRA)

Neste interim, vale ressaltar, que no decorrer da Pesquisa de Campo foi possível perceber a substituição de “lanches” por refeições à base de farinha de mandioca e, eventualmente, arroz (*Oryza sativa*) e um complemento proteico, em especial, frango (ou peixe entre os “*ribeirinhos*”), independentemente do horário “convencional” das refeições. No intuito de saciar a fome, o aproveitamento de sobras das refeições principais (almoço e jantar) para futuras refeições, inclusive o desjejum constituía prática comum entre os moradores.

A escolha do local das compras era outra estratégia para economizar recursos e “prorrogar” assim o poder de compras. As compras racionais em supermercados permitem economia de dinheiro diante dos elevados preços dos mercadinhos dentro das comunidades, porém raramente permitem compras em modalidade de “fiado” ou seja, pagamento posterior em momento oportuno de disponibilidade de dinheiro. No entanto, a opção de comprar nos dois únicos

supermercados na Vila de Serra do Navio, se tornou parcialmente inviável diante da precariedade do transporte.

Eu não compro lá no mercado [supermercado] não. Eu compro lá na Daniele.. que eu tiro lá, aí um mês depois, quando eu recebo a minha bolsa, aí, eu pago pra ela... Perfume doce, já viu como é.. (MACAXEIRA)

Aqui é muito caro. Sempre eu compro na Serra. [Vila de Serra do Navio] Tem alguns comércio que vende também fiado lá. Pra quem tem crédito lá eles vende. (GOIABA)

Pro que dá pra comprar, lá na Vila, dois quilos aqui só dá meio... Só, aí tem que pegar carona pra í pra lá. (Goiaba).

A modalidade de comprar “fiado” apenas era disponível para os moradores conhecidos pressupondo o pagamento das compras realizadas anteriormente. Sendo assim, esta rede de apoio não se abriu para moradores recentes ou sem fiador conhecido, realidade de alguns moradores deste estudo.

A gente muitas veze compra fiado, né? Aí, às vezes eu compro uma comida. Fiado... em um e em outro... E assim vai! (TAMBAQUI)

Pra quem não tem nem onde comprar fiado... Eu não tenho onde comprar fiado. (GOIABA)

Ao esgotar, em especial, a compra “fiada” dentro das possibilidades orçamentárias e outras práticas, muitas famílias recorriam **às doações ou ao empréstimo de alimentos**. Balsa et al. (2000) e Silva (2011) também constataram o provimento de alimentos através de vizinhos, parentes e amigos próximos. De acordo com estes autores, esta prática configura-se entre as estratégias denominadas “solidariedade conterrânea e parental”. Este laço de solidariedade com os outros moradores, diante a visibilidade das dificuldades diárias, se consolidou em “empréstimos”, doações e pedidos de “socorro” para vizinhos e parentes entre todos entrevistados e foi avaliado pelos mesmos como fator favorável de moradia nesta localidade.

Eu empresto, dos outros... Eu pego emprestado de um, pego emprestado de outro... (GOIABA)

É, às veze é emprestar. Às veze é só pedir mesmo sem dar de volta. Sem devolução. (TAMBAQUI)

A gente temos aqui, ela e mais umas outras pessoas lá, que a gente somos praticamente somos que nem a gente. Chega assim, entra na casa, pede alguma coisa. “Tu tem... ?” A gente não pergunta se dá pra emprestar, É “tú tem tal coisa aí pra me dar?” Aí pega lá, aí divide aquele pouquinho. Também isso aí ajuda né? Às vezes, que a gente tá naquela situação que não tem... Aí, quando a gente tem, também a gente ajuda aqueles que não têm. Então isso torna uma comunidade familiar assim, bem mais próxima. (GOIABA)

É que quando nós precisamos um do outro, nós vamo na casa de um e do outro. Pega uma pimenta-de-cheiro, um dente de alho, uma cebola. Porque sabe, que pode contar com todo mundo. (MACAXEIRA)

6.3.3 Programas e ações do poder público e da Assistência social

Quanto à importância de programas e ações no contexto da Assistência Social, a transferência de renda, através do PBF, certamente, era mais reconhecida e valorizada pelos moradores.

Eu agradeço muito a Deus por causa dessa bolsa. Porque se não fosse essa bolsa eu tava lascada... Porque a gente precisa. (GOIABA)

Sinceramente, eu acredito que muita gente hoje vive melhor com esse negócio de Bolsa Família. Por exemplo, se não fosse essa Bolsa Família, se não fosse isso, nós tinha passado poucas e boas, nas vezes que eu passei por situação difícil... Hoje, nós tamo mais tranquilo, graças a Deus. Daqui mais uns dia, eu espero, peço a Deus que... eu possa chegar lá e entregar o cartão... dizer: “Olha eu não preciso mais da Bolsa”. (CAJU)

É válido destacar que o anseio por melhorias predominou diante de todas as outras estratégias. A esperança de ultrapassar as atuais necessidades e a dependência de programas assistenciais de transferência, enfim, alcançar a autonomia financeira e a garantia da alimentação permeou toda a Pesquisa de Campo, também expressa nas seguintes falas:

Eu tenho fé em Deus que vai chegar esse tempo da gente não precisar mais... a gente vai entregar... [o cartão magnético de Bolsa Família]. (MACAXEIRA)

Dá pra quem precisa... Que tem pessoa que precisa mais do que as outra... Pra dá oportunidade pra as outras pessoas, porque quando eu... um dia nós precisamos, e têm muitas pessoas que também precisam disso... A gente não pensa só na gente... A gente precisa, pensa nas outras pessoa que a gente tem vontade de ajudar e não pode. Às vez, a gente chega na casa de alguém e têm umas pessoas que tá passando por necessidade... Eu vi uma

vez uma senhora bem ali, ela tava passando por um momento difícil, ela tentô conseguir essa bolsa, mas ela não tinha os documentos necessários pra, pra fazer, pelo menos o cadastro... Então fica difícil, né? As pessoas que precisam mesmo não ganham, e outras que não precisam tanto ganham bolsa, as vezes tem até comércio e ganham bolsa, tem dois emprego, marido e mulher trabalho e ganham bolsa... (Goiaba)

Notou-se nestas falas, que a concessão de auxílio e do acesso à programas de cunho estadual e municipal, aparentemente não estava bem esclarecida e associada pelos moradores à proximidade política, intimidade ou insistência dos interessados. A discussão acerca dos programas assistenciais da atualidade como elemento fundamental ou reprodutor do círculo vicioso da pobreza foi problematizada espontaneamente pelos moradores da seguinte forma:

Aí muitas pessoas ficam aí sem fazer nada. Aí eles falam: “Ah porque essa bolsa alimenta todo mundo!”. Tem vez que falam até de “Bolsa Priguiça”, mas não sabe que a gente não trabalha porque não tem oportunidade... Eu tenho certeza que muita mulher aqui ao invés de essa bolsa queria ganhar seu dinheiro.. (GOIABA)

Ninguém aqui vai ficar esperando né? (TAMBAQUI)

Esta visão, de que o PBF, entre outros programas assistências “engessam” as pessoas e as tornam “dependentes crônicos”, deve necessariamente ser repensada diante das realidades expressas nas falas à seguir:

É como ela tá dizendo. Né, porque a pessoa com um emprego ele vai ter uma renda né? E aí ele vai poder, é... começar a usufruir das coisas melhores. Comprar uma alimentação melhor. Porque olha, a sete mês meu marido tá desempregado, eu também não consegui trabalho. Então é tudo isso: falta de geração de emprego. Isso complica, porque aqui, a Serra do Navio ela é uma região muito rica, mas o que que as empresa faze? Elas vêm, tira a riqueza, faz o que bem entende. E aí pega Vão, só se acabando. Então gerar um emprego melhor, entendeu... tudo isso vai ajudar, pra melhorar a situação das pessoas que vivem aqui...Porque muitos lutam por trabalho numa empresa dessas, e não consegue... Porque é muito difícil, entendeu?, Eu acho que. Que nessas empresa, o meu esposo tem uma base de uns 20 currículo espalhados.(GOIABA)

A sete meses. Ele é motorista e ele nunca conseguiu. Ele teve que ir pra Macapá procurar serviço, nem que fosse de pedreiro, pra poder a gente... Sabe,... e aí então, aqui não era pra ser assim! É porque, como eu tô dizendo, é uma região, muito rica, aqui era pra ser gerado bem mais empregos... Mas né. (GOIABA)

Estas falas, também, refletiam a consciência de muitos moradores de que os empreendimentos associados aos grandes projetos multinacionais de mineração

pouco contribuía com a geração de empregos dignos e no alcance destas famílias. Como já observado por Viana (2001) e Oliveira (2008), enquanto muitos dos megaprojetos na Amazônia, frutos de políticas públicas invasivas, capitalistas e distantes de um modelo próprio contribuem com a antropização e devastação dos ambientes, raras vezes, assumem uma verdadeira responsabilidade social e ambiental

A multicausalidade e dimensão da ISAN nestes contextos de pobreza e de extrema pobreza, representadas na fala desta moradora reflete a aparente impotência do poder público quanto à intervenção, também, constado em outras pesquisas (FERREIRA, 2003; SILVA, 2011). Diante das ações assistenciais predominantemente pontuais e isoladas, o desapontamento dos moradores não surpreendeu. Focados principalmente em aumento de renda, porém sem perspectivas e poder de reais mudanças deste quadro complexo de exclusão social e espacial, os moradores do estudo expressaram claramente sua desistência de requerer o DHAA através dos meios administrativos como estratégia convencional:

Aí é bastante exclusão aí, né? Pra conseguir uma [bolsa através do Programa “Renda para Viver Melhor”], porque eu já fui três vez já no cadastro do “Renda”, e nunca fui contemplada, nunca me procuraram... Já, já até desisti. (TUCUNARÉ)

E agora a gente vai lá... A assistente social manda pra verificar um emprego pra ele. E tá com mais de ano com ele desempregado, que ele fui lá com ela E ela nunca que encaminhou pra nenhuma empresa, que precisa... Sendo que ele não tem só uma profissão... Mas nunca chamaram ele. Ela nunca nem falou com ele, nem disse “olha eu vou marcar uma entrevista pra ti”, de emprego, né?! Se ele trabalhava, se ele conseguiu trabalhar... porque trabalhando ajuda mais, né? (TAMBAQUI)

O acesso às cestas básicas de alimentos como “benefício especial” era difícil, de acordo com os moradores diante da distância espacial e burocracia para requerê-las. A sensação de “invasão de privacidade” e “insensibilidade” de alguns agentes públicos na hora da sua solicitação predominou nas falas dos moradores. De acordo com os moradores, a barreira geográfica e cultural dificulta a proximidade e compreensão da real situação da ISAN e da situação intradomiciliar por parte dos agentes públicos, responsáveis pelas políticas no âmbito da SAN e da assistência social no município. Evidenciou-se durante a coleta de dados certo consenso quanto à ineficácia das ações por parte da assistência social, seu distanciamento e o

desconhecimento da realidade local, como também observado por Silva (2011). O tamanho da cesta básica, quando concedida, tampouco supria as necessidades das famílias durante o tempo julgado como necessário, como mostram as falas à seguir:

Cesta básica é muito difícil pra gente aqui. Se eu fosse lá, Deus-o-livre, eles não me davam não. Que eles sabe que meu marido é empregado. Pode ser empregado, mas só que aí, ô, tem tudo isso que a gente paga. Paga aluguel, paga gasolina, né? Ixi! Nós tem que pagar o comércio... É muita coisa... Aí, se eu vou lá pegar, eles dizem logo “não, não!” (TAMBAQUI)

É, porque lá na minha casa são muitas pessoas, né?! Uma cesta daquelas, que eles dão aí, só dá pra passar no máximo uma semana. E olha lá! E olha arrastando, né?! (GOIABA)

6.3.4 Exigibilidade do DHAA

Resignados e insatisfeitos com a real preocupação por parte do poder público em reverter este cenário, alguns moradores lançaram mão da exigibilidade de seus direitos. Movidos ainda pelo desespero, pela fé ou esperança de ter “algum direito”, duas participantes procuraram estrategicamente o poder judiciário:

Eu recebo porque foi pelo juiz, porque se não até hoje eu tava no sofrimento com a minha filha... Que eu ia lá, atrás [...] e ela nunca me botava... Eu fui com o juiz, conversei com o juiz, tudinho a minha situação. Nesse tempo eu vivia uma vida muito ruim lá no Assentamento. Nós sobrevivia de carvão lá, e a minha filha estudava com o material dela dentro numa sacola dessas uma do mercado, de plástico... Aí, quando foi um dia, me botaram no Conselho Tutelar: “por que, que a minha filha era daquele jeito?” Aí, eu falei, que eu não recebia nenhuma bolsa, nesse tempo, nem Bolsa Família, nem nada. Eu fui com o juiz, conversei tudinho a minha situação com ele. Aí, com uns três dias ele mandou o Conselho Tutelar lá em casa. Foram lá, visitaram tudo, que era verdade mesmo que a gente vivia só de carvão. Porque muita gente dizia pra mim assim: “Olha, tú não vai receber esse dinheiro.”, mas eu tenho muita fé em Deus né?! Eu falei: “Não, se Deus quiser, eu vou receber. Que Deus tá vendo a minha situação”. ... Que eu tinha e a minha filha, né? E tá com uns três anos que eu recebo. Mas foi por causa do juiz, se fosse por caso mesmo... Pra mim ir atrás mesmo desse pessoal, até hoje nunca tinha recebido.(TAMBAQUI)

Assim, a procura pela promotoria e do juizado, diante da negação de direitos através de órgãos, também, constituíam estratégias para alguns poucos moradores, bem como a denuncia e clamores via meios de comunicação, ou seja, via rádio FM local.

6.3.5 “Jeitinho”, “viver um dia após o outro”

Em suma, frente este complexo quadro de negação e superação ficou explícito o “jeitinho” e a necessária “jinga” no sentido de garantir alimentos e a satisfação das necessidades mais básicas.

Ha, mana! A gente dá o jeito da gente. (GOIABA)

Apelar pra comprar fiado... Ver se alguém empresta. Né? É...! (risos)... Ver se alguém empresta. Tirar fiado em algum canto. Se tiver alguém pra fiar, doar alimento... Mas a gente compra... É só. Só isso, que a gente pode fazer. (TAMBAQUI).

O jeito é vender e emprestar. Se “virar nos 30”, né? Comer um ovo. Comprar fiado. (ARÍÁ)

Nesta incerteza, de recursos e alimentos diários, uma moradora expressou sua incapacidade de um planejamento futuro e de “viver dia após dia”:

Meu esposo tá desempregado, eu estou pra ser despejada da casa do padre... Um dia após o outro. (GOIABA)

Cientes de que estes constantes improvisos e arranjos, além de paliativos, não constituem uma condição desejável e digna, os moradores se justificam:

O ideal? (MACAXEIRA)

[...] não é o ideal, mas a gente vai sobrevivendo graças a Deus, né?! Mas de ser complicado a situação aqui, é complicado! (ARÍÁ)

A noção de que a situação está difícil se mistura com certa compaixão com outras pessoas que estão em uma situação ainda pior do que as mesmas.

Devolver sim [o cartão de benefício]... Pra dá oportunidade pra as outras pessoas, porque quando eu... um dia nós precisamos... E tem muitas pessoas que também precisam disso... A gente não pensa só na gente. A gente precisa, pensa nas outras pessoa que a gente tem vontade de ajudar e não pode...(GOIABA)

Eu acho que aqui é um lugar bom pra se viver, porque aqui pelo menos, eu já passei dificuldade mas fome ninguém passou, ninguém passou... Então, quando a gente assiste o jornal, a gente assiste algumas notícias, né? Que as criança tão passando fome, as pessoas passando fome... A gente fica sensibilizado com isso. A gente agradece à Deus por onde a gente vive.

Porque aqui é um lugar tranquilo, um lugar que a gente... Que, que... um lugar que nós temos. (CAJU)

Sen (1999) explica esta compaixão das pessoas com situações mais graves em termos de pobreza, com uma gradativa redução de seus desejos pessoais, ambições, gerando apatia, acomodação e até resignação. Neste sentido, uma pessoa habituada à pobreza pode não se dar conta de estar mal, pois há inúmeras pessoas em situação notadamente mais precária. O mesmo autor alerta neste contexto, que a noção de pobreza e sua medição não podem ser reduzidas apenas à posse de bens materiais e se tornam incapazes de refletir a privação continuada e a qualidade de vida de uma pessoa.

Quanto ao acesso à água potável para as necessidades básicas do lar, os moradores reconheciam que sua qualidade era duvidosa, no entanto, para alguns moradores não restava alternativa, como expresso à seguir,

[...] a água daqui do consumo daqui, tá meio precária a situação... Tá meio feio. Eu nunca tomei essa água aí... (GOIABA)

Nós sempre tomamo dessa água, mas nunca fez mal pra nenhum de nós... (CAJÚ)

Não, é porque assim. Lá em casa é muita gente... Se eu for carregar água de outro lugar, como a vizinha faz, eu vou morrer seca carregando água. Porque tem muita gente. O movimento lá é intenso: quando não tem [água], têm nove [pessoas] pra almoçar e pra jantar. (CAMAPÚ)

Os **“ribeirinhos”** providenciavam sua água potável nas ocasionais travessias do Rio Amapari do poço da escola local, outros utilizavam a água mesmo do rio. Novamente, notou-se a colaboração dos filhos na organização e no provimento de alimentos para o lar.

Eu tenho que mandar os menino, quando eles vêm pra escola, eles levam daqui da escola, pra a gente beber água lá... Os menino todo dia as traz garrafa, enche e leva... Aí, eles já levam pra o final de semana... pra Sábado e Domingo... Aí, na segunda [feira] eles têm que vim buscar, porque acarrubada. (TAMBAQUI).

É valido lembrar neste contexto, que o termo insegurança alimentar engloba tanto distúrbios alimentares ligados às carências (fome, desnutrição, deficiências de micronutrientes, entre outros), como outros ligados às praticas alimentares inadequadas à saúde (DCNT), bem como problemas decorrentes de um alimento

inseguro (contaminação biológica, problemas de conservação, modificações genéticas, água contaminada, resíduos de produtos químicos, etc.; (VALENTE, 2009). Ou seja, os devidos cuidados higiênico-sanitários e o consumo de água potável são cruciais ao se pensar em SAN. No entanto, observou-se, que muitos moradores usaram água minimamente tratada ou água do rio e/ou de poços para o preparo das refeições, higienização dos talheres e panelas e para o consumo - outro ponto crítico no contexto da ISAN.

Enfim, a estratégia mais marcante, mais comovente e mais pura, no contexto da escassez de alimentos, da fome, é expressa na seguinte fala:

Pra não ficar com fome tem que beber água. Pra matar a fome... (GOIABA)

Em suma, a interpretação das falas destes moradores da Serra do Navio mostrou o quanto a fome e a miséria emerge uma compreensão fisiológica do problema até dimensões psicológicas e sociais, como também Radimer et al. (1992) já postularam no final dos anos '80. Mostrou, também, como a falta de opção das famílias pobres, as leva à ruptura dos padrões socialmente aceitos e usuais de se fazerem, pelo menos, três refeições ao dia e, ainda, à aquisição dos alimentos de forma não-aceitável ou sustentável.

A própria situação em pobreza “ensina a viver com pouco, a multiplicar os escassos recursos, a viver em um permanente estado de “necessidades insatisfeitas auto-controladas ou auto-reguladas” (1999, HERNANDEZ apud LIMA, 2009, p. 23). Ou seja, esta “institucionalização da pobreza” e a própria condição de “ser pobre”, obriga e ensina “culturalmente” a ser pobre, a aceitar de forma quase natural o mundo em que vive, mesmo que a custo do desespero e da resignação.

6.4 PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O DESENHO DE AÇÕES ESTRUTURANTES

A seguir, apresentam-se propostas e reivindicações concretas que surgiram no decorrer do estudo. Considerando o perfil e as estratégias destas famílias investigadas em meio deste cenário, é válido ressaltar que os moradores

demonstraram sua capacidade de “leitura da sua realidade”, bem como a habilidade de dialogar e discutir possíveis melhorias. O que, aparentemente, falta, é a contemplação de suas vozes no desenho e na avaliação de políticas públicas.

Em todas as etapas do estudo, os moradores expressaram sua esperança de melhorias das suas condições, da qualidade de vida, bem como de um futuro mais promissor. E, acima de tudo, como fruto de conquistas próprias. Ficou claro ainda, nas entrelinhas ou comentários explícitos, o descontentamento com ações e programas no âmbito da assistência social e SAN. Quer seja pelo desconhecimento da realidade e necessária compreensão da heterogeneidade local, pela falta de sensibilidade no acolhimento das famílias pobres e extremamente pobres, pela ignorância e/ou desconhecimento da legislação e programas no âmbito da SAN, quer seja por irresponsabilidade social, escassez de recursos financeiros e humanos ou pela própria resignação de alguns moradores quanto ao exercício de cidadania.

A reivindicação de maiores oportunidades no que tange trabalho e renda. Cientes da sua importância na manutenção e organização de seu lar, em especial as participantes o sexo feminino, almejavam fontes de geração de renda dentro de suas comunidades.

Eu, eu, eu penso assim, o que deveria acontecer, era que tivesse mais emprego, principalmente pras mulhé, porque aqui não tem. (TAMBAQUI)

Consenso entre os moradores de todas as comunidades, também, era que necessariamente deveria haver uma maior preocupação e responsabilidade por parte do poder público quanto ao transporte regular para o centro administrativo do município. As enormes distâncias locais diante a centralização de, praticamente, todos os serviços públicos: supermercados, feiras, oferta cultural e do próprio mercado de trabalho na Vila de Serra do Navio, foram reconhecidos pelos mesmos como fatores limitantes de uma efetiva participação dos bens comuns e possibilidades de trabalho e escoamento de sua produção agrícola.

Aqui era pra ter um ônibus, direto, todo dia, no horário certo... Quando precisa, não tem...(GOIABA)

Também foram cobrados maiores investimentos em todas as áreas por parte do poder público:

Olha, o primeiro a se fazer é investimento, né? Fazer investimento na agricultura, na infraestrutura, no acesso... Hoje mesmo eu fiquei sabendo, ... eu fiquei sabendo hoje, que diz que entrou verba de R\$60.000,00 (sessenta mil) para reformar nossa feira lá, e até agora nada foi feito! E diz, que isso foi em março do começo desse ano. (MACAXEIRA)

Em especial, os **“assentados”** e os **”moradores sem acesso à terra produtiva”** reivindicaram uma necessária reforma e melhor organização das feiras em Vila de Serra do Navio e na Colônia de Água Branca. Notou-se que existe um mercado de consumidores, no entanto, a incerteza de expor seus produtos nestas localidades e as necessidades de resolver outros assuntos neste único transporte semanal (**“assentados”**) inviabiliza muito arriscar a venda de seus produtos fora do centro administrativo.

A partir da reflexão acerca da escassez de certos alimentos dentro de suas comunidades, foram cogitados projetos tais como: uma padaria, uma horta ou até projetos de criação de aves ou de peixes. Observou-se que, tanto os **“assentados”**, quanto os **“ribeirinhos”** e os **”moradores sem acesso à terra produtiva”**, visualizaram estes projetos em caráter comunitário. Foram discutidos também projetos coletivos de artesanato e de costura:

Então eu creio que se tivesse assim pelo menos uma fábrica [padaria comunitária] que realmente funcionasse. Com certeza, ou de alguma coisa, artesanato, alguma coisa, que nem aqui, que não é ocupado por nada. Se colocasse uma associação aqui, das mulheres que têm família que precisa, uma costura, um artesanato, alguma coisa que gerasse renda pra nós, eu creio que era melhor. Era bom, no meu pensar. Agora, a minha opinião é essa. Agora eu não sei a de vocês... (CAJÚ)

O artesanato gera. Mas é pouco. Não é tanto igual ao pão, igual à horta. Acho que alimento gera mais, né? (GOIABA)

O desafio de reunir geração de renda com o papel de “mãe” e “dona de casa”, sem o necessário deslocamento da comunidade reforçou possíveis ações coletivas ao nível da própria comunidade. Interessante, também, foi perceber que, imediatamente, surgiram propostas organizacionais que permitiam a maior dedicação ao lar aliadas à geração de renda:

É até porque trabalho comunitário, assim, é bom porque, a gente fica vamo dizer, das 7h até as 11:30h. E vai pra casa, né? Que é perto.. E não, numa empresa dessas, que você vai 5 da manha e só vai sair 8 da noite. Não tem como saber nem o que tá acontecendo, o que aconteceu. Aí, todo mundo

estuda, e num pode entrar com o telefone... Nem que possa, mas não pega né?! (ACEROLA)

Pra montar uma [padaria] comunitária, é muito bom! Porque tem muita gente que. Aqui só tem uma padaria. Tem dia que nem tem pão. Dia de sábado, não tem. Então, se fosse uma [padaria] comunitária, aí dividia em turno, né?... Aí, todo mundo ia trabalhar e ter seu dinheiro. Porque gera renda, né?! (CAJU)

Diante da carência no acesso à alimentos nestas comunidades e a preocupação diária no provimento de alimentos, notou-se que, em especial, os projetos que envolviam a produção e venda de alimentos de forma coletiva se mostram mais viáveis para estes moradores. Entre os **“assentados”**, também, foi discutida a organização de sistema de troca e venda de produtos dentro da própria Agrovila.

[...] uma horta comunitária aqui, tinha que ter aqui. É, pra vender aqui. É, porque aqui não tem uma ferinha que a gente possa comprar uma fruta, uma verdura melhor né?! Só um ia pra lá, ficar vendendo. Era muito bom fazer aqui... Pra não ter que se deslocar daqui. Porque muitas vezes pra ir consegue carona, mas e pra vir? (CAMAPÚ)

A discussão sobre as melhorias no âmbito comunitário, levou à reflexão acerca da coesão social e necessária união. O fortalecimento da associação e da cooperativa como ferramentas na busca coletiva de soluções para seus problemas diárias se destacou como grande desafio. A, então, dependência do poder público, para com a sua corresponsabilidade e iniciativa no aproveitamento das potencialidades locais e desenho de novos projetos está expresso nas seguintes falas:

Agora teve umas aí que inventaro de fazer essas coisa.. Fazia, vendia short pra criança, vendia sim. Então, tudo isso a gente tem que ver. Nós precisa do poder público, mas vamos também fazer o nosso lado. Porque não é dizer que a pessoa não tem condições de ir ali em Macapá comprar R\$300,00 de, de material pra começar. Então tá aí, as máquina [de costura] tá aí, parada! (MACAXEIRA)

Mas tem que ver as coisa. Se a gente fizer plantação aqui, se ajudar com as coisas. Um tanque de peixe, aí, vem a questão da hortaliça, né? Isso vai funcionar bacana, embora a maioria não queira, a minuria querendo, ela vai fazer a coisa funcionar! E quando a maioria ver que a coisa funciona... Faz que nem fizeram, com a associação, muitos não queriam. Ela começou com pouca gente, mas aí, como viro que o negócio tem que ter união.!! (ACARÁ)

Olha uma vez, eu vou falar uma coisa pra vocês, bem aqui. No tempo que o Elísio... Desde que ele mexeu com esse negócio de associação aí, ele tinha

vontade de fazer um canto de piscicultura aqui... Pra comunidade, né? Mas aí: “Vamo fazer no meu terreno!” “Ah, não, vamo fazer no meu!”, E esse negócio já divide logo, né? É por isso que muita coisa aqui não acontece. Por causa disso, por causa dessa desunião! (BATATA-DOCE)

Porque eu não vou querer dizer que a gente é desunido, mas.... Falta confiança! (TAMBAQUI)

O consenso dos moradores quanto à possibilidade de melhoria da qualidade de vida, através de ações coletivas e organização comunitária, ficou evidente. Emerge ainda, como ilustrado em alguns comentários o estabelecimento de uma liderança comunitária, que “encabeça” a busca e realização de projetos que toma iniciativa e fortalece a união dos moradores. Não tendo um projetista na própria comunidade e, diante da expressa falta de confiança nos agentes públicos locais quanto à elaboração e implantação de projetos inovadoras no âmbito da SAN, surgiu a demanda de uma liderança ou de um mediador, preferencialmente, externo.

Falta organização. E paciência. E fazer o projeto. Não tem projeto! Mas aí é aquela situação, né? Tem que ter uma pessoa. Toda coisa tem que ter um “cabeça”, né? Aí, se o “cabeça” também não trabalha, não organiza, não sabe ajuntar.. nem dialogar, é... e não tem projeto, não tem nada! Aí, não vem dinheiro. Porque se vier, é assim. Quem toma de conta, faz um projeto, envia o projeto, a verba vem. (BATATA-DOCE)

Si é em prol da gente aqui da comunidade, a comunidade é unida. [...] Não, mas é verdade. Porque quem tem um conhecimento vai passando pra quem não tem. E eu já vi muito projeto assim que cresce! (GOIABA)

Eu acho assim: que a comunidade junto com os representantes poderiam montar um projeto, e levar para essas empresas. Que, eu tenho certeza que isso, a *Beadel* e essas outras empresas, se elas se interessarem e ver que o projeto é bom.... Que vai ajudar a comunidade, eles vão sim, eles ajudam. (TUCUNARÉ).

Montar um projeto. Mas tem que ter mais outra pessoa pelo meio, né? Pra poder apoiá mais um pouco,... pra fazer funcionar. (MACAXEIRA)

O anseio por parte dos moradores por políticas públicas e projetos inclusivos e promotores de uma maior qualidade de vida ficou explícito durante as entrevistas coletivas. A almejada ascensão social e maior contemplação no que tange políticas inclusivas ficou evidente, fato que já foi expressa na denúncia dos mesmos quanto aos beneficiários sem “necessidade”, falta de atenção e indevido recebimento de benefícios oriundos de programas da assistência social. Assim, percebe-se certa

competição entre as comunidades e, ao mesmo tempo, uma solidariedade intracomunitária:

[...] Mas a gente precisa de uma atenção maior, né? O pessoal do Assentamento recebem muito apoio. Agora ainda é o “Minha Casa, Minha Vida”. Mas eles não levam coisa pra Vila, porque às vezes eu vou lá para comprar farinha, tapioca... e, antes era carvão. Eles vão pra comprar lá na Vila [de Serra do Navio] e volto no caminhão. E eles ainda recebem mais apoio. (CAMAPÚ)

Diante do panorama complexo de tentativas, lutas e esperanças aqui expostas, vale concluir que a sobrevivência nestas comunidades não é fácil. Parcialmente, talvez desesperadora, porém, não se pode desistir de sonhar. Sonhar com dias melhores. Quem sabe, mais justos, com mais oportunidades e com mais igualdade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Só a participação cidadã é capaz de mudar o país.”

(Betinho)

Em concordância com a IV Conferência Nacional de SAN, órgãos nacionais, pesquisadores e militantes da SAN, e diante do cenário exposto, é válido concluir que na realidade os avanços normativos, nacionais e internacionais no combate à fome ainda não foram suficientes para garantir a realização prática e a efetividade do DHAA e dos demais direitos humanos no Brasil frente aos inúmeros e complexos desafios e obstáculos existentes para a efetivação dos mesmos. A construção de uma sociedade mais justa, igualitária e cidadã, ou em fim, a capacidade de exigir a realização do DHAA e de outros direitos humanos emerge aparentemente uma ressignificação e “revolução cultural”. O reconhecimento das pessoas como sujeitos sociais, da importância do exercício da cidadania e da participação social, é imprescindível, tanto por parte da estrutura administrativa, legislativa e judiciária dos poderes, e como pela própria sociedade.

É imprescindível em questões éticas e humanistas, além de constitucionais, combater à fome e a falta de uma alimentação adequada de forma imediata, no sentido de proteger, respeitar o DHAA e, se for o caso, o provimento imediato de alimentos. A situação local, porém, emerge ainda ações e programas estruturantes a curto e a médio prazos que “ensinam a pescar”, além de intervenções reguladoras por parte do poder público. Sem dúvida, a promoção de uma crescente conscientização acerca do DHAA e de sua exigibilidade, além do empoderamento da população se tornam necessários para uma real garantia do DHAA.

Apesar dos grandes avanços das políticas de proteção social nas últimas décadas no Brasil, todavia predominam ações isoladas, unilaterais, e enfim, incapazes de contemplar de forma integral a complexidade da pobreza e da ISAN. Esta aparente impotência do poder público, diante desta complexa teia multicausal, em última instância transfere a responsabilidade às próprias famílias. Conclui-se que, dando voz às pessoas às margens da sociedade, contribuir-se-á com a verdadeira compreensão da fome e da miséria. Respeitando os reais anseios e

propostas dessas pessoas, o desenho de políticas públicas inclusivas que possam reverter este panorama, se torna possível. Na prática, toda ação focada no combate da miséria e da fome deve ser, necessariamente, intersetorial.

Enquanto isso não se torna realidade, apenas constitui-se em uma hipótese, as famílias pobres e extremamente pobres absorvem em seu cotidiano as consequências do contexto socioeconômico e político e se adaptam permanentemente às novas circunstâncias. Criam mecanismos para contornar este estado de extrema exclusão social. Estabelecem estratégias para satisfazer suas necessidades mínimas e prioritárias. A garantia de comida constitui uma prioridade total neste cenário. A fome, talvez seja a condição que mais afeta a dignidade humana. Afeta e se reflete em todas as outras dimensões na vida destas pessoas.

Em especial diante da eminência da falta de comida, como visto, as pessoas recorrem aos mais diversos arranjos intra e interfamiliares que incluem estratégias “normativas” ou “contra-normativas”, bem como “coletivas” e “individuais”. Nos espaços marcados pela pobreza muitas das estratégias utilizadas estão associadas aos laços de amizade e solidariedade. Trata-se ainda de estratégias associadas à renda (“bicos”, compras “fiadas”, entre outras), e o próprio provimento de alimentos, através de atividades extrativistas (agricultura, caça, pesca e colheita).

O estudo demonstrou, que as estratégias utilizadas pelas famílias pobres, raramente envolvem ações coletivas, no entanto, a problematização conjunta da realidade dos moradores resultou na identificação do “problema em comum”. Como reflexo disso, todas as reivindicações foram voltadas para o fortalecimento da união e a busca mútua de melhorias.

Considerando que o direito à alimentação é parte dos direitos civis básicos da população brasileira e constitui um meio de atingir a cidadania plena, constata-se que pouquíssimas famílias recorrem às instâncias do poder público para fazer jus à este, e outros direitos. Quer seja por desconhecimento dos seus direitos ou pela precariedade dos mecanismos de sua exigibilidade, como exemplificado anteriormente.

O estudo do perfil e das estratégias dos moradores de Serra do Navio em situação de ISAN, evidenciou este complexo quadro de negação e superação de

direitos. No decorrer das diferentes etapas do estudo, evidenciou-se, cada vez mais, a complexa teia multicausal da exclusão social e fome e, paralelamente, aos anseios dos participantes à oportunidade de mudanças e de melhorar sua qualidade de vida. A situação de vulnerabilidade social e de ISAN é grave neste município. Os determinantes sociais, o restrito acesso aos serviços públicos básicos, a precariedade no transporte e na comunicação, a negação de água tratada e saneamento básico, entre outros aspectos observados, limitam a chance de ingressar no mercado de trabalho formal e até mesmo no informal.

O estudo também apontou pela necessidade de um efetivo programa de educação alimentar e nutricional, uma vez, que grande parte das pessoas em vulnerabilidade social e em risco nutricional carece de conhecimento acerca da alimentação adequada e saudável. Esta educação alimentar e nutricional deve, necessariamente, levar em consideração a realidade cultural e socioeconômica de Serra do Navio e alcançar toda a população, para poder surtir o efeito desejado.

O perfil dos participantes da pesquisa e sua forte dependência dos programas de transferência de renda e de moradias populares destacam a importância da manutenção e ampliação dos programas sociais e da assistência social para garantir a gradativa diminuição da desigualdade no Brasil. Porém, a vontade de viver dignamente sem necessidade de assistência social, ficou evidente.

Em especial, as entrevistas coletivas com os diferentes grupos focais, onde os participantes contribuíram de forma espontânea, demonstraram a sua esperança quanto a um futuro mais digno e, também, o quanto isso é um sonho coletivo. A discussão confiante e esperançosa de ações e propostas concretas, viáveis e de sonhos, levou à convicção e ao alerta de o quanto estas vozes *gostariam e mereceriam* ser ouvidas.

Mereceriam ser ouvidas, pois somente os próprios **“assentados”**, **“ribeirinhos”** e moradores das áreas periurbanas que vivenciam esta situação peculiar amazônica podem dar luz para desvendar nitidamente esta complexa teia de fatores inter-relacionados. Fatores que constituem tanto nas causas como nas consequências diretas e indiretas da fome, da miséria e da exclusão social e que gritam por medidas específicas, estruturantes, pontuais, além de dados e teorias.

. Ao partir da realidade vivenciada pelos “oprimidos”, a “Educação Popular e Cidadã”, pautada no diálogo, na troca de saberes e na autonomia, com o devido reconhecimento das pessoas como sujeitos históricos e sociais, constitui, certamente, em um dos dispositivos mais indicadas e eficazes na construção de um futuro próspero e mais justo para a população de Serra do Navio.

Entretanto, este empoderamento como dispositivo para mudanças pressupõe que o poder público reconheça seu papel como “servidor público” e se abra para a população. Enfim, sem a necessária ressignificação e redirecionamento dos valores e das atitudes por parte dos poderes e sociedade em geral, as mazelas da fome e da miséria, provavelmente, vão perdurar ainda por muito tempo, pois não serão revertidas, quer a curto ou a longo prazos, como mostra a vida e a história dessas de geração para geração..

Por último, vale-nos lembrar das *limitações*, das *contribuições* e das *recomendações* desta pesquisa. Se o dia-a-dia das famílias investigadas está predeterminado pelas condições geográficas e climáticas da Serra do Navio, o estudo também se deparou com estas limitações, porém, em escala muito menor. Durante a Pesquisa de Campo, as grandes distâncias, dificuldades de acesso e de comunicação interferiram tanto na locomoção quanto, de certo modo, na participação nas entrevistas coletivas e no retorno às famílias. Mesmo em pleno verão da Serra do Navio, não foi possível realizar a pesquisa de campo em alguns ramais do Assentamento Silvestre devido à suas condições decorrentes de chuvas diárias. As dificuldades quanto a comunicação, importantes na mobilização social e na comunicação interna foram amenizadas graças ao empenho dos ACS Ednalva, Suliane e Valdete.

Outro entrave desta pesquisa condiz com a indisponibilidade e/ou inconstância de dados no âmbito municipal, em parte decorrentes de sistemas de informação desatualizados, sempre exemplificando o fato, eu o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) não disponibilizou uma base confiável de dados para contextualizar melhor esta pesquisa.

No mais, as limitações se tornaram insignificantes e foram superadas diante da importância e do enorme desafio de compreender melhor a realidade vivenciada por cada grupo focal do estudo. Cada segundo desta pesquisa foi repleto de fortes

emoções comoventes e radiantes, tornando, assim, esta Pesquisa de Campo em algo inesquecível. Ficou como pactuado, dispensando promessas ou levantando expectativas, além das nossas próprias competências e capacidades entre os participantes dos grupos focais e a pesquisadora, o compromisso mútuo de lutar pela concretização dos sonhos compartilhados.

Quanto às contribuições desta pesquisa, é preciso considerar duas dimensões: os resultados do estudo, certamente, contribuem com a compreensão da pobreza e da ISAN na Serra do Navio, permitindo, também, *insights* acerca de outras realidades semelhantes, em especial, realidades amazônicas. Assim, espera-se que a pesquisa possa contribuir com o desenho de políticas públicas que sejam capazes de melhorar de fato a qualidade de vida e da alimentação dos moradores de Serra do Navio e desperte a solidariedade das autoridades e da sociedade civil organizada em prol da garantia dos direitos humanos mais básicos, como o DHAA. .

Vale lembrar que os resultados do estudo andam em consonância com relatórios recentes da FAO que apontam para outros fatores importantes no contexto da ISAN na América Latina, ultrapassando a limitação financeira e vulnerabilidade social. Neste interim, a exclusão geográfica dos moradores, marcada pelas enormes distâncias e carência de transporte, certamente, é um dos principais fatores da prevalência e gravidade de ISAN na Serra do Navio.

A outra dimensão, não menos importante, condiz com a abordagem do DHAA em conjunto com os próprios moradores em situação de ISAN. Estes resultados secundários do estudo já se tornaram cada vez mais visíveis a cada retorno ao lar e à comunidade e durante as entrevistas coletivas. A divulgação do DHAA em todos os níveis, na sociedade, perante os poderes executivo, legislativo, bem como judiciário e movimento social, foi impactante. Enquanto algumas pessoas ficaram desconfiadas e inseguras, as pessoas em situação de ISAN reagiram, na totalidade, com uma mistura de gratidão e esperança ao receberam “atenção” e espaço para falar de seu cotidiano no convívio com a ISAN e fome.

Ficou como consenso de todas as entrevistas coletivas, a necessidade do fortalecimento da coesão social, de ações coletivas e da busca de projetos que possam contribuir com a gradativa inclusão social e superação das dificuldades de todos os moradores. Esta compreensão gerou esperança de tais mudanças são

possíveis, sim!. A reflexão e a discussão das estratégias no provimento de alimentos contribuíram claramente com a valorização das tradicionais atividades extrativistas e da agricultura familiar como dispositivo nos espaços marcados pela ISAN pelos próprios moradores.

Considerando os resultados do estudo que os moradores estabelecem (a) as estratégias de cunho imediato para superar suas necessidades mais básicas; (b) estas estratégias não são capazes de contribuir com uma verdadeira ascensão das famílias em termos de qualidade de vida e segurança alimentar; (c) as famílias carecem, tanto do conceito do que constitui uma alimentação adequada, bem como do direito constitucional que garanta isso; (d) os mecanismos da exigibilidade do DHAA são insuficientes no âmbito local, e (e) as ações assistências desconhecem ou ignoram pelos mais diversos motivos a realidade vivenciada das pessoas em vulnerabilidade social e nutricional e se caracterizam por ações isoladas e pontuais, a presente pesquisa aponta para os seguintes desafios:

1. Efetiva Implantação do SISAN no âmbito municipal, criando assim um espaço consultivo eventual e deliberativo, onde políticas públicas da SAN possam ser discutidas, avaliadas e desenhadas.
2. Divulgação do DHAA e conscientização da população e dos três poderes acerca das suas responsabilidades na garantia do mesmo.
3. Criação de mecanismos eficientes que permitam a exigibilidade do DHAA sem constrangimentos e burocracia desnecessária.
4. Investimentos e reorganização no que tange o acesso e o transporte dos moradores mais afastados.
5. Pré-estudo e implantação de projetos comunitários de geração de renda dentro de cada localidade, tais como padaria, horta, criação de aves ou peixes, feiras, artesanato e costura entre outros.
6. Expansão de cursos profissionalizantes (SENAC, PRONATEC entre outros) com acesso e oferta de acordo com o perfil de cada realidade local.
7. Implantação ou reorientação da educação alimentar, considerando a realidade e cultura local e os problemas emergentes no cenário local, regional e nacional, bem como o alcance de todos os moradores de Serra do Navio.
8. Intersetorialidade e integralidade das ações e programas voltados para a ISAN e ao combate à pobreza.

9. Incentivo da coesão social nas comunidades por meio da educação popular e cidadã e, ao mesmo tempo, garantindo a “voz” dos excluídos e estimulando sua participação social.
10. Conscientização e penalização dos responsáveis na eventual falta da prestação de serviços e da transparência social.
11. Maiores estímulos e investimentos em pesquisas no âmbito da ISAN, da pobreza e da fome, em especial na Região Amazônica.
12. Um “verdadeiro” pacto de todos pela erradicação da fome e da miséria na Serra Navio.

Enfim, a preocupação com qualquer medida, que amenize a ISAN e a pobreza justifica-se pelo simples fato, de “Quem tem fome, tem pressa” (Betinho).

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, P Aspectos socioantropológicos da obesidade. In: PEÑA, M.; BACALLAO, J. (Ed.) **Obesidade e Pobreza: um novo desafio para a saúde pública**. OPAS. São Paulo: Roca, 2006. p. 12-26.

AMARAL, A. et al. (Org.) **Do lado de cá: Fragmentos da História do Amapá**. Belém: Açáí, 2011.

ANDRADE, R. F. **Malária e Migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional**. 2005. 418 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia.

_____. **Malária e o seu comportamento no município de Serra do Navio (AP) no período de 2002 a 2007**. IV Encontro Nacional de Anppas. Junho de 2008. Brasília-DF. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT14-246-938-20080510150001.pdf>>. Acesso em 13 Mar. 2015.

BALSA, C. et al. **Trajectórias e estratégias face a precariedade e à exclusão no âmbito do processo de metropolização de Lisboa**. Universidade Nova de Lisboa: CEOS, 2000.

BARROS, M. Clima e endemias locais. **Estudos Avançados**. 20 (58) 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/23.pdf>. Acesso em: 24 Ago. 2014.

BARROS, D. C. et al. Determinantes de saúde e nutrição da população brasileira. In: _____. **Alimentação e Nutrição: contexto político, determinantes e informação em saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2013. 288. p. 103-137.

BRASIL, M. C.; SANTOS, C. A.; TEIXEIRA, P. A população da Amazônia (1940 a 2000). In: MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia - Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos**. Edição revista e aumentada de “Amazônia e o seu Banco”. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 79-113.

BRASIL, M. C. Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. In: MENDES, A. D. (Org.). **Amazônia - Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos**. Edição revista e aumentada de “Amazônia e o seu Banco”. Belém: Banco da Amazônia: 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar da População Brasileira: promovendo a alimentação saudável**. / Série A Manuais e Normas Técnicas. Ministério da Saúde.

Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Brasília: MS 2005; 236 p.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: CONSEA, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Segurança Alimentar e Nutricional**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília: MDS - SAGI, 2007a; 412 p.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007b.

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro 2010**. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/a-constituicao-federal>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/ 2015**. Brasília: CAISAN, 2011a.

_____. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Resolução Nº 9, de 13 de dezembro de 2011b/CAISAN**. Dispõe sobre os procedimentos e o conteúdo dos termos para a adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=16/12/2011&jornal=1&pagina=184&totalArquivos=240>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010**. Nota do MDS. Brasília: MDS, 2011c.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012/CNS**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 12. jul. 2014.

_____. Constituição (1988) **Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/a-constituicao-federal>>. Acesso em: 12 dez. 2014a.

_____. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira**, Brasília: MS, 2014b.

_____. Ministério da Saúde. Portal Saúde. **Malária: Situação Epidemiológica – Dados**. Disponível em <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/662-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/malaria/11346-situacao-epidemiologica-dados>>. Acesso em 14 mar. 2015.

BURITY, V. et al. **Direito Humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010; 204 p.

CANESQUI, A.M. (org.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Publicação de 1946, reeditado. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 303 p.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de SAN. Brasília: CONSEA, 2004. 80 p.

_____. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: CONSEA, 2006.

_____. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Documento Base. Brasília: CONSEA, 2007.

_____. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: Indicadores e Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília: CONSEA, 2010.

_____. **Alimentação adequada e saudável: direito de todos**. IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Relatório Final. Declarações e proposições. Brasília: CONSEA, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

DRUMMOND, J.A. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). **História, Ciências e Saúde**. Manguinhos. 2000, vol.6, p. 753-792. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a01.pdf>>. Acesso em: 13 Jul. 2013.

FERREIRA, V.A. **Obesidade & Pobreza: o aparente paradoxo**. Dissertação. FIOCRUZ, 2003. Disponível em <<http://www.bvsde.ops-oms.org/texcom/nutricion/ferreiravam.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Seguridad Alimentaria y Nutricional**. Apostila do Curso “Seguridad Alimentaria y Nutricional” (2011a). Santiago de Chile: Núcleo de Capacitación en Políticas Públicas de la Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe.

_____. **Panorama de la Inseguridad Alimentaria y Nutricional en la America Latina y el Caribe 2011b**. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/am861s/am861s00.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2014. 2011b.

_____. **Elementos para el diseño de políticas de seguridad alimentaria y nutricional**. Apostila do curso: Evaluación del Impacto de Programas de Desarrollo en la Seguridad Alimentaria. Santiago de Chile: Núcleo de Capacitación en Políticas Públicas de la Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 2011c.

_____. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional. Relatório 2014a**. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. **Panorama de la Inseguridad Alimentaria y Nutricional en la America Latina y el Caribe 2014b**. Relatório 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/367f3d46-d651-4ecc-89f8-f1fd5fb4bb90/i4018s.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

_____. **Protección social, pobreza rural y seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe**. Apostila do curso “Protección social, pobreza rural y seguridad alimentaria y nutricional en Sudamérica.” Santiago de Chile: Núcleo de Capacitación en Políticas Públicas de la Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 2014c. 70 p.

GADAMER, H. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HABERMAS, J. **Dialética e Hermenêutica**. Porto Alegre: LPM, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04 out. 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010a**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

_____. **IBGE traça perfil inédito sobre Segurança Alimentar no Brasil**. Comunicação Social. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/default.shtm>. Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros. 2015**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas/NT_38.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2014.

JUNIOR, N. S.; RODRIGUEZ, M. E. O Direito à Moradia. In: DHESC BRASIL. **Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e à moradia adequada**. Projeto Genebra 2002. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais - DhESC Brasil: 2009. p. 89-132. Disponível em: <http://www.gajop.org.br/portugues/alim_p.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito Humano à Alimentação Adequada. In: TADDEI, J. A. (Ed.). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubi, 2011. p. 471–489.

LIMA, M. C. Raízes da miséria no Brasil: da senzala à favela. In: DHESC BRASIL. **Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e à moradia adequada**. Projeto Genebra 2002. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais - DhESC Brasil: 2009. p. 6-41. Disponível em: <http://www.gajop.org.br/portugues/alim_p.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

MALUF, R. Segurança alimentar e fome no Brasil - 10 anos da Cúpula Mundial de **Alimentação**. Relatório Técnico do CERESE, 2006. Disponível em: <<http://www.bvsde.ops-oms.org/texcom/nutricion/relatoriotecnico2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 407 p.

MONTEIRO, C. Transição epidemiológica no Brasil. In: PEÑA, M.; BACALLAO, J. (Ed.). **Obesidade e Pobreza: um novo desafio para a saúde pública**. OPAS. São Paulo: Roca, 2006. p. 77- 89.

NAVARRO, M. B. M. A., et al. Doenças Emergentes e Reemergentes, Saúde e Ambiente. In: MINAYO, M. C. S; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, n. 3, Set. 2006 . Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2013.

OLIVEIRA, P. T. R. Amazônia Legal e o território da Saúde. In: **Desigualdade Regional e o Território da Saúde na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 63-81.

PEÑA, M.; BACALLAO, J. (Ed.). Obesidade entre os pobres: um problema emergente na América Latina e Caribe. In: _____. **Obesidade e Pobreza: um novo desafio para a saúde pública**. OPAS. São Paulo: Roca, 2006. p. 3-11.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013a**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. **O perfil do Município de Serra do Navio**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013b. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/serra-do-navio_ap>. Acesso em: 30 jul. 2013.

RADIMER, K. L. et al. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal of Nutrition and Education**, 24: 36- 45. 1992.

REDE INTEGRADA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL et al. (Ed.). **Formação de Gestores Públicos em Segurança Alimentar**. Apostila do curso “Formação de Gestores Públicos em Segurança Alimentar”- FGP / SAN / 2011. Porto Alegre: REDESAN; FAURGS; UFRGS; SESAN; MDS, 2011.

SÁ, S. M. A. et al. Saúde e Qualidade de vida na Amazônia. In: FURTADO, L. G. (ORG.). **Amazônia – Desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA; NUMA, 1997. p. 134-145.

SCHUFTHAN, C. Food for a hungry thought. In: **The Social Medicine Portal**. An Alternative to Corporate Health (founded in 2004) [online]. 23 jun 2013. Disponível em: <<http://www.socialmedicine.org/2013/06/23/human-rights/when-people-suffer-from-hunger-they-are-not-only-subjected-to-a-food-deficit-they-suffer-from-a-justice-deficit-justifiably-so-hunger-creates-anger-o-lanza/>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: KNOFF, 1999.

SILVA, K. C. W. et al. **O uso de plantas medicinais como terapia complementar no Cachaço, Amapá: Limites e possibilidades para a Estratégia Saúde da Família**. Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação lato sensu em Saúde da Família da Universidade Federal do Amapá. 2012.

SILVA, L. M. P. **Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza**. Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Monte Carlos. 2011; p 181.

SPOSATI, A. III Encontro latino-americano de trabalho social. **Serviço Social e Sociedade**. N 17. São Paulo: Cortez. 1985. p.138-144

TAKAGI, M.; MALUF, R. S. **Desafios para a consolidação da Política de SAN e o papel da 4ª Conferência**. Artigo. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/noticias/artigos/2011/08/artigo-desafios-para-a-consolidacao-da-politica-de-san-e-o-papel-da-4a-conferencia>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Faculdade de Ciências Médicas. **Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação**. Relatório Técnico. Versão preliminar. São Paulo: UNICAMP, 2004.

URBAN, G. Undeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange and the Failure of Modern State. Resenha de Bunker: Undeveloping the Amazon. **Journal of Forest History**, Vol. 30, No. 2; Apr., 1986. p. 93-94. Disponível em: <http://www.sas.upenn.edu/~gurban/pdfs/reviews/Urban-Underdeveloping_the_Amazon.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

VALENTE. F. L. S. O Direito à Alimentação. In: DHESC BRASIL. **Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e à moradia adequada**. Projeto Genebra 2002. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – DhESC Brasil: 2009. p. 42-88. Disponível em: <http://www.gajop.org.br/portugues/alim_p.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. **Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente.** [2011]. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/sg/conselhos/comsea/doc/2011/natureza_gente.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.

VASCONCELOS, E. M. Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde In: BRASIL. **Caderno de Educação Popular e Saúde.** Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde: 2007. p.18-29.

VASCONCELOS, F. A. G. Josué de Castro e a "Geografia da Fome" no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública.** 2008, vol.24, n.11, pp. 2710-2717. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VIANA, G. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 265-288.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário I



Universidade Federal do Amapá
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde - PPGCS

QUESTIONÁRIO I

Data: __/__/____ Localidade: _____ Código: _____

Segmento: () morador(a) sem acesso à terra para plantio

() agricultor(a) familiar ou assentado(a) () ribeirinho(a)

Entrevistador(es): _____

I DADOS SOCIOECONÔMICOS E DEMOGRÁFICOS:

1. Sexo: 1. Feminino 2. Masculino 9. NS/NR

2. Qual a sua idade? _____ anos (completos) 9. NS/NR

3. Qual é sua cor / raça? (autodefinição)

1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena

6. Outra Qual? _____ 9. NS/NR

4. Qual o seu nível educacional?

1. Sem escolaridade / analfabeto 2. Ensino fundamental incompleto
3. Ensino fundamental completo 4. Ensino médio incompleto
5. Ensino médio completo 6. Superior incompleto
7. Superior completo 8. Pós-Graduação (in)completo 9. NS/NR

5. Naturalidade? _____ 9. NS/NR

6. Há quanto tempo reside nesta cidade? _____ 9. NS/NR

7. Qual o seu estado civil?

1. Solteiro(a) 2. Casado(a) 3. Separado(a) 4. Divorciado(a)
5. Vivendo como casado(a) 6. Viúvo(a) 9. NS/NR

8. Qual é sua profissão?

9. NS/NR

9. Qual é seu trabalho atual?

9. NS/NR

10. Tem outra ocupação?

1. Não 2. Sim Qual? _____

9. NS/NR

11. Qual sua renda mensal aproximada? R\$ _____

9. NS/NR

12. Quantas pessoas vivem em seu domicílio? _____ pessoas 9. NS/NR

13. Quem mora com você?

Qual o parentesco ou relação? Qual a idade?

_____ Total de pessoas < 18 anos que vivem em no domicílio 9. NS/NR

14. Você ou alguém de seu domicílio participa de algum programa social de transferência de renda ou estímulo à agricultura familiar?

1. Não 2. Seguro de desemprego 3. Bolsa Família
 4. Renda para Viver Melhor 5. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
 6. Benefício de Prestação Continuada (BPC)
 7. Pró-Universitário Federal 8. Pró-Universitário Municipal 10. Aposentadoria
 11. Pró-Jovem
 12. Outro. Qual? _____ 9. NS/NR

Caso positivo, especifique (tipo e valores):

15. Qual a situação / regime de propriedade do terreno / imóvel onde se localiza seu domicílio?

1. Próprio 2. Emprestado / cedido 3. Alugado 4. Ocupado
 5. Outros: _____ 9. NS/NR

16. Qual o material / método que predomina na construção do imóvel do domicílio?

1. Alvenaria 2. Madeira aparelhada 3. Madeira aproveitada 4. Outro material.
5. Qual: _____ 9. NS/NR

17. Qual o principal destino do esgoto gerado no terreno onde seu domicílio se situa?

1. Rede coletora de esgoto 2. Fossa séptica 3. Fossa rudimentar
4. Vala 5. Direto para o rio 6. Outro tipo 9. NS/NR

18. Qual é o destino do lixo originado em seu domicílio?

1. Coleta pública 2. Enterrado 3. Queimado
4. Outro: _____ 9. NS/NR

19. Qual é a principal ocupação das pessoas que moram em seu domicílio?

9. NS/NR

20. Quais destes equipamentos seu domicílio possui?

Equipamento	Qualidade / estado satisfatória	Qualidade / estado insatisfatória
Fogão a lenha / carvão		
Fogão a gás		
Forno micro-ondas		
Geladeira simples		
Geladeira Duplex		
Freezer / refrigerador		
Pia / Tanque		
Giral		
Rádio		
TV		
Vídeo-player		
Vídeo-game		
CD-player		
Telefone residencial		
Telefone Celular (quantos)		
Camas		

9. NS/NR

II DADOS RELACIONADOS À PROCEDÊNCIA E PREPARO DA ALIMENTAÇÃO

21. Já recebeu Cestas Básicas de Alimentos?

1. Não 2. Sim 9. NS/NR Se sim, especifique (origem e quantidades):

22. Seu domicílio recebe doação de alimentos?

1. Não Se sim: 2. Esporadicamente 3. Mensalmente 4. Outros
9. NS/NR

23. De quem recebe estas doações de alimentos?

1. Governo municipal / prefeitura 2. Governo do Estado 3. Governo Federal
4. Instituições não-governamentais 5. Doações individuais (membros da casa, moradores do bairro etc.)
6. Outros: _____

9. NS/NR

24. Quem prepara a comida em seu domicílio? Por quê?

25. Quem decide geralmente o tipo de comida da casa?

26. Existe espaço para plantio de alimentos no seu domicílio?

1. Não 2. Se sim, qual tamanho? _____ 9. NS/NR

27. Esse espaço é cultivado?

1. Não. Por quê? _____ 2. Sim
9. NS/NR

28. Sobre esse espaço:

1. Produz quantidade insuficiente para atender as necessidades do domicílio
2. Produz o suficiente para atender as necessidades do domicílio
3. Produz excedente para venda
4. Produz excedente para distribuição

29. Espaços exteriores ao domicílio são utilizados pelos moradores do domicílio para plantio ou criação?

1. Não Se sim: 2. Casa de familiares ou amigos 3. Lote vago / terreno baldio
4. Área pública 5. Outros _____

9. NS/NR

30. Neste domicílio pratica-se a criação de animais para consumo alimentar?

1. Não Se sim: 2. Aves 3. Caprinos 4. Suínos 5. Bovinos 6. Peix

7. Outros _____ 9. NS/NR

31. Você ou algum morador deste domicílio contribui com a alimentação através de outras atividades?

1. Não Se sim: 2. Caça 3. Pesca 4. Agricultura 5. Coleta

9. NS/NR

32. Esta contribuição tem que importância na alimentação deste domicílio?

1. Insignificante 2. Importante 3. Muito importante

4. Garante independência alimentar 9. NS/NR

33. Classifique por ordem de importância a origem dos recursos para aquisição de alimentos?

1. Renda / Salário próprio 2. Doação 3. Contribuição de familiares
4. Contribuição de amigos e vizinhos 5. Programa de Transferência de Renda (veja pergunta nº _)
6. Outros. _____ 9.

NS/NR

34. Onde você adquire seus alimentos? (em ordem)

1. Feiras locais 2. Supermercado 3. Horta ou quintal próprio
4. Mercadinho local 5. Doação 6. Vizinhos 7. Roça própria
8. Cesta de alimentos (comprados) 10. Rio ou igarapé 11. Mata

12. Outras fontes: _____

9. NS/NR

35. Qual a principal fonte de abastecimento de água do seu domicílio?

1. Rede geral de água 2. Poço 3. Rio / igarapé

4. Outros: _____ 9. NS/NR

36. Qual a principal forma de tratamento de água de beber utilizada no domicílio?

1. Filtrada 2. Fervida 3. Acréscimo de hipoclorito 4. Mineral

5. Sem tratamento 9. NS/NR

III DADOS ACERCA DO CONSUMO ALIMENTAR

37. As refeições geralmente são feitas

1. em conjunto com outros familiares 2. cada um come separadamente 9. NS/NR

38. Quantas porções de cada grupo de alimentos e nutrientes um adulto deve consumir por dia? Quantas porções você consome em média por dia?

GRUPO DE ALIMENTO	EXEMPLO	Porções (recomendação)	Porções (consumo próprio)	OBSERVAÇÕES
Leite e derivados	Leite, iogurte, coalhada, queijos			
Carnes, peixes ou ovos	Carnes bovinas, aves, ovos, peixes			
Leguminosas	Feijão, soja			
Frutas,	Banana, laranja, manga, goiaba			
Legumes e verduras	jerimum, tomate, hortaliças			
Raízes e tubérculos	Macaxeira, batata-doce			
	Farinha de Mandioca			
Arroz, Macarrão	Arroz, macarrão			
Outros cereais	Pão, aveia, biscoito "Cream Cracker"			
Óleos e gorduras	Margarinas, óleos			
Açúcares e doces	Refrigerantes, doces, mel, açúcar			
Café	Café líquido			

Comentários adicionais:

9. NS/NR

Muito obrigada!

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Através deste termo solicitamos a sua autorização para participar da pesquisa intitulada: **“INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: perfil e estratégias utilizadas por moradores na Serrado Navio, Estado do Amapá, no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada”**, que tem como **objetivo geral**: investigar o perfil dos moradores em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) e suas estratégias de superação por parte de diversos moradores, agricultores e assentados, bem como ribeirinhos residentes na Serrado Navio.

A pesquisa consistirá na aplicação de dois questionários com perguntas sobre diferentes aspectos da vida, como a saúde física e qualidade de vida, o meio-ambiente, a situação socioeconômica e social e sobre alimentação. Em outro momento será realizado um encontro em grupo, onde se conversará em conjunto sobre as dificuldades e as estratégias de garantir o alimento na mesa.

As informações serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, a privacidade será assegurada uma vez que o nome de seu (sua) será substituído de forma aleatória.

Os **dados coletados** serão utilizados apenas **NESTA** pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. A participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento o Sr(a) poderá **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

A sua **participação** nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas dos questionários e na participação da conversa em grupo (grupos focais). O Sr(a) não terá nenhum **custo** ou **quaisquer compensações financeiras**. **Não haverá riscos** relacionados à sua participação. O **benefício** relacionado à sua participação será de maiores esclarecimentos sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada e sua

exigibilidade e uma melhor compreensão do fenômeno da fome e pobreza em nossa região.

A pesquisa parte da esperança de políticas públicas transformadoras e eficazes na luta contra a fome - e assim, melhorias ao nível comunitário e domiciliar - baseadas nas observações e conclusões obtidas no decorrer desta pesquisa.

O Sr(a) receberá uma cópia deste termo onde consta o celular/e-mail do pesquisador responsável, e demais membros da equipe, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

Nome da Orientadora:

Dra. Anneli Mercedes Celis de Cárdenas
Silva

Universidade Federal do Amapá/UNIFAP
Amapá/UNIFAP

(96) 8112-1834, celis@unifap.br
ki.silva@hotmail.com

Nome da Orientanda:

Kirsten Corinna Weber

Universidade Federal do

(96) 8806-5860,

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá

Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP

Fones (96) 4009-2804/2805

Macapá-Ap, ____ de _____ de 2014.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em autorizar a participação do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito

da

Pesquisa:

(Assinatura)

Macapá-Ap, ____ de _____ de 2014.

Diante do exposto expresso minha concordância com a captação de imagens no decorrer deste estudo e a divulgação das mesmas para fins exclusivamente científicos.

Sujeito

da

Pesquisa:

(Assinatura)

Macapá-Ap, ____ de _____ de 2014.

APÊNDICE C – Autorização da Prefeitura Municipal de Serra do Navio



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO
C.N.P.J.(MF) 34.925.230/0001-83

Declaramos para os devidos fins de direitos, e na melhor forma da lei, que o município de Serra do Navio, através da Representação Externa, **AUTORIZA KIRSTEN CORINNA WEBER SILVA**, mestranda em Ciências da Saúde, pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, a realizar junto à população de Serra do Navio pesquisa com o seguinte tema **"INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: perfil e estratégias utilizadas por moradores em Serra do Navio, Estado do Amapá, no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada."**

Salientando o manifesto interesse na referida pesquisa por parte da administração deste município, garantindo à mestranda e pesquisadora acesso aos dados e informações que esta administração possui e que forem de caráter público administrativo.

Para que a presente declaração surta seus efeitos legais necessários, segue devidamente assinada pelo Representante Legal.



Arnaldo Pires Pantoja
Representante Externa

Atenciosamente,
Macapá-Ap, 16 de Abril de 2014.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário II - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

Data: __/__/____	Localidade: _____	Código: _____

Segmento: () morador(a) sem acesso à terra para plantio		
() agricultor(a) familiar ou assentado(a) () ribeirinho(a)		
Entrevistador(es): _____		

SEGURANÇA ALIMENTAR

ATENÇÃO ENTREVISTADORA (O) ESTE MÓDULO DEVE SER RESPONDIDO POR PESSOA ADULTA, RESPONSÁVEL OU COM CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES ALIMENTARES NO DOMICÍLIO

Em todos os quesitos, você deve se referir aos ÚLTIMOS 3 MESES para orientar a resposta da (o) entrevistada (o).

Agora vou ler para você algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que você responda a todas elas.

NO.	PERGUNTAS E FILTROS	CATEGORIAS E CODIGOS	
1	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar mais comida?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
2	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe.	98
3	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, a comida acabou antes que você tivesse dinheiro para comprar mais?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
4	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe	98
5	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
6	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03

		Não sabe	98
--	--	----------	----

OS QUESITOS 7 E 8 devem ser PERGUNTADOS SOMENTE em domicílios com moradores menores de 18 anos (crianças e ou adolescentes)			
NO.	PERGUNTAS E FILTROS	CATEGORIAS E CODIGOS	
7	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você teve que se basear em apenas alguns poucos tipos de alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
8	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe.	98

CASO A(O) ENTREVISTADA(O) TENHA RESPONDIDO “NÃO” OU “NÃO SABE” EM TODOS OS QUESITOS 1, 3, 5 E 7 ENCERRE O MÓDULO. CASO CONTRÁRIO (QUALQUER UM DOS QUESITOS RESPONDIDOS AFIRMATIVAMENTE) , SIGA PARA O QUESITO 9.			
NO.	PERGUNTAS E FILTROS	CATEGORIAS E CODIGOS	
9	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, VOCÊ ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições, ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
10	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe.	98
11	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
12	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe	98
13	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
14	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe	98
15	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?	Sim	01
		Não	02

		Não sabe	98
16	A QUANTIDADE DE PESO QUE PERDEU FOI: (RESPOSTA ESTIMULADA)	Pequena	01
		Média	02
		Muita	03
		Não sabe	98
17	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
18	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe	98

OS QUESITOS ABAIXO DEVEM SER PERGUNTADOS APENAS EM DOMÍCIOS que tem MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES), SE NAO HOUVER MENORES DE 18 ANOS ENCERRE O MÓDULO

NO.	PERGUNTAS E FILTROS	CATEGORIAS E CODIGOS	
19	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você não pode oferecer a algum morador com menos de 18 anos, uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
20	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe.	98
21	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
22	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe	98
23	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, você, alguma vez, diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
24	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe	98
25	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição,	Sim	01
		Não	02

	porque não havia dinheiro para comprar a comida?	Não sabe	98
26	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Pequena	01
		Média	02
		Muita	03
		Não sabe	98
27	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, algum morador com menos de 18 anos teve fome, mas você simplesmente não podia comprar mais comida?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
28	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe	98
29	Nos ÚLTIMOS 3 MESES, algum morador com menos de 18 anos ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	01
		Não	02
		Não sabe	98
30	Com que frequência? (RESPOSTA ESTIMULADA)	Em quase todos os dias	01
		Em alguns dias	02
		Em apenas 1 ou 2 dias	03
		Não sabe	98

Extraído de: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2004.

ANEXO B – Aprovação do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: perfil e estratégias utilizadas por moradores em Serra do Navio, Estado do Amapá, no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Pesquisador: Kirsten Corinna Weber Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 30496814.6.0000.0003

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 662.367

Data da Relatoria: 26/05/2014

Apresentação do Projeto:

O projeto foi elaborado adequadamente, estando de acordo com as Normas atualmente vigentes e mostra-se totalmente passível de ser executado. Além disto, o projeto é bastante claro quanto aos objetivos, métodos de aquisição de dados e resultados esperados da pesquisa

Objetivo da Pesquisa:

O projeto de pesquisa analisado tem como principais objetivos: Identificar o perfil dos moradores de Serra do Navio, participantes da pesquisa, em situação de Insegurança Alimentar e quais as estratégias utilizadas pelos mesmos para enfrentarem a fome e a miséria.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos decorrentes da execução da pesquisa são mínimos, no entanto, existem, como por exemplo aqueles referentes aos deslocamentos entre os municípios de Macapá e Serra do Navio.

Os benefícios advindos da execução da pesquisa são: Uma melhor compreensão da fome e da miséria em Serra do Navio como forma de subsidiar o planejamento e a avaliação de programas, projetos e políticas públicas que visem minimizar esta situação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem uma importância muito grande e relevante pois trata de temas presentes e

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02
 Bairro: Bairro Universidade CEP: 68.902-280
 UF: AP Município: MACAPÁ
 Telefone: (98)4009-2805 Fax: (98)4009-2804 E-mail: cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 662.367

contundente em nossa sociedade: a Fome e a Miséria. A mesma tentará entender quais os aspectos dessas duas situações sociais ocorrem, em que níveis e de que maneiras as pessoas por elas atingidas conseguem enfrentá-las.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos necessários e obrigatórios a um projeto estão presentes e corretamente utilizados
Adequados

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto de pesquisa aprovado, tendo em vista ter feito as correções consideradas pelo colegiado do CEP/UNIFAP.

MACAPA, 27 de Maio de 2014

Assinado por:
Anneli Mercedes Celis de Cárdenas
(Coordenador)

GLOSSÁRIO

Açaí: O açaí (*Euterpe oleracea*), também chamado uaçai, açaí-branco, açazeiro, juçara, é uma palmeira que produz um fruto de cor roxa. O açaí é um alimento muito importante na dieta dos nortistas do Brasil. Para ser consumido, o açaí deve ser primeiramente despulpado em máquina própria ou amassado manualmente, para que a polpa se solte e, misturada com água, se transforme em um suco grosso também conhecido como vinho do açaí.

Acará / cará: (*Dioscorea alata*) "Cará" vem de termo tupi ka"rá. O cará é um tubérculo cultivável pertencente a várias espécies da família das dioscoreáceas. Como hortaliça, o cará é um alimento energético, que se destaca como fonte de vitaminas do complexo B. Foi cultivado pela primeira vez pelos índios nas regiões limítrofes entre o Brasil e as Guianas. O cará completava a roça dos índios, junto com a mandioca, amendoim, batata-doce etc. Nesta pesquisa, o nome "Cará" é atribuído aos participantes do grupo focal dos assentados.

Ariá: (*Calathea allouia*) O ariá produz raízes tuberosas (batatas) que podem ser comidas em saladas, como purê, em caldeirada, cozida com sal, etc. Conhecido e consumido pelos índios e caboclos da Região Amazônica, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o ariá possui composição nutricional comparada à batatinha portuguesa, embora a qualidade da sua proteína seja muito superior, considerando os níveis de aminoácidos essenciais que a compõem. Nesta pesquisa, o nome "Ariá" é atribuído aos participantes do grupo focal dos assentados.

Bacaba: A bacaba, bacaba-açu ou bacaba-verdadeira (*Oenocarpus bacaba*) é uma palmeira nativa da Amazônia. A polpa do fruto é utilizada no preparo do "vinho de bacaba".

Barco do tipo "rabeta": Trata-se geralmente uma canoa que é movido por um motor multifuncional e removível.

Batata-doce: A batata-doce (*Ipomoea batatas*), também chamada batata-da-terra, batata-da-ilha, jatica e jetica, é uma planta da família das convolvuláceas, da ordem

das Solanales. Originária dos Andes se espalhou pelos trópicos e subtropicais de todo o mundo.

Bico: Trabalho ocasional, de caráter informal. Sem garantia de leis trabalhistas. Na região em foco comumente diarista, faxineira, babá, serrador, trabalho na lavoura, manicure, dançarina, segurança de festas entre outros.

Benefício de Prestação Continuada: Garantido pela Constituição Federal, o BPC assegura um salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e a crianças, adolescentes ou adultos com doença crônica ou alguma deficiência que a incapacite para a vida independente e para o trabalho, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. É necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

Benefícios Eventuais: São benefícios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária.

Caju: Fruta do cajueiro (*Anacardium occidentale*). O que se entendem popularmente como "caju" se constitui de duas partes: o fruto propriamente dito, que é a castanha e seu pedúnculo floral, o pseudofruto. O caju, o pseudofruto, é suculento e rico em vitamina C e ferro. Nesta pesquisa, o nome "Caju" é atribuído aos participantes do grupo focal que não possuem terra para plantio.

Camapú: (*Physalis L.*) O Camapú, é um gênero botânico, pertencente à família *Solanaceae* e é nativo das regiões temperadas, quentes e subtropicais de todo o mundo. Em Serra do Navio é facilmente encontrado nas beiras das ruas ou roças. É uma planta herbácea de hábitos perenes e reproduzida por sementes. Pode chegar aos dois metros de altura. O gênero é caracterizado por um fruto amarelo e pequeno, semelhante em tamanho, forma e estrutura a um tomate, mas envolto parcial ou completamente por uma casca grande que deriva do verticilo. Nesta pesquisa, o nome "Camapú" é atribuído aos moradores do grupo focal que não possuem terra para plantio.

Chibé: Mingau ou bebida não alcoólica feita pela mistura de farinha de mandioca com água. Muito utilizado na convalescência e na alimentação infantil.

Compra do tipo “fiado” Comprar fiado ou “pindurar” é uma expressão popular que faz referência ao ato de comprar e pagar posteriormente. A origem da expressão vem do fato de que, nas antigas casas comerciais (tabernas, mercearias, farmácias) existia um prego onde o comerciante colocava as contas dos fregueses que pediam para pagar depois. Quando o “freguês” retornava para pagar, ele pegava os papéis do prego, somava e cobrava.

CRAS: O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a unidade pública municipal da assistência social, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Nela, há a prestação de serviços socioassistenciais, como cadastramento e acompanhamento das famílias, e acesso a programas de transferência de renda, entre outros. É preferencialmente a porta de acesso aos serviços e programas de Assistência Social.

Currutela: “Currutela” é o nome dado ao lugar, onde muitos garimpeiros na Região Amazônica vão ao encontro de prostitutas, bebidas, músicas ao fim do dia, podendo ser até mesmo em barracas de lona.

Giral: Na região em foco, trata-se de uma armação de madeira na cozinha, que é usada para fins de lavar louça ou de preparar a comida.. A água discorre geralmente para o lado exterior da casa.

Goiaba: (*Psidium guajava*) Goiaba é o fruto da goiabeira, árvore da espécie *Psidium guajava*, originária da América tropical. É uma fruta muito rica em Vitamina C, facilmente encontrada nas beiras das estradas. Nesta pesquisa, o nome “Goiaba” é atribuído aos participantes do grupo focal que não possuem terra para plantio.

Índice de Gini: Medida do grau de concentração de uma distribuição como renda, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

ISAN leve: Situação de insegurança alimentar caracterizada por problemas qualitativas da alimentação e o receio de sofrer insegurança alimentar no futuro próximo.

ISAN moderada: Situação de insegurança alimentar, na qual já ocorre a restrição quantitativa dos alimentos.

ISAN severa / grave: Situação caracterizada pela existência de fome por parte de adultos e/ou crianças.

Jamaxi: Tipo de cesto feito de palha, que se leva às costas, preso à testa ou aos ombros por uma alça. Utilizado para o transporte de utensílios e produtos das roças tradicionais na Amazônia.

Jerimum: Abóbora ou jerimum, fruto da abóboreira, é uma designação popular atribuída a diversas espécies de plantas da família Cucurbitaceae (ordem Cucurbitales).

Josué de Castro: Médico, professor, geógrafo, sociólogo e político, Josué de Castro fez da luta contra a fome a sua bandeira, reconhecido por duas indicações para o Prêmio Nobel da Paz. Josué de Castro estudou a fundo as causas da miséria no Brasil e no mundo e afirmava que ambas eram frutos de uma sociedade injusta. Apresentou ideias revolucionárias para a época, como os primeiros conceitos sobre o desenvolvimento sustentável. Sua obra mais conhecida é a “Geografia da Fome”.

Lavoura branca: Expressão utilizada para descrever as roças tradicionais da região, caracterizadas pelo cultivo de mandioca e macaxeira (*Manihot esculenta*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), jerimum (Cucurbitaceae) e arroz (*Oryza sativa*), cará (*Dioscorea alata*) entre outros.

Macaxeira: Macaxeira (do tupi-guarani maka”xera "espíritos dos caminhos e das obras" ou "demônio") ou ainda aipim, mandioca-mansa, são nomes populares brasileiros da planta *Manihot esculenta*. Essas denominações são atribuídas às raízes da mesma planta ou espécie, mas que apresentam baixa toxicidade enquanto as plantas que contém maior teor de toxicidade são denominadas como mandioca. É consumida cozida junto com café, em mingaus ou bolos. A macaxeira é muito presente nas roças tradicionais de Serra do Navio. Neste estudo, o nome “Macaxeira” é utilizado para designar os participantes do grupo focal dos assentados.

Madeira aparelhada: Madeira beneficiada.

Mandioca: (*Manihot esculenta*) "Mandioca" origina-se do termo tupi mãdi"og, mandi-ó ou mani-oca, que significa "casa de Mani", sendo Mani a deusa benfazeja dos guaranis que se transforma em mani-oca. Raiz, que possui elevada toxicidade porém que pode ser consumida após um preparo especial. A mandioca desempenha um papel vital na segurança alimentar das economias rurais de países da África subsaariana e do Brasil, devido à sua resistência à seca, baixa fertilidade do solo e pragas. Na Região Amazônica, a "Farinha de Mandioca" constitui a base alimentar em especial nos interiores e entre os povos indígenas. Neste estudo, o nome "Mandioca" é utilizado para designar os participantes do grupo focal dos assentados.

Perfil nutricional: O perfil nutricional é o retrato nutricional de uma coletividade. É construído com base em informações que identificam variações em torno de uma determinada referência de dados antropométricos populacionais.

Plano "Brasil sem Miséria": Lançado em 2011, o objetivo do Plano "Brasil Sem Miséria" é elevar a renda e as condições de bem-estar das famílias extremamente pobres que ainda não são incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades; parte da busca ativa destas famílias. Inclui diversos programas e estratégias.

Programa Bolsa Família (PBF): Programa federal para famílias com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 140. São duas faixas: Famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 70, consideradas extremamente pobres, recebem um benefício fixo de R\$ 70, independente de terem ou não filhos. Se tiverem filhos, elas podem receber também os benefícios variáveis. Na outra faixa, famílias com filhos e renda de até R\$ 140 têm direito apenas ao benefício variável (R\$ 32 por criança de até 15 anos na escola, limitado a cinco crianças por família) e ao benefício variável jovem (R\$ 38 por jovem de 16 e 17 anos na escola), limitado a dois jovens por família. Para manter o benefício, deve haver frequência escolar (85% de presença das aulas para crianças e 75% para jovens) e acompanhamento em saúde de crianças (calendário de vacinas e acompanhamento do peso), gestantes (pré-natal) e nutrizes.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): O PRONATEC - "Brasil Sem Miséria" oferta gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas, aumentando as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): O Programa Nacional de Alimentação Escolar objetiva a suplementação alimentar dos alunos em escolas públicas durante 200 dias letivos e é considerado muito significativo na redução da desnutrição de crianças no Brasil. O programa oferece refeições para todos os alunos de escolas públicas, número que, em 2012, significou 43 milhões de estudantes regularmente matriculados. O investimento federal no Programa de Alimentação Escolar foi de R\$ 3,3 bilhões em 2012, complementado pelo financiamento feito pelos governos estaduais e municipais. Em 2009, o programa avançou ao obrigar as escolas públicas a destinar pelo menos 30% dos recursos repassados pelo governo federal para a compra de alimentos diretamente de agricultores familiares.

Soberania Alimentar: O conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura (BURITY et al., 2010).

Tambaqui: (*Colossoma macropomum*) Tambaqui, também chamado de Pacu Vermelho, é um peixe comum encontrado na bacia amazônica. Nesta pesquisa, o nome “Tambaqui” é atribuído aos participantes das áreas ribeirinhas.

Tucunaré: (*Cichla spp.*) Tucunaré, do Tupi "tucun" (árvore) e "aré" (amigo), ou seja, "amigo da árvore", é uma espécie de peixe presente nos rios da bacia amazônica, também conhecida como tucunaré-açu, tucunaré-paca, tucunaré-pinima, tucunaré-pitanga, tucunaré-vermelho ou tucunaré-pretinho. Os tucunarés são peixes de médio porte com comprimentos entre 30 centímetros e 1 metro, seu peso varia entre 3 a 10 kg. Nesta pesquisa, o nome “Tucunaré” é atribuído aos participantes das áreas ribeirinhas.